Diário de Lisboa

Maio 1978
Segunda-feira

Fundador Joaquim Manso Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

ANO 38
N.º 19 656
7$50

ZAIRE
Frente de Libertação ocupa já duas cidades

A Frente de Libertação de Congo (FNLC) afirmou hoje ter ocupado as cidades da província de Shaba, Kolwesi e Mutshatsa, após o recomeço de combates nessa região sueste do Zaire.

O informador da FNLC declarou que as duas importantes cidades foram libertadas, após luta no sábado e no domingo. O mesmo informador desmentiu as declarações do presidente Mobutu de que as suas forças eram apoiadas pela Argélia, Líbia, Cuba e União Soviética.

«Essas afirmações feitas por bandidos são completamente destituídas de fundamento «afirmou o porta-voz. Contudo, não indicou até que ponto os rebeldes tinham avançado na região rica em cobre.

A luta na província do Shaba, antiga Catanga, recomeçou na quinta-feira. Recorda-se que uma revolta semelhante à actual se verificou no ano passado, tendo sido repelida pelo governo de Kinshasa, com ajuda militar estrangeira.

Encontra-se na região de Shaba, cerca de 43 mil homens, dos quais 15 mil operacionais.

O exército de terra, cifrando-se em 40.000 homens, compreende um regimento de veículos blindados, um batalhão mecanizado, 14 batalhões de infantaria, 7 batalhões de pára-quedistas e 4 batalhões da guarda.

A Força Aérea (FAZA), cerca de 3000 homens, dispõe nomeadamente de duas esquadrilhas de caça equipadas de 34 aviões de combate (Azrmachi, de fabrico italiano) e de «Mirage V» de fabricação francesa, de uma esquadrilha de transporte, de uma esquadrilha de

Continua na pág. 24

A HIERARQUIA MILITAR E A SEGURANÇA DO ESTADO

Pedro Cardoso defende a criação de forte Serviço de Informações

General Pedro Cardoso

O Serviço de Informações tem de ser «legal, mesmo nas actividades encobertas ou que, quando executadas, possam vir a ser negadas» escreve o general Pedro Cardoso, recém-empossado Chefe do Estado-Maior do Exército, em artigo publicado no último número da revista «Nação e Defesa», do Instituto da Defesa Nacional.

O general cita um especialista britânico segundo o qual «as operações dos serviços de informações devem manter-se secretas», embora os princípios que os norteiam «devam ser cuidadosamente considerados, discutidos e compreendidos por aqueles que, a nível governamental, são responsáveis pelo seu controlo».

No seu artigo, intitulado «A necessidade das informações numa sociedade livre e o seu controlo», o general Pedro Cardoso, um dos homens que tem estado mais ligado à concepção e preparação do SIR (Serviço de Informações da República), preconiza, como órgãos cimeiros de controlo dos serviços de informações, a criação de um «Conselho Superior de Defesa e Segurança Nacional» e de uma «Comissão Nacional de Informações» «onde terão assento os responsáveis por todos os departamentos que têm órgãos de informações». Pedro Cardoso defende ainda a institucionalização, ao nível do Governo, de um lugar de «vice-primeiro-ministro encarregado, entre outras coisas, de superintender na acção política das actividades do Serviço e um Conselho de Ministros especializado para o efeito». Ao nível parlamentar, o general considera necessária a constituição de uma «Comissão Parlamentar de Informações», «constituída por elementos devidamente credenciados para terem acesso a documentos classificados nacionais» (as classificações dos documentos portugueses são as seguintes: Reservado, Confidencial, Secreto e Muito Secreto).

Quanto à pessoa encarregada da direcção de tais Serviços, que segundo o articulista visam «apoiar o Presidente da República e o Governo no planeamento e condução da acção governativa, contribuir para o regular funcionamento das instituições democráticas e contribuir para a salvaguarda da independência nacional e da unidade e segurança do Estado», o general Pedro Cardoso defende que «a escolha da personalidade deve recair entre elementos da Magistratura, das Forças Armadas ou do Corpo Diplomático».

Já em anterior artigo na mesma revista, o actual Chefe do Estado-Maior do Exército, justificando a «inadiável necessidade de dispor de um Serviço de Informações», afirmava: «Em Portugal, dispomos já de serviços de informações com apreciável experiência servidos por pessoal qualificado nas Forças Armadas, nas quais incluímos a GNR e a GF, na PSP, na PJ e no Serviço de Estrangeiros, e, além do pessoal destes organismos, ainda dispomos de muitos especialistas com bastantes anos de experiência nos antigos Serviços de Centralização e Coordenação de Angola e Moçambique. Acontece porém que os diversos serviços de informações acima referidos se inscrevem num âmbito sectorial do Estado e não têm uma acção coordenada».

Recordamos que após a extinção, na sequência do 25 de Abril, da Pide/DGS e da Legião Portuguesa, a 2.ª Divisão do EMGFA foi encarregada de reactivar um Serviço de Informações, sendo para o efeito reforçada com pessoal civil de diversos Ministérios e militar dos três ramos das FA. Em 23 de Maio de 74 foi criado o SDCI (Serviço Director e Coordenador da Informação), directamente dependente do CR, sendo a 2.ª divisão reintegrada no SIM (Serviço de Informações Militares). Em 25 de Novembro de 1975 é extinto o SDCI e novamente reforçado o papel da 2.ª Divisão, situação que se mantém.

(Pág. 5)

CONSELHO NACIONAL DO PSD EM PORTALEGRE
Mantém-se a guerra de posições entre Sousa Franco e Sá Carneiro

Uma carta de Sousa Franco, lida no início da sessão de ontem do Conselho Nacional do PSD, em Portalegre, levou ao abandono irritado e precipitado dos trabalhos por parte de Sá Carneiro, que afirmou aos restantes «conselheiros» não aceitar o tão anunciado regresso à presidência do partido, dado não estarem criadas as «necessárias condições».

O fundador n.º 1 do PSD, num golpe súbito, e a pretexto da carta de Sousa Franco (que reafirmava as posições da sua «tendência» e nomeadamente as condições para o seu regresso à direcção do PSD) tentará, tudo o indica, com esta atitude, criar novas condições de pressão das «bases» procurando equilibrar ou ultrapassar o peso orgânico e ideológico dos «sousa-franquistas», quer no Conselho Nacional e no próprio Grupo Parlamentar, quer em órgãos de informação próximos do Partido Socialista.

Com efeito, as recentes e extensas entrevistas de Sousa Franco e Sérvulo Correia, concedidas a vários órgãos de informação, constituíram, segundo observadores atentos do PSD, outro motivo de vulto para a decisão de Sá Carneiro. Recorde-se que, na sua entrevista Sérvulo Correia punha em causa a alegada espontaneidade dos telegramas e outras mensagens de apoio a Sá Carneiro surgidas no Conselho Nacional do Sheraton.

Por outro lado, na sua carta de ontem, lida ao princípio da tarde, o prof. Sousa Franco, para além de reafirmar as posições e exigências formuladas numa entrevista ao «DN», avançava com a decisão de, como deputado, vir a assumir posições distintas da actual direcção do Grupo Parlamentar, composto dominantemente por «sá-carneiristas».

Entretanto, círculos próximos do PSD admitem existir uma importante corrente no interior do partido, tendo, essencialmente, como objectivo limitar ao mínimo as divergências entre as duas tendências, através de um profundo debate interno que resolva, no próximo

Continua na pág. 8

Ruy Luís Gomes contra regresso de Tomás

(Pág. 3)

PCP propõe esta tarde programa em dez pontos e constituição de "Bloco Democrático"

Na sua reunião plenária de sábado passado, o Comité Central do PCP aprovou um documento intitulado «Por uma alternativa democrática» que é divulgado às 15 horas de hoje em conferência de Imprensa no centro de trabalho Vitória, à Avenida da Liberdade. Segundo um comunicado distribuído pela SIP daquele partido, «os limites dos partidos deixaram de coincidir com os interesses de classe e com os limites das alianças», motivo porque «o Comité Central propõe o diálogo, a aproximação e o entendimento de democratas das mais variadas tendências, designadamente de comunistas e socialistas, com a perspectiva da formação de um Bloco Democrático e Patriótico que crie as condições de uma alternativa democrática para a política actual e o Governo actual». Foi também examinada a situação económica e financeira do País, as medidas do Governo nessa matéria, o aumento do custo de vida, os acordos com o FMI e os seus presumíveis resultados, «desastrosos para as classes trabalhadoras e as grandes massas da população nomeadamente as classes médias, para a economia portuguesa e a independência nacional».

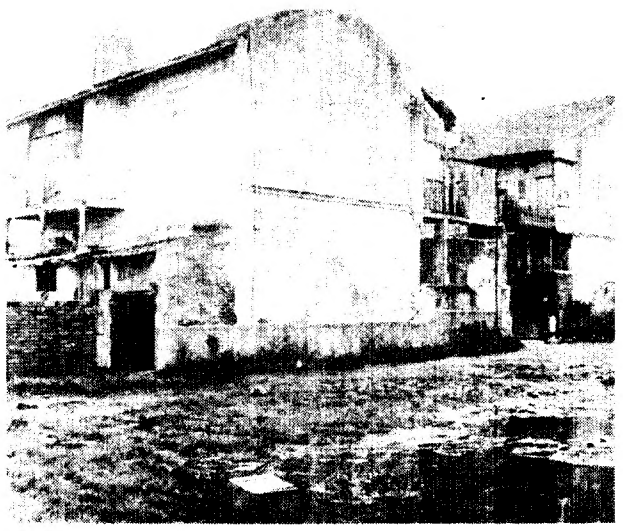
Esta tarde são divulgados «os objectivos fundamentais duma política de verdadeira recuperação económica» e «uma plataforma condensada em 10 Pontos-Programa».

O plenário do Comité Central do PCP reunido no passado sábado

Rede bombista: seis meses de julgamento

(Pág. 7)

post-scriptum



Quem defende o direito à habitação?

Dirijo esta carta ao «DL» na esperança de que o meu apelo mereça um pouco de atenção de alguém responsável pelas injustiças que se estão a cometer relativamente ao caso que vou relatar e que não é isolado: antes devem existir centenas ou mesmo milhares de situações idênticas.

Os meus pais habitam há 21 anos numa casa de três assoalhadas em Odivelas, pagando desde sempre a renda de 470$00, que poderá parecer barata mas que na realidade é bastante cara para as condições que apresenta. Trata-se de um prédio construído há mais de 22 anos, que nunca teve obras e que não tem instalações de água quente nem as comodidades das casas mais recentes.

Vivem da pensão de reforma com que o meu pai foi contemplado ao fim de 40 anos de trabalho constante e de descontos de 30 anos para a Caixa, sem faltar um dia ao emprego mesmo quando teve uma pneumonia que quase não se mantinha de pé mas que com a sua noção de que era preciso sempre foi trabalhar sem se ter tratado convenientemente.

Pois agora, com a idade de 66 anos, e uma reforma de 3630$00, aparece-lhe a senhoria em casa, propondo-lhe a compra do andar que habita pela «módica» quantia de 450 000$00.

Por outro lado, e segundo nos têm dito, na impossibilidade da aquisição do andar, como é o caso presente, será realmente verdade que os meus pais poderão vir a receber uma acção de despejo se o futuro proprietário provar que precisa desse andar para habitar?

Nem me interessa analisar as razões que assistem à senhoria, que está a proceder como a maior parte dos proprietários de prédios que, enquanto as rendas foram um bom rendimento, nunca se quiseram desfazer dos seus valores, mas que agora, com os juros do dinheiro a prazo nos bancos, estão todos muito interessados em fazerem-nos proprietários.

Não haverá um advogado honesto e desinteressado que nos possa informar se é verdade que num país que vive com uma Constituição democrática e avançada, em que as barracas terão de ser suprimidas, não haja uma lei que proteja as pessoas de se verem despojadas da sua casa só porque ao fim duma vida inteira de trabalho só conseguiram fazer reserva de doenças resultantes duma vida inteira de privações?

Carolina José Pinto G. M. Catalão — ODIVELAS

«Situações de desigualdade...»

Tenho descontado para o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, mas trabalho na Indústria de Madeiras, na firma SIAF — Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais. SARL, em Abrunheira (Sintra).

Em 1975 os Rodoviários e o Sindicato das Madeiras entraram em acordo através de comissão de apoio para o contrato semi-vertical, tendo eu sido abrangido pelo acordo dos Rodoviários, e descontado sempre para aquele Sindicato.

Acontece que os Rodoviários renovaram o contrato em 1976, achando-me no direito a esse contrato visto que não tenho outro. É realmente de lamentar que existam estas situações de desigualdade, quando tanto se fala na igualdade e na defesa das classes trabalhadoras.

Uma vez que me foi negado o direito ao contrato dos Rodoviários, escrevi uma carta à direcção daquele Sindicato, expondo o meu problema, que se arrasta há dois anos e que exige uma solução urgente, dados os prejuízos que me vem causando. Por aquilo que me é dado perceber, estou em crer que é mais uma fraude que se está a cometer.

Orlando da C. Almeida — LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

PODER LOCAL

Bebés em gavetas

Há bebés que dormem em gavetas na Freguesia dos Prazeres. Inquilinos (inquilinos pobres) tiveram de construir prateleiras em quartos subalugados para se entregarem ao sono depois do trabalho. Isto é: não há espaço para camas. A promiscuidade é uma constante: jovens de 15 anos dormem com os pais. Há molhos de pessoas que só por excepção podem respeitar as mais elementares normas de higiene.

«Isto é o fim do mundo» — afirmam moradores (integrados ou não em Comissões de Moradores) que já há algum tempo deram uma volta por aquilo tudo. Deram uma volta e continuam a dar voltas, buscando uma solução, interrogando-se sobre uma política governamental que não dá resposta a perguntas angustiantes.

Pois bem: na passada quarta-feira, dois vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, um da APU (Silva Graça) e outro do PS (o médico Silva Oliveira), visitaram demoradamente a freguesia. Vendo tudo, ouvindo tudo, tudo assentaram com vista a uma reunião pública, reunião que se efectuou dois dias depois, sexta-feira, no âmbito da Assembleia de Freguesia.

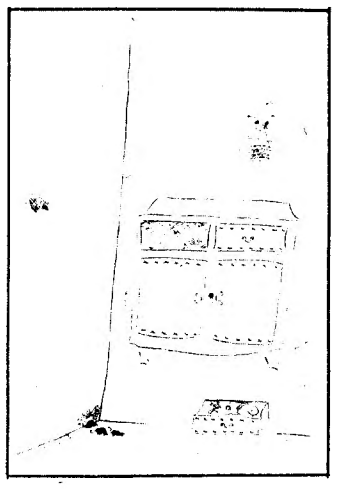
«Uma afronta às populações» — assim se expressou Silva Graça, ouvido por uma sala compacta, ao qualificar a recente decisão do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) em conceder, durante o corrente ano, aos Municípios, a ridícula verba de 1200 contos para recuperação de imóveis degradados.

Alguns números para bem se compreender todo o problema:

Com uma densidade populacional de **11.600** habitantes por quilómetro quadrado, os Prazeres apresentam uma realidade que tem de tocar quem governa o País. Palavras de Silva Graça: «Enquanto não existe um centímetro de terreno para construção (**16** casas prefabricadas estão por montar), **70** por cento das habitações não possuem casa de banho, **30** por cento não possuem água canalizada, **80** por cento encontram-se em estado de degradação. Nestas circunstâncias estão os **30** pátios e becos da freguesia, cuja população se encontra bastante envelhecida...»

Casas há que ameaçam ruína, casas há que são inundadas, casas há que têm piso de terra batida... Ora acontece que no âmbito do Plano de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), o Município lisboeta, como todos os outros, «viu-lhe atribuída, para 78, uma verba de 1200 contos para aqueles fins».

«Importa dizer (sublinhou Silva Graça) que o preço médio para recuperação de cada fogo



Prazeres: bebés dormem em gavetas, próximo dos ratos...

é de 200 contos, pelo que essa verba daria para seis habitações.»

Referidas foram ainda as barracas existentes na zona, as obras exteriores que os senhorios não fazem, os despejos injustos determinados pelos proprietários para que lhes seja possível o aumento das rendas... Gente, enfim, que, por imposição, «vive como animais».

Importante, também foi a intervenção de Silva Oliveira. Defendeu o Serviço Nacional de Saúde. Urgia que ele fosse posto em prática. Disse: «Temo que se se passar um ou dois anos, seja mais um projecto a guardar na gaveta...»

Explicou que o SNS «interessa especialmente aos mais desfavorecidos, sem se perder de vista que saúde é, antes de mais, habitação digna, alimentação correcta, educação para os filhos, higiene assegurada».

Silva Oliveira, referindo-se às palavras do dr. Gentil Martins, que venceu as eleições para a Ordem dos Médicos, afirmou que se pode ficar com uma ideia errada se as interpretarmos de ânimo leve.

Segundo as palavras do dr. Gentil Martins, «a partir de agora todos teriam acesso à clínica particular». Ora...

«Ora isso é uma barbaridade — acentuou o vereador do PS. — O que nós precisamos é que as caixas funcionem. Precisamos de criar centros comunitários de saúde que não obriguem as pessoas a correr sempre para os bancos dos hospitais, completamente cheios...»

A assistência (a reunião efectuou-se na Escola Josefa de Óbidos) sugeriu que o Hospital da Cuf, para já facultasse o serviço de urgência a todos quantos dele necessitassem. Lembraram ainda os presentes a situação da Terceira Idade: «Que os velhos possam ficar entre nós, e não morram desamparados nos asilos...»

No decorrer da reunião foram censurados os vereadores que desertaram. Caso, por exemplo, de Helena Roseta (PPD), que deixou os Serviços de Habitação quando se tornou directora do «Jornal Novo».

Esta é, cidadãos, num resumo muito breve (maior observação está marcada para 7 de Junho), a situação da Freguesia dos Prazeres. Situação que bem se pode sintetizar na imagem da gaveta: um projecto de saúde que corre o risco de ficar esquecido numa gaveta — e bebés que dormem em gavetas, no chão, mais próximos dos ratos do que de soluções urgentes que se impõem...

Operação Adelaide: missão cumprida

Atingiu rapidamente proporções inesperadas o movimento de solidariedade em torno de Adelaide Maria Martins Borges Pinto. Carecendo a família de 36 mil escudos para que a jovem se pudesse submeter a vários tratamentos que a libertem do risco de cegar, o dinheiro enviado por trabalhadores de todos os cantos do País ultrapassa já os cem contos. Sendo assim, as circunstâncias aconselham a pôr termo à remessa de donativos que neste momento se não justifica, o que aliás já fazíamos notar na nossa edição de sábado.

Passamos entretanto a divulgar a procedência dos últimos donativos:

Transporte	64.712$50
De um leitor assíduo	100$00
De N. do Barreiro	1.000$00
José Gregório do Carmo	1.000$00
Maria Alice Pina	1.000$00
Maria Ermelinda Duarte Reis	200$00
Lurdes, Emília Mateus, Catarina Mateus, José Gomes, Maria Celina e mãe, Emanuel e Carlos	750$00
Trabalhadores da mecanografia empresa MDF — Região do Tramagal	230$00
Pessoal da Sub-região de Beja, da Dir. Regional da Agricultura do Alentejo	3.000$00
Um leitor do «DL» desde há 57 anos	500$00
Maria Judite de Carvalho	50$00
Anónima	50$00
Alguns empregados de escritório da Quimigal-Química de Portugal e de anónimos do Barreiro	3.025$00
Ass. Moradores Flor da Serra (Bairro do Calhau-Lisboa)	4.000$00
Importâncias entregues directamente à mãe da Adelaide:	
Deficientes residentes no Lar Militar	11.900$00
Duas crianças de uma escola	500$00
Sindicato da Actividade Cinematográfica	6.000$00
N.N. E.D.P. Setúbal	100$00
Trabalhadores da Rodoviária Nacional — Sub-Centro de Caneças	4.200$00
	102.317$50

Como se vê, esta importância é quase o triplo do preço estipulado pela Clínica para os tratamentos da Adelaide. Estando tais tratamentos assegurados (a jovem será internada logo que haja vaga) consideramos a missão cumprida. Resta-nos aguardar que lá para Junho possamos dar notícia das melhoras da Adelaide Maria.

Pub.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

PLENÁRIOS

DIA 18, ÀS 21.00 H — CASTELO BRANCO — Assembleia, Campo da Pátria; FUNDÃO — Associação Soc. Mútuos, R. 1.º de Dezembro, 24; LEIRIA — Sindicato Escritórios, R. Henrique Somer, 2.

DIA 19, ÀS 21.00 H — SANTARÉM — União Sindicatos, R. Elias Garcia, 26; COVILHÃ — União Sindicatos, R. Visconde da Coriscada, 82, 4.º; CALDAS DA RAINHA — Sindicato Caixeiros, R. Alexandre Herculano, 8, 1.º.

DIA 22, ÀS 21.00 H — PORTALEGRE — União Sindicatos, Av. da Liberdade; FARO — Delegação, R. Tenente Valadim, 36, 1.º GRÂNDOLA — Subdelegação, R. Dr. José Pereira Barradas.

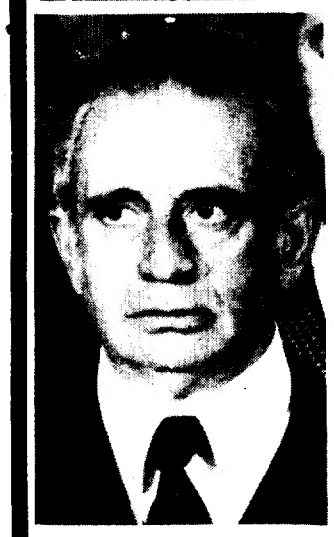
DIA 23, ÀS 21.00 H — ÉVORA — União de Sindicatos, R. Alcáçova de Cima, 1-A, 1.º; PORTIMÃO — Casa dos Pescadores; BEJA — Sindicato Metalúrgicos, R. Diogo Fernandes, 9.

DIA 24, ÀS 21.00 H — SETÚBAL — Clube de Futebol «Os Sadinos», R. António José Batista, 59; LISBOA — Bombeiros Voluntários Lisbonenses (ao Marquês de Pombal), R. Camilo Castelo Branco n.º 33.

ORDEM DE TRABALHOS

I — Criar condições para o acto eleitoral
II — Contratação
III — Informações

ponto a ponto



O chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, encontra-se desde hoje à tarde em Bruxelas à frente de uma delegação portuguesa que vai participar na 67.ª reunião do Comité Militar da NATO. O comité integra representantes dos países da Aliança Atlântica, e a delegação portuguesa integrar-se-á, depois da reunião, na representação portuguesa à reunião do Comité dos Planos de Defesa a ter lugar também na capital belga. Os trabalhos das duas sessões terminam dia 20, devendo Souto Cruz e demais militares portugueses regressar a Lisboa dia 21.

Regressou a Lisboa no sábado passado o general Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que foi à Bélgica em representação do PR, general Ramalho Eanes, para participar na «Shapex-78», uma conferência no âmbito da NATO. Falando aos jornalistas à chegada a Lisboa, Lemos Ferreira disse que os temas debatidos não tinham interesse especial. Escusando-se a pormenores, o CEMFA acrescentou no entanto que os temas eram importantes e que vão ser estudados pela parte portuguesa, que deles tomou conhecimento pela primeira vez. Mas nem tudo são segredos: um dos temas, disse Lemos Ferreira, tratava da gestão do espaço aéreo nacional.

Hoje ou amanhã, chega a Lisboa o dirigente socialista francês Michel Roccard. Vem a Portugal a convite do PS Português, para participar num colóquio sobre autogestão, questões teóricas e práticas — «o fundamento e a perspectiva do sistema autogestionário», segundo o anunciado pelo PS, promotor da iniciativa. O colóquio é de amanhã a quinta-feira. Para participarem, vêm ainda o jugoslavo Lucien Pfeifer e o francês Edmond Maire.

Os dirigentes socialistas Pedro Coelho e Francisco Marcelo Curto estiveram em evidência numa reunião do Secretariado Nacional do PS realizada no sábado passado nas instalações da organização ao Rato, em Lisboa. Pedro Coelho presidiu à reunião, a que estiveram presentes responsáveis federativos do continente e das ilhas, do PS. Durante a primeira parte da reunião tratou-se do momento político nacional e de problemas internos da organização. Depois Francisco Marcelo Curto dirigiu um debate especial sobre questões de trabalho. Maldonado Gonelha não foi; a representar o titular do MT esteve Valdemar Mota. Não transbordaram pormenores.

O PCP realiza no próximo dia 19 um comício no Pavilhão do Académico, no Porto. A sessão está a ser muito anunciada, sobretudo no Norte, mencionando com destaque o nome de Carlos Costa, entre outros oradores. Deverá falar-se dos principais problemas que caracterizam a actual situação portuguesa, na perspectiva da organização. Ao comício segue-se uma sessão de canto livre, com a participação de conhecidos artistas da canção portuguesa de intenção social e política.

Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e José Morgado contra o regresso de Tomás

Alguns amigos manifestaram interesse em saber qual a nossa posição perante o comunicado da Presidência da República, relativo ao possível regresso a Portugal do último dos presidentes fascistas.

Permita-nos, senhor director, que informemos esses nossos amigos, através do «Diário de Lisboa», jornal que tanto se tem distinguido em defesa das conquistas da Revolução de Abril.

I — O Artigo 44.º da Constituição da República afirma o seguinte:

«1. **A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem em qualquer parte do território nacional.**

«2. **A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar.**»

Não nos consta que tenha sido retirada a nacionalidade portuguesa ao último dos presidentes fascistas. E, sendo assim, o problema do seu eventual regresso está resolvido pela Constituição de 1976. Se o último dos presidentes fascistas não está em Portugal, é porque alguém tratou de evitar que ele respondesse perante o País pelos actos que praticou ou consentiu durante o fascismo.

II — Para quê, então, o comunicado da Presidência da República, uma vez que é evidente a sua inutilidade legal em face da Constituição?

É claro que só os autores do comunicado podem dizer qual o seu objectivo real. Mas, para além das razões de humanidade nele invocadas e qualquer que tenha sido a ideia que o inspirou, a verdade é que ressalta da sua leitura um propósito de apresentar o último dos presidentes fascistas como um inocente, com o estranho argumento de que, até agora, nenhum processo se organizou contra ele.

Assim, **em vez de se pedirem responsabilidades a quem tinha a estrita obrigação de organizar tal processo, utiliza-se o não cumprimento dessa obrigação para se agir como se ele fosse um inocente.**

Esquece-se que, nos termos da própria legislação fascista, ele era o responsável pela direcção da política externa do País, tinha poderes para nomear e demitir o presidente do Conselho de Ministros. Esquece-se ainda que, caso discordasse da política terrorista seguida pelos ditadores Salazar e Caetano, **que ele próprio nomeou**, tinha o direito de renúncia, reconhecido pela legislação fascista.

Não seremos nós, constantemente perseguidos pelo fascismo, presos tantas vezes pela PIDE e tantas vezes condenados pelos Tribunais Plenários de Lisboa e Porto, a opor-nos à invocação de razões de humanidade pela Presidência da República. Mas não podemos deixar de estranhar que razões de humanidade não tivessem sido publicamente invocadas a favor das famílias de combatentes antifascistas e o sejam agora para inocentar o último dos presidentes fascistas e descongelar as suas contas bancárias.

Assim, qualquer que tenha sido a ideia que inspirou o comunicado da Presidência da República, ele surge, na prática, como uma cedência à reacção, como uma contemporização com a agitação fascista, como um incentivo para que as forças reaccionárias prossigam a sua campanha contra o regime democrático.

III — Ao erro que constituiu a remessa por avião de Tomás e Caetano, primeiro para a Madeira e, posteriormente, para o Brasil, em vez de os levar a julgamento, **como era estrita obrigação legal e política**, acrescenta-se agora o erro de apresentar um deles como ilibado de qualquer responsabilidade nos crimes praticados pelo fascismo.

Nenhuma disposição legal foi explicitamente invocada para dar cobertura a tão estranho comunicado e, em nosso entender, a Presidência da República não tem competência legal para dar como ilibado o último dos presidentes fascistas.

IV — Naturalmente, sem o pretender, o comunicado da Presidência da República resulta profundamente desestabilizador e constitui objectivamente uma agressão aos sentimentos democráticos do povo e aos sofrimentos de tantos portugueses que foram ferozmente perseguidos pelos fascistas.

E é tão desestabilizador que, contra ele, se manifestou, na Assembleia da República, o principal partido do Governo, o Partido Socialista, que aplaudiu de pé a intervenção do deputado Acácio Barreiros, intervenção em que criticou asperamente a iniciativa de Belém.

Até este momento, que nós saibamos, só se manifestaram a favor de tal comunicado, alguns políticos que pouco ou

Continua na pág. 7

O COMPANHEIRO DE VIAGEM

Um homem não escolhe a terra em que nasceu. Mas se, sendo Presidente da República, abandona os salões envelhecidos de Belém para visitar a terra natalícia, e se faz acompanhar por alguém para além dos mais directos colaboradores palacianos, do séquito oficial, dos jornalistas e outros agentes da Comunicação Social, é evidente que escolheu o companheiro de viagem. O companheiro do general Ramalho Eanes nesta visita a Alcains, visita de reencontro e de trabalho, foi o major Vasco Lourenço.

Sabemos que Vasco Lourenço é filho da região, mas essa cândida justificação não explica a coincidência da visita a Alcains acompanhando Ramalho Eanes e da publicação da importante entrevista concedida ao «Diário de Notícias». Acaso? As circunstâncias de acaso poderão ser invocadas. Mas estejamos, ou não, perante um simples acaso, a coincidência reveste-se de relevância política. A entrevista de Vasco Lourenço terá que ser lida à luz da sua escolha como companheiro de excursão do Presidente, terá que ser apreciada no contexto da visita a Alcains.

Não são indiferentes para o País de Abril, as relações entre estes dois homens, a determinação a que ambos se proclamam fiéis de defender esta democracia e de cumprir esta Constituição. Mais do que políticos são dois militares. São, porém, dois militares políticos. Ramalho Eanes terá um maior conhecimento dos negócios do Estado. Vasco Lourenço terá maior sensibilidade para se aperceber dos perigos que ameaçam a Revolução de Abril. Ramalho Eanes terá capacidade de negociador. Vasco Lourenço mostrou já que era dotado de uma capacidade de conspirador. Ramalho Eanes mede as palavras. Vasco Lourenço pesa as verdades.

Esta sua entrevista é uma lição de coragem política. Fala claro. Vasco Lourenço. E possui, em excelente grau, a coragem de tirar consequências políticas, e morais, da experiência política que dia a dia, na acção e na discussão, vai ganhando.

O PRÓXIMO ALVO

Para o major Vasco Lourenço as diversas manobras que concretizaram a maquinação contestatária da sua presença no comando da Região Militar de Lisboa, tiveram por objecto desbravar o caminho para uma operação mais ambiciosa. Os que lutaram pela sua saída do posto de comando do qual dependiam «mais de metade dos efectivos e órgãos do Exército» incluindo «várias das principais unidades operacionais», na realidade queriam, e querem, «atacar o Presidente da República, com vista a alcançar o Poder por meios antidemocráticos». E para isso, segundo Vasco Lourenço, diligenciam tudo para retirar ao Presidente da República a sua qualidade de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. «Retirar ao Presidente esse cargo é indispensável — na opinião de Vasco Lourenço — para quem deseja atingir o Poder por meios não democráticos».

Os oficiais graduados que exerciam altos cargos de comando, como o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e o Governador Militar de Lisboa, constituiam como que «anteparas», era uma defesa da própria posição do CEMGFA, ele, também, general graduado. «A «crise» que levou à substituição de Vasco Lourenço depois de ter imposto a de Rocha Vieira, desprotegeu, sob este aspecto, a posição de Ramalho Eanes.

Contudo, como Vasco Lourenço lucidamente anota: «... hoje, o Presidente da República está, mais do que nunca, acompanhado por pessoas que, não o apoiando à partida (desconfiadas mesmo algumas), vêem nele, agora, o defensor da Constituição da República (que jurou defender) e o garante da consolidação da democracia, em Portugal. Sinceramente, pensamos que a companhia é, hoje, bastante melhor...».

A «maioria constitucional» é mais coerente, e mais democrática, do que a chamada «maioria presidencial». Os actuais apoios militares estão mais próximos de uma «maioria constitucional». O que não é de molde a esbater a reacção popular que condena uma decisão insólita, mas que situa a decisão e a reacção num contexto e na perspectiva do desenvolvimento contraditório de um processo democrático de transformações radicais. A Revolução em Abril iniciada recusa paragens e regressos. Portugal é «um País em mudança». Cabe às forças democráticas (e antifascistas) civis e militares marcar o sentido dessa mudança, determinar, para além da cortina das palavras e dos tropos retóricos, a irreversibilidade das conquistas de Abril.

CONSOLIDAR ABRIL

Defender as conquistas de Abril; não permitir o «regresso» a um passado contra o qual os Capitães de Abril se organizaram, se revoltaram e que, de armas na mão, varreram; dissuadir serenamente mas sem concessões e sem transigências os que sonham com a «desforra»; institucionalizar a Democracia; defender a Constituição; — tal se depreende ser, a avaliar pelas declarações do major Vasco Lourenço, a tónica dominante entre os militares patriotas e civicamente responsáveis. Para Vasco Lourenço, a situação militar não inspira preocupações. Ele afirma ao jornalista do «Diário de Notícias»: «À primeira vista dir-lhe-ei que considero muito difícil a eclosão de qualquer golpe militar vitorioso. Penso não haver condições, nem internas nem externas, para que tal se verifique».

Mas o elemento puramente militar é uma das componentes a ter em conta numa análise da realidade político-militar. As condições subjectivas podem gerar-se e desenvolver-se a partir de uma situação concreta. Vasco Lourenço não o esquece e muito justamente observa: «No entanto, torna-se necessário que a situação social se não degrade ao ponto de influenciar os militares e os levar a tentar encontrar uma saída de força e antidemocrática».

Digamos que devolve o problema aos homens políticos, aos dirigentes partidários e sindicais, ao Governo. O problema da defesa da Democracia e da realização do projecto constitucional da modernização e de democratização da sociedade portuguesa, é, fundamentalmente, um problema político, e, só subsidiariamente, um problema militar.

Não podemos exigir aos militares que defendam o prestígio do Governo, ou a pessoa física dos ministros, se estes se separarem do Povo, acumularem erros de gestão, repetirem faltas de previsão, insistirem no caminho das transigências e do leilão dos próprios princípios.

Podemos esperar, sim, e foi isso que se proclamou, bem alto e bem forte, nas reuniões militares comemorativas da Revolução de 25 de Abril, que os militares defendam os ideais de Abril, a libertação do Povo, a Independência Nacional.

NO CAMINHO DE EANES NA BEIRA BAIXA

Guerra de Meimão e de Meimoa e o discurso dos empresários

Os populares saíram a caminho do Presidente saudando-o na sua visita à Beira Baixa

FUNDÃO, 15 (do nosso enviado Daniel Reis) — Meimão e Meimoa são duas pequenas povoações situadas nos contrafortes da serra da Malcata, saída da Beira Baixa entrada da Beira Alta. Estão em guerra porque ambas reivindicam o nome e o benefício de uma das três barragens prestes a iniciar-se no âmbito do plano da rega de Cova da Beira, visitado no sábado pelo Presidente da República. Essa barragem é da Ribeira da Meimoa, será construída entre as duas povoações, mais próxima da primeira que, situada à nascente, terá umas 12 mil oliveiras submersas pelas águas.

Daqui nasceu o diferendo — de importância menor — mas que viria animar o segundo dia de trabalho do Presidente Eanes na Beira Baixa. Esta questão é um litígio latente entre os Ministérios das Obras Públicas e da Agricultura, esse sim já com alguma importância a nível nacional, foram bem visíveis aos olhos de todos durante a visita e poderão atrasar inclusivè a concretização do regadio da Cova da Beira. Estes dois litígios foram as duas notas mais salientes no segundo e último dia de trabalhos do Presidente e da sua numerosa comitiva em terras da Beira Baixa.

Cravos vermelhos de Abril e cartazes reivindicativos apanharam de surpresa a comitiva de Eanes ao chegar ao limite das duas povoações. Pelos dizeres dos cartazes se adivinhava o tom de guerra que iria ser declarada lá mais adiante: «porquè barragem da Meimoa se é feita no Meimão?», «Porquê a visita à Meimoa e não ao Meimão? Queremos que V. Ex.ª visite o Meimão e as terras que ficam inundadas pela barragem!».

Com aplausos, vivas ao Presidente da República e um grande braçado de cravos vermelhos Meimão procurava assim sensibilizar o general.

MEIMOA PERDE E GANHA

Meia-hora depois, já em plena zona onde vai ser construída a barragem, apareceu a concorrência traduzida na população da Meimoa igualmente para dizer da sua justiça. Como porta-voz das reivindicações da aldeia de nome feminino avançou uma jovem de 18/19 anos, uma belíssima rapariga das Beiras, cabelo arrebitado, face trigueira e linguagem desenvolta. Insistia que o PR se devia deslocar a Meimoa pois, já então era evidente, que também se deslocaria ao Meimão «Só para a próxima visita é que lá poderei ir» respondeu o Presidente Eanes. «É sempre assim: eu já sabia!» — retorquia exaltada a demandante. Braços fortes de outra rapariga da sua terra calaram-lhe os protestos. A exaltação ameaçava inconveniências e assim o que restava da dignidade protocolar pode ainda ser salva: só que a Meimoa perdeu esta guerra já que o PR não foi lá.

Na Escola Primária do Meimão estava preparada uma merenda: queijo da serra, queijo cabreiro da região, presunto, bolos e bom vinho. O Presidente comeu e conversou com os beirões. A gente do Meimão «inchava» da felicidade, mas a verdade è que a barragem lhes vai submergir umas 12 mil oliveiras e as suas terras não beneficiarão co plano da rega que se inicia uns escassos quilómetros abaixo. Aí sim, è a Meimoa que ganha. Perdeu a batalha do Presidente mas ganha a guerra da água.

ENTRE O MAP E O MOP TAMBÉM HÁ «GUERRA»

A outra «guerra», essas de consequências provavelmente mais graves e de maior influência a nivel global, esteve evidente perante todos e sobretudo perante o Presidente da República bem atento às discussões dos membros da sua comitiva — entre os Ministérios das Obras Públicas e da Agricultura representados aqui pelos Secretários de Estado João Porto e Vaz Portugal respectivamente. O pomo da discórdia è a Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos que dirigiu os trabalhos agricolas da Cova da Beira, projectou os canais de irrigação, fez o lançamento sociológico, estudos económicos e se prepara para construir as barragens. Este departamento pertence às Obras Públicas, mas quem vai gerir o plano da rega e o seu aproveitamento è o Ministèrio da Agricultura. O presidente, após lembrar que, a seu ver, este departamento estatal devia passar para o MAP, insistiu em que, sobretudo era necessário ultrapassar a situação e fazer avançar os trabalhos.

Entretanto, um banco alemão abriu já uma linha de crédito a favor de Portugal no valor de 70 milhões de marcos. Previa-se inicialmente que todo este financiamento fosse aplicado na Cova da Beira. Mas com a discussão das duas opções o MAP chega a dizer que è necessário partir do zero para novos estudos deste regadio) o crédito poderá muito bem ser encaminhado para outras regiões e até para outros sectores.

No meio disto havia um homem inconformado expondo ao Presidente o seu trabalho de 12 anos. Medira a região metro a metro, apresentava cartas hidrográficas já levantadas, falava de inquéritos sociológicos concluídos, éstudos de solos pormenorizados, cálculos de aproveitamento económico da água e, enfim, da rede de canais e das formas de irrigação mais úteis.

«O arranque do regadio è possível, desejável e as populações da Cova da Beira exigem-no» — dizia o eng. Courinhas — enquanto concentrava a atenção do Presidente na carta topográfica da região, em plena zona de implantação da futura barragem da Gapinha.

«É preciso avançar» — dizia o general Eanes.

«Pois, mas temos que pensar parar talvez um pouco, estudar opções e englobá-las num plano mais geral» — retorquia o Secretário de Estado do do Fomento Agrário, Vaz Portugal.

«É sim» — insistia o eng. Courinhas. «Mas para escolher as opções e saber o que è útil ao povo, é necessário andar centenas de quilómetros para conhecer este terreno como o médico conhece o seu doente».

E, não fora o apertado programa do Presidente e a necessidade de seguir viagem, lá continuaria hoje a falar das suas 11 mil fichas individuais de agricultores da Cova da Beira e na pressa que todos eles manifestam a todo o momento de que o plano de regadio arranque sem entraves.

UMA CERTA INICIATIVA PRIVADA

Da visita a Alcains que se concluira de véspera, alguns apontamentos mereceram ainda ser referidos, essencialmente aqueles que se ligam de qualquer modo com a política industrial a prosseguir pelo País. É assim que problemas simples e de fácil solução ganham aqui no interior do País e em zonas de difícil acesso como é a Beira Baixa, uma agudização que não se esperaria. Foi assim que ao Presidente foi referida a falta de cimentos, os cortes sucessivos de energia eléctrica, a elevação das taxas de juro incomportáveis para as pequenas empresas, a qualidade do milho importado e que afecta a qualidade das rações, os problemas de distribuição a que a EPAC não dará solução como e da conveniência das empresas. A estrada Lisboa-Castelo Branco, especialmente o troço entre Niza e a capital do distrito onde há muito tempo decorrem obras e o piso é pèssimo, foram frequentemente referidas. Referidas também «a inércia e a incapacidade da CP» que, no dizer de um dos empresários que na altura falava com o presidente», «nem tem uma váscula para pesar os vagões de cereais indispensáveis às indústrias afectadas». Outra questão de somenos importância mas que pode obrigar a parar toda uma fábrica ou parte dela è um compressor que há dois meses se encontra para desalfândegar e que, por problemas burocráticos, o não foi ainda.

A todos estes problemas foi o presidente respondendo e chamando a atenção dos secretários de Estado que o acompanhavam. Mas uns, dizendo que os problemas burocráticos já estavam solucionados ou decisões tomadas para produzirem efeitos dentro de dois ou três meses, outros dizendo que os problemas têm que ser encarados numa perspectiva mais geral e que só depois deles poderão ser encarados, outros ainda também lembrando algumas decisões pontuais que talvez resolvam problemas destes, foram respondendo do melhor modo que puderam.

Tiveram mais dificuldades em responder ao conjunto dos empresários da região que o presidente reuniu na sexta-feira à noite, na última fábrica visitada, exactamente para os poder confrontar com os membros do Governo que o acompanhavam e receber deles algumas indicações úteis para a indústria da região. E nessa reunião em que o Governo não foi culpado, como aliás não o tinha sido em encontros parcelares com empresários, muitas questões vieram ao de cima, algumas não tão fáceis politicamente, como à primeira vista se poderia pensar, se nos recordarmos que as quinze empresas visitadas são todas de pequena e média dimensão não assumindo nem o poder reivindicativo nem a força das grandes unidades industriais de Lisboa e Porto. De qualquer modo e frequentes vezes durante a visita, foi acentuado o carácter especial destas empresas, primeiro por se situarem em zonas rurais e fomentarem emprego, segundo porque são quase todas de raiz cooperativa ou pelo menos formadas com espírito cooperativo, com elevado número de sócios e em terceiro lugar porque os conflitos sociais não terão tido aqui raiz nem desenvolvimento. O Presidente da República chegou mesmo a dizer que, não se tratando embora de conciliação de classes, se nota em Alcains e nestas pequenas empresas uma conjugação de esforços entre o empresário e os trabalhadores voltados para o mesmo objectivo. Só que, em documentos mais tarde apresentados ao Presidente, assim como em textos distribuídos aos jornalistas, já um certo espírito da CIP e dos partidos que à sua volta gravitam se poderiam notar muitas intenções perfeitamente contraditórias ao espírito das pequenas e médias empresas e sobre o espírito conciliatório que sobre elas havia chamado a atenção. Destaca-se um documento insistindo na criação de um plano regional cooperativo e numa grande cooperativa cimenteira assim como foi dito claramente num discurso bastante aplaudido pelos empresários da região que è impossível à iniciativa privada desenvolver-se enquanto continuar na dependência do sector público e enquanto o sector público detiver o exclusivo sobre os bancos, siderurgias, cimentos, transportes e electricidade. Mais ainda se disse neste discurso apresentado por um dos maiores industriais da região onde a certa altura se referia que «a falta de competência e o oportunismo dos politicos continuaria a explorar permanentemente os criadores de riqueza, entendendo-se como os criadores de riqueza os empresários privados. Igualmente se podiam ler no referido discurso ataques ao aparelho de Estado e a empresas do sector público para se concluir de forma algo ameaçadora «Confiem em nós que nós confiamos em Portugal» Assim, o espírito «quase cooperativo, quase familiar, quase conciliatório» das empresas com os 1200 trabalhadores industriais de Alcains não levou até ao fim as suas projecções.

JUNTA DE FREGUESIA OU ORGANIZAÇÃO PATRONAL?

Tudo isto que acabámos de dizer era visível já nos dias que precederam a visita do Presidente e na forma como a reunião foi preparada. As fichas individuais e as credenciais para a reunião foram organizadas pela Junta de Freguesia. Os trabalhadores de várias empresas procuraram igualmente participar na reunião, pois se há aqui colaboração entre empresários e trabalhadores estes últimos julgavam-se no direito de assistir à reunião dos primeiros com o Presidente da República.

Numa das fábricas visitadas podia ler-se no cartaz bem à vista de todos a queixa dos trabalhadores onde se dizia «Com que direito a Junta reúne os patrões e não os operários? Será que a Junta de Freguesia è já uma organização patronal?»

Aliás esta Junta de Freguesia tem uma história com algum significado político. Sendo embora uma freguesia com uma profunda influência do PS, que reuniu aqui 845 votos para a Assembleia Municipal, e em que PSD e CDS empataram com 272 votos cada e a FEPU registou ainda números interessantes atendendo à região (175 votos), toda esta gente se juntou para apojar uma lista unitária intitulada «União Trabalho e Progresso de Alcains». É esta lista que hoje dirige os destinos da freguesia, pois foram-lhe atribuídos na altura 1429 votos, ou seja, os de quase toda a população. Só que, apesar dos apelos à conciliação e dos apelos ao entendimento parece que nem tudo corre sobre rodas nesta freguesia industrializada do interior rural deste País.

Leia na Voz do Povo desta semana

TOMAZ A PENSAR EM VIR

Portugal já está a arder com a última do Palácio de Belém

Voz do Povo já alertara há dois meses para o que se preparava. Eanes acha que "as razões de humanidade se sobrepõem as razões políticas". Tomaz está a pensar (!) se há-de vir. António Macedo (destacado dirigente do PS), Raúl Rego (director de "A Luta"), Prof. Ruy Luís Gomes e o deputado Acácio Barreiros depõem para a *Voz do Povo*.

António Macedo: "não soubémos, ou não quisémos, instruir o processo da ditadura do fascismo, dos seus malefícios, traições e crimes."

Para dar testemunho vivo do que foi a resistência de 50 anos do povo, ao Fascismo, o Tribunal Cívico Humberto Delgado vai julgar o Fascismo. Carlos Candal, Frei Bento Domingues e Jerónimo Martins explicam como e porquê.

Porque há Migs angolanos nos céus de S. Tomé e Príncipe? O que é que o governo do Gabão tem a ver com os soldados cubanos chegados àquela jovem república? Correspondência especial, em rigoroso exclusivo para *Voz do Povo*.

Roque Laia inicia colaboração regular nas nossas páginas, sobre habitação. Segundo artigo contundente de Abraham Béhar sobre a medicina em Portugal. Os OVNIs reduzidos à sua verdadeira dimensão num artigo de António Costa (doutor em Astronomia) em que se fala de Walt Disney, do milagre de Fátima e de "ciência" feita por medida para o imperialismo.

Voz do Povo foi à reabertura do D. Maria. Nem queiram saber o que lá vimos!

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E A SEGURANÇA DO ESTADO

"Serviço de Informações eficaz deve apoiar a arte de governar"

Além dos elementos que pomos à consideração dos nossos leitores na 1.ª página, e que já não se limitam a fornecer apenas uma pálida ideia dos poderes de que poderá vir a ser investido o Serviço de Informações da República, que conforme temos noticiado se encontra já em adiantada fase de preparação, convêm, para melhor compreensão do que está em causa, transcrever mais algumas ideias e projectos do general Pedro Cardoso no seus artigos da «Nação e Defesa»:

. No número de Janeiro deste ano, e sublinhando que «a arte de governar, como arte que é, não é para todos, mas passará a ser mais acessível e a poder ser praticada com mais segurança e mais eficiência se for apoiada por um eficaz serviço de informações», o general avançava que «apesar de todos os benefícios para a acção governativa que advêm das actividades de um serviço de informações, não podemos deixar de reconhecer que tais serviços, quando se regem por leis demasiado genéricas e não são controlados, podem afectar o prestígio do país no estrangeiro, criar incidentes diplomáticos e actuar de modo lesivo em relação aos direitos, liberdades e garantias constitucionais».

No número agora saído a público, mantendo-se embora vaga a definição do âmbito de tarefas do Serviço (no entanto é avançado que ele pode incluir «**actividades encobertas ou que, quando executadas, possam vir a ser negadas**», Pedro Cardoso desenvolve aquilo a que chama o controlo do Serviço de Informações por parte das instituições democráticas do Estado.

Fontes: a CIA e o FBI

A título de exemplo do que pode ser o controlo, pelos órgãos de governação, da actividade dos Serviços de Informação, o general Pedro Cardoso cita a remodelação a que nos EUA foram sujeitos, em Janeiro passado, os órgãos colegiais que desempenham tais funções, mantendo o National Security Council (NSC) no topo da pirâmide da «comunidade de informações» com duas comissões operacionais: «**Policy Review Comitee**», que revê sistematicamente todas as operações de informações, presidida pelo director da CIA e da qual fazem parte o vice-presidente dos EUA, os secretários de Estado do Tesouro e da Defesa, o assessor do presidente para a Segurança Nacional e o presidente da Comissão dos chefes de estado-maior, e o «**Special Coordination Comitee**», presidido pelo assessor do presidente para a Segurança Nacional e incluindo alguns membros do NSC e personalidades escolhidas; é o organismo responsável pelas «operações especiais de informação», compartilhando directamente com o presidente dos EUA a supervisão de todas as «operações encobertas» realizadas pela CIA e consideradas «sensíveis» e pela coordenação de todas as actividades de contra-espionagem (acções levadas a cabo no interior do país pelo FBI e no exterior pela CIA). O Presidente, continua Pedro Cardoso, é ainda apoiado pelo «Intelligence Oversight Board», enquanto o director da CIA é aconselhado e apoiado pelos NFAC («National Foreign Assessment Centers) na preparação dos mais importantes estudos estratégicos da CIA. Há ainda a considerar a intervenção, neste organigrama, de mais dois departamentos: o NITC (National Intelligence Tasking Center), que distribui missões reduzindo as sobreposições no seio da «comunidade de informações», e o DRM (Directorate for Resource Management) que supervisa as verbas orçamentais e decide da sua distribuição.

De todo este edifício resulta, não exactamente aquilo que se poderia classificar de «controlo dos Serviços de Informação pelas instituições democráticas», mas, sim, um profundo envolvimento dessas instituições e seus derivados na direcção efectiva de tais Serviços e suas actividades, o que, como a opinião pública internacional sabe desde os tempos da «guerra fria», em nada tem prestigiado o Estado americano e seus sucessivos Governos.

Transposição para Portugal

Descrevendo os mecanismos de controlo e de ligação que, em Portugal, devem dirigir o Serviço de Informações, o general Pedro Cardoso propõe, como vimos, a criação de um Conselho Superior de Defesa e Segurança Nacional. Eis o teor exacto da sua proposta: «O Serviço de Informações ao nível nacional que se preconiza deveria estar directamente dependente do Presidente da República através, ou não, de um órgão colegial de alto nível de defesa e segurança nacional, a criar, o qual seria sempre presidido pelo Presidente da República e no qual tinha assento, no mínimo, o Primeiro-Ministro, o ministro da Defesa Nacional, o ministro dos Negócios Estrangeiros, o ministro das Finanças, o ministro da Administração Interna, o ministro da Justiça, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e os chefes dos Estados Maiores do Exército, Marinha e Força Aérea. Este órgão elaboraria directivas para o Serviço no âmbito interno e externo».

De cima para baixo na pirâmide do envolvimento teríamos depois, segundo a proposta de Pedro Cardoso, uma «Comissão Nacional de Informações» já descrita, e, ao nível do Governo, um vice-Primeiro-Ministro e um Conselho de Ministros especializado. A nível da Assembleia da República, criar-se-ia a «Comissão de Informações» com elementos credenciados, ou a Comissão Parlamentar de Defesa chamaria a si essas funções.

A repartição de tarefas entre estes organismos visa cobrir, segundo Pedro Cardoso, a produção «de directivas, de legislação preventiva ou correctiva sempre que tal se torne necessário», e o «julgamento dos actos inconstitucionais e ilegais cometidos no decorrer das actividades abertas ou encobertas imputáveis a alguém».

A argumentação de Pedro Cardoso, onde o «controlo» nunca é considerado do ponto de vista do «envolvimento», nem da «co-responsabilidade», parte da petição de princípio de que em «democracia pluralista (...) estão criadas instituições capazes de detectar abusos, excessos, ilegalidades, irregularidades e até actividades aberrativas» verificadas na prática pelo Serviço de Informações.

Comunicação Social: a «D-Notice»

O actual chefe do Estado-Maior do Exército atribui, nos seus artigos, uma grande importância aos órgãos de Comunicação Social, a par da Procuradoria Geral da República, do Provedor de Justiça (que poderá ser chamado a pronunciar-se sobre excessos na classificação de segurança de documentos oficiais) e dos órgãos encarregados da verificação e julgamento de contas, segundo o modelo americano, Pedro Cardoso afirma que o Serviço de Informações será igualmente controlado pelos partidos políticos, «através dos seus programas e das intervenções dos seus deputados nas assembleias legislativas e nas comissões parlamentares», e pelos órgãos de Comunicação Social «que na sua luta diária para informar o público revelam os pontos fracos do Serviço, dando publicidade ás actividades mal acauteladas por medidas de segurança e às ilegalidades ou excessos cometidos». O articulista abre porém o seu trabalho com uma citação de um especialista britânico, Sir John Bruce Lockhart, que defende o secretismo das operações do Serviço, lembra que em muitos países só «ao fim de certo número de anos fixados por lei tais actividades passam ao conhecimento público» (é parcialmente o caso dos EUA) e faz notar que na Grã-Bretanha vigora o chamado sistema «D-Notice», que «toda a imprensa, sem excepção, respeita», e que se traduz na «difusão de instruções confidenciais aos directores dos periódicos a respeito dos assuntos que o Governo não deseja ver publicados» (leia-se noticiados).

É a primeira vez que um militar de carreira, altamente colocado na actual hierarquia e intimamente ligado à preparação do SIR defende publicamente a «inadiável necessidade» de tal serviço, em termos que supõem um aparelho de Estado fortemente integrado e uma ampla coordenação de acções governativas a levar a cabo sob a égide directa da Presidência da República: «Tal Serviço — acrescenta ainda Pedro Cardoso — «deverá estar apto a servir qualquer Governo e qualquer política; daí ter-se advogado a sua directa dependência do Presidente da República, através, ou não, de um órgão colegial, a criar».

JAIME GAMA:

Uma democracia adulta orgulha-se da sua Polícia

«Sem complexos ou inibições, uma democracia adulta tem que ser capaz de sentir orgulho na sua Polícia», além de que «uma democracia autêntica precisa de uma ordem pública exemplar».

As palavras são de Jaime Gama, ministro da Administração Interna, e foram proferidas no último sábado quando do encerramento da instrução do terceiro grupo do Corpo de Intervenção da PSP.

Noutro passo do seu discurso, o ministro diria que «a actuação do Corpo de Intervenção da PSP no combate ao tumulto, à desordem, à ocupação selvagem e à violência de rua, é a que decorre da legalidade democrática».

Depois de se referir às perspectivas de modernização da PSP, Jaime Gama aludiu às relações entre Forças Armadas e Forças de Segurança que, em Portugal como nas outras democracias pluralistas da Europa têm de orientar-se por «elevados princípios de entendimento e respeito mútuo entre instituições que actuam nos vectores, respectivamente, da Defesa Nacional e da segurança interna».

Na cerimónia usaram ainda da palavra o comandante-geral da PSP, general Neves Cardoso, e o comandante do CI, major António de Almeida Coimbra. Este último disse da «vontade férrea em servir a população» (por parte do CI) e considerou que o procedimento do Corpo de Intervenção da PSP resulta de «decisões tomadas, na generalidade, do poder representativo da vontade popular».

Bispo do Porto condena falta de negociação com os raptores de Moro

PORTO, 15 — «Muito se falou e se fala dos crimes de razão do Estado; agora temos de falar dos crimes de **dignidade** do Estado. Mas... qual dignidade do Estado, essa dignidade em nome da qual não se pode tratar com criminosos?» — perguntou o bispo do Porto, ontem na Sé Catedral, durante a festa de Pentecostes, ao dirigir uma crítica ao Governo italiano, no «Caso Aldo Moro». Continuando, D. António afirmou: «A dignidade do Estado poderá ser um «alibi», um estupefaciente da consciência individual e colectiva, mas poderá ser já outra coisa, poderá ser objecção a que se trate com um poder real, embora ilegal e criminoso, como uma Mafia urbana, que está em toda a parte e que ninguém quer ver. Não será o terror, a obturar ouvidos e bocas, a bloquear as consciências? Dignidade do Estado, que impede a libertação de um inocente», disse a concluir.

Tomás exige "protecção" para regressar a Portugal

A eventualidade do regresso do ex-almirante Américo Tomás, último responsável de uma ditadura que oprimiu durante 50 anos o povo português e sacrificou centenas de milhares de jovens numa criminosa guerra colonial, continua a suscitar a maior indignação. São aqueles que mais directamente sofreram a violência fascista que levantam a sua voz, mas o repúdio pelo regresso de Américo Tomás atinge todos os portugueses de sentimentos e espírito democráticos.

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, em comunicado, manifesta o seu repúdio «por esta desprestigiante concessão às pressões fascistas e estrangeiras que o tornam possível, e que constitui pesada afronta ao povo português que não esqueceu a tirania, opróbio e humilhação a que esteve sujeito durante longos anos».

Depois de referir que Américo Tomás não pode sequer ser considerado ex-presidente da República, a URAP critica o facto de se pretender fazer beneficiar Américo Tomás de considerações humanitárias que no seu caso são despropositadas, uma vez que ele próprio nunca a elas foi sensível, quando por diversas vezes se tentou obter, sempre sem resultado, o seu apoio à luta contra as perseguições e torturas de que os antifascistas eram vítimas». A URAP estranha também «que se invoquem agora sentimentos humanitários quando nunca se pensou nos milhares de vítimas da repressão, ainda patentes nas situações de miséria que muitos afectam».

A URAP «protesta indignadamente contra a decisão agora tomada e reclama dos órgãos de soberania da República a sua imediata anulação».

O Partido Socialista, em comunicado ontem divulgado pelo seu Secretariado Nacional «entende manifestar a sua estranheza e desacordo quanto à não instauração de qualquer processo contra o mais alto magistrado do regime ditatorial derrubado em 25 de Abril e quanto à consequente possibilidade do seu regresso a Portugal».

A UMAR também em comunicado, depois de perguntar ao Presidente da República onde se baseou para tomar tal decisão, afirma: «Invoca o sr. Presidente razões humanitárias para a sua decisão. Nós, como mulheres e mães lembramos-lhe que tais razões não existiram nunca para Américo Tomás, que como primeiro responsável do regime fascista não exitou nunca em mandar os nossos filhos para uma guerra assassina ou para a tortura nas prisões da PIDE.»

. Entre as numerosas manifestações de protesto que recebemos destaca-se também uma dos participantes do I Encontro Nacional de Direito do Trabalho e Perspectivas de Acção Jurídica do Movimento Sindical, que aprovou uma moção na qual exige que seja aberto um processo judiciário contra o ditador Tomás.

Entretanto este, despudoradamente, do Rio de Janeiro, ainda faz exigências. Pretende segurança e garantias especiais...

Pub.

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS REFORMADOS E IDOSOS

Os reformados vão realizar a sua 1.ª Conferência Nacional no próximo dia 27 de Maio, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora (Reboleira), para a qual adoptaram o lema:

SÓ O PORTUGAL DE ABRIL RESPEITARÁ O OUTONO DA VIDA

É a seguinte a **ORDEM DE TRABALHOS:**

Das 9.30 às 13.00 e das 15.00 às 17.00:

- **Abertura da sessão;**
- **Aprovação do Relatório de Actividade da Coordenadora;**
- **Análise da situação socioeconómica dos reformados;**
- **Discussão e votação dos Estatutos do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI);**
- **Eleição da Comissão Nacional do MURPI.**

Das 21.00 às 24.00:

- **Leitura das conclusões e sessão pública de encerramento;**
- **Canto livre.**

OS REFORMADOS UNIDOS E ORGANIZADOS LUTAM PELO FUTURO!

A Comissão Executiva da Coordenadora Nacional dos Reformados

No Brasil considera-se a visita de Eanes "essencialmente política"

A visita do Presidente Eanes ao Brasil terá um carácter essencialmente político — diz a agência France-Press, num telegrama enviado ontem de Brasília e citando meios diplomáticos brasileiros. Entretanto o Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou o programa da visita, que começa a 22 e termina a 26 do corrente. Durante a sua permanência no Brasil, o general Eanes, firmará um acordo de transporte marítimo com vista a ampliar o intercâmbio comercial entre o Brasil e Portugal, e um protocolo adicional ao acordo cultural existente entre os dois países para facilitar o reconhecimento de títulos e certificados universitários. Reportamo-nos à France Press e ao mesmo envio de ontem, desde Brasília.

O general Eanes chegará a Brasília na manhã do dia 22, depois de fazer uma escala técnica no Rio de Janeiro. Nesta mesma manhã avistar-se-á com o general Ernesto Geisel, e à tarde, será apresentado ao corpo diplomático acreditado no Brasil e inaugurará uma exposição de tapeçaria portuguesa na Fundação Cultural do Brasil.

O primeiro dia da visita do general Ramalho Eanes ao Brasil será encerrado com um banquete que o presidente Geisel lhe oferecerá no palácio dos Arcos, sede da Chancelaria Brasileira.

No dia 23, o presidente português inaugurará a sede da representação diplomática portuguesa em Brasília e, depois, dirigir-se-á ao Congresso Nacional, onde fará um discurso. À tarde visitará o Governo do distrito Federal, o Superior Tribunal Federal, a Máxima Corte de Justiça do País, onde fará um segundo discurso e terá o seu segundo encontro com o general Geisel.

Finalmente, encerrando a sua jornada em Brasília, o presidente oferecerá na sede da representação diplomática portuguesa um jantar ao seu homólogo brasileiro, que será seguido de uma recepção a empresários e industriais portugueses e brasileiros.

No dia seguinte, 24 o general Ramalho Eanes deslocar-se-á a São Paulo para uma visita de 24 horas a este importante centro industrial do país. Em São Paulo, Eanes será recebido pela colónia portuguesa e manterá entrevistas com empresários locais com vista a incrementar as relações comerciais entre os dois países.

Dia 25, o general Ramalho Eanes viajará para o Rio de Janeiro, onde manterá novos encontros com os portugueses aqui residentes e entrevistas com autoridades e empresários cariocas.

O general Ramalho Eanes concluirá a sua visita oficial no dia 26, seguindo para Caracas e logo para Washington, onde participará numa reunião da OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte, do qual Portugal é membro fundador.

Entretanto, o contencioso envolvendo as nacionalizações das empresas brasileiras em Portugal depois da Revolução de 25 de Abril de 74 será examinado na capital brasileira já amanhã — foi ontem anunciado no Brasil, e é ainda a France Press que diz para Lisboa.

Citando fontes da Chancelaria, a notícia diz que o contencioso em questão vem-se arrastando nos últimos anos e, ainda que duas missões brasileiras tenham visitado Lisboa e uma missão portuguesa tenha vindo a Brasília para discutir os problemas pouco se conseguiu até agora.

As mesmas fontes acrescentam que representantes dos governos de Portugal e do Brasil examinarão a situação das medidas adoptadas para solucionar os problemas que envolvem os grupos Pão de Açúcar, União de Bancos, Banco Português do Atlântico e Celulose do Tejo.

Parlamentares espanhóis esta manhã em S. Bento

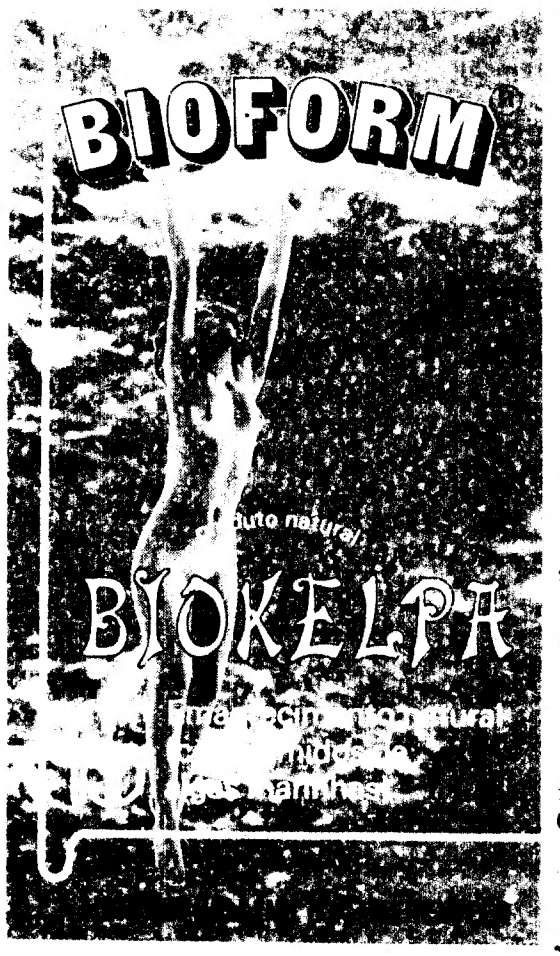
Uma delegação parlamentar espanhola que se encontra em Lisboa desde ontem à tarde foi esta manhã recebida em S. Bento pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes. Na sessão participaram também a Mesa, os presidentes dos diversos grupos parlamentares e a Comissão dos Negócios Estrangeiros e Emigração da AR.

A delegação é chefiada pelo Presidente das Cortes, Antonio Hernandez Gil e integra ainda, entre outros, o primeiro vice-presidente do Senado, Juan Carlos Zunzungueni e o presidente do Congresso, Fernando Alvarez de Miranda. Os parlamentares espanhóis vieram a convite da Assembleia da República Portuguesa, feito por Vasco da Gama Fernandes, e estará em Lisboa até a manhã da próxima quinta-feira.

Do programa da visita consta, para hoje, um encontro com o ministro dos Estrangeiros, Sá Machado, e uma visita turística à cidade, além dum almoço em Cascais, no «Albatroz», e dum jantar na casa típica «O Faia».

Amanhã, os parlamentares espanhóis visitam, de manhã, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Museu Nacional dos Coches, almoçando no restaurante «O Peixe». De tarde há um encontro com o Presidente Eanes em Belém e, a seguir, uma deslocação à Assembleia da República. Em S. Bento, a delegação fica na Tribuna do Corpo Diplomático e, depois da sessão, há um encontro com os presidentes das diversas comissões parlamentares. Há ainda uma cerimónia na Câmara Municipal de Lisboa, de tarde, e, à noite, uma recepção no Palácio da Mitra.

Quarta-feira, os visitantes deslocam-se a Setúbal para uma visita à Setenave e um almoço no Castelo de S. Filipe Nery De tarde, e o regresso a Lisboa, uma visita ao Museu da Gulbenkian e uma conferência no Hotel Ritz, onde a delegação se encontra instalada. Isto antes de, ao fim da tarde, uma recepção na Embaixada de Espanha.



BIOKELPA

É melhor apenas porque é natural

Para além de vitaminas, elementos de esporo e enzimas, as algas marinhas contém mais de 30 minerais, fazendo de **Biokelpa o normalizador natural** da sua condição física.
Um a dois comprimidos tomados antes de cada refeição eliminam a sensação de fome, reduzindo consideravelmente o apetite e fazendo desaparecer a necessidade de comer entre as refeições.
Mantendo um perfeito equilíbrio da condição física, Biokelpa é assim um meio eficaz de reduzir o peso muito mais agradável que qualquer outro e, sendo **muito mais natural,** oferece a garantia de não provocar efeitos secundários, mesmo quando tomado em combinação com o Chá Diet da Bioform para obtenção de mais rápidos resultados de emagrecimento.

Corrija a linha mantendo a saúde

A VENDA NAS FARMÁCIAS

Representantes em Portugal
farga representações, lda.
R. Cidade Manchester, 32 R/C Lisboa - Tel. 82 55 44

Agentes: Norte e Centro — Acefarma Lda. Apartado 319 — Coimbra
Madeira — Leacock & Cia. Lda. — Funchal

REDE BOMBISTA

Seis meses em julgamento: defesa ainda joga na anulação

Amanhã, como já anunciámos, atingiremos a 62.ª sessão de audiência do julgamento da rede bombista. Completam-se exactamente seis meses (o julgamento começou no dia 16 de Novembro de 1977) sobre a data em que o 5.º Tribunal Militar Territorial abriu as suas portas para dar por iniciado o caminho que, na história do terrorismo em Portugal, deve terminar numa sentença final que não comprometa a nossa magistratura. Porque o crime e a violência não se aquietam com cedências ou pusilanimidades. Servem-se delas e com elas se reforçam. É por cedências e pulsilanimidades (ou ainda hesitações incompreensíveis) que a criminalidade, incluindo aquela que pretende surgir aos olhos das nações e da justiça como «acto político», engorda e perpetua estatísticas assustadoras em todo o mundo e não vacila perante os actos mais desumanos. Decerto não necessitamos de citar exemplos, tão flagrante, quotidiana e frontalmente chocante é esta realidade, verdadeiro cancro de certas sociedades ancilosadas e descrentes. Se a justiça, por intermédio de todos os seus mecanismos, não souber manter-se como tal e como tal actuar sobre a lei estatuída, corre-se o risco de o cidadão vir a perguntar a si mesmo quem aufere o direito à segurança: o crime, seja ele de que espécie for, ou o indivíduo social legal e socialmente enquadrado?

Ser-nos-ia pouco grato que deste comentário com que abrimos um ligeiro balanço dos seis meses de julgamento (e do que vai seguir-se), alguém retirasse a surpreendente e mal intencionada ilação de que estamos a «tentar influenciar a causa em questão».

Na realidade, não só pensamos que os tribunais **sabem ler** e **lendo**, abstrair dessa leitura qualquer sintoma de influência à sua livre decisão, como ainda concluimos que o livre debate ou proposição de uma causa que importa a todo o Povo português, nada terá de pernicioso ou coercivo — antes pelo contrário. Assim mesmo o considerou a Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, que numa recente nota enviada aos órgãos da Comunicação Social, afirmava: «Contrariamente ao que umas vezes foi dito e outras sugerido, esta Associação entende — como de resto, sempre entendeu —, que os tribunais e as suas decisões são passíveis de crítica».

Ora valha a verdade, que a crítica que possa constar implícita deste nosso apontamento, não pretende uma tomada de posição radicalista, assim à maneira de que «tudo é mau na nossa magistratura», mas quanto muito sujeitar certos processos, sobretudo de estrutura forense (e jurídica), a uma avaliação mais correcta e repensável. Assim sendo, não é o que se escreve (estabelecendo ou tentando estabelecer um diálogo edificante), que irá conturbar uma ou várias decisões judiciais. Já o mesmo não diremos quanto ao que **se faz** nesse sentido, por atalhos que não são, realmente, os da livre assunção a uma crítica honesta porque frontal e sempre (porque não?) rebatível, exactamente porque edificada numa dialéctica linearmente construtiva.

O que **se faz** em matéria de pressões, através de entidades dos mais variados níveis, quando não de acordos secretos entre Governos e implicados para que as pressões resultem ao mais alto grau, isso, sim, que é defraudar todos os códigos e minorar (ou humilhar) a verticalidade dos tribunais. A justiça não pode nem deve tornar-se, a título do quer que seja, simples moeda de troca. Acrescentaremos que, infeliz e muito concretamente, é o que está a acontecer por esse mundo fora.

DESTRUIR A CULPABILIDADE DOS RÉUS

A actividade que o 5.º Tribunal Militar tem vindo a desenvolver na procura da verdade material, no que respeita ao julgamento da rede bombista, justifica, só por si, uma chamada de atenção. Com imparcialidade bem definida, promove como lhe compete, a formulação e fundamentação de uma produção de prova que todos os dias ganha, assim, um maior vulto. Todavia, a defesa da rede bombista (também como lhe compete, desde que não ultrapasse os limites da própria legitimidade forense, não raras vezes ferida, como já o demonstrámos noutros apontamentos de reportagem), põe em crise de forma constante o trabalho do tribunal, tentando retirar-lhe, inclusivamente, o seu poder de decisão — e se mais não houvesse para o demonstrar, bastaria lembrar as dezenas de recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Militar, o que, se por um lado deve considerar-se uma norma jurídica de direito, por outro lado, avisa-nos de que para os advogados defensores o valor probatório de testemunhas e dados processuais tem muito pouca importância. Aqui, não importa o conteúdo do crime e a sua presença no decurso das audiências. O que importa — na perspectiva da defesa — é imputar a sanidade da prova mesmo quando ela se mostra evidente e **real** e propôr, se possível, a inexistência absoluta do crime. Não se funciona no sentido de diminuir a culpabilidade dos réus (o que seria natural), mas de destruir toda e qualquer ideia de culpabilidade — o que se afigura, ao vulgar cidadão que somos, uma clara tentativa de impedimento à atribuição do valor jurídico dos dados jogados em tribunal. Assim o disse, por mais de uma vez, a bancada da acusação. Num dos seus contra-requerimentos, afirmou o dr. Levy Baptista: «O que se pretende é coarctar ao tribunal o seu **poder-dever** de apreciar livremente a força probatória dos depoimentos».

Quando, não raro com alguma ironia, afirmamos que os «bombistas não existem» e que o período de terror vivido em Portugal entre os fins de 75 e meados de 76 foi um «pesadelo colectivo», uma «alucinação» ou uma «manipulação do nosso subconsciente», estamos apenas a denunciar aquilo que a defesa, por outras palavras e actos, procura que seja ouvido. É a intenção de criar o necessário clima psicológico que não traia outros eventos, como poderiam ser (se existissem) as manobras de bastidor e alguma hipotética **permuta de valores** em causa muito para além das paredes do 5.º TMT.

A verdade é que, seja como for, o fantasma da anulação deste julgamento continua a pairar no edifício da Rua do Jardim do Tabaco. Trata-se, aliás, de uma tão aliciante e evidente ânsia da defesa, que nada a oculta. E não nos deveremos esquecer que a surpresa (será ainda surpresa?) nos pode colher mesmo à hora da sentença.

De:
Armando Portugal
Rua da Liberdade, 25
Lisboa

Para;
Josue da Silva
Diario de Lisboa
Rua Luz Soriano, 44
LISBOA

Sabemos que preferes rosas a cravos. Tê-las-as na tua campa. Prometemos e cumprimos, descansa

Até Breve
Teus Amigos

Sem comentários

TRIUNFALISMO: TÁCTICA DA DEFESA

Perguntará o leitor, diante desta obsessão pela anulação que temos vindo a dar a lume, se não terão os patronos dos réus outras saídas. A nossa experiência determinada pelas 46 audiências consecutivas a que assistimos (e não só), permitem-nos dizer que, de facto, pouco mais resta. Os testemunhos ocorridos em tribunal e mormente os do agente da PJ Eliseu de Melo, do jovem Marques Filipe, dos subinspectores Lopes Duarte e António Vaz, dos inspectores Mouro Pinto e Vaz Tomé e, por fim, do capitão Ferreira da Silva (para só salientarmos os de maior peso e envergadura no processo) mesmo quando arranhados na sua textura por esta ou aquela falha técnica, comprometeram toda a fé que a defesa pudesse ter alimentado numa **certa fluidez** da decisão de sentença.

Por outro lado, como se isto fosse pouco, há que contar com a imensa teia probatória que, a avaliar pelas referências por nós colhidas durante o julgamento, contém o volumoso processo dos atentados terroristas. Temos ouvido muita coisa dentro e fora do 5.º Tribunal Militar. E podemos garantir que o triunfalismo arvorado pelos advogados defensores de vez em quando, não passa de mera táctica desmobilizadora da opinião pública. No fundo a defesa sente que, neste momento, o terreno de uma forjada inculpabilidade está fugindo debaixo dos pés dos seus constituintes.

Mas, nesse caso, pode-se questionar, é possível garantir, ao faltar (segundo as previsões do tribunal) cerca de um mês para a sentença, que os implicados na rede bombista se encontram perante a realidade de uma decisão final que contemple, sem sombra de dúvida, os vários crimes imputados consoante a letra da lei?

Preferimos não avançar qualquer formulação de juízo, que só se compreenderia como uma previsão, essa sim, indelicada e intromitiva. Somente queremos reafirmar a quem nos lê, que não será por falta de força probatória, nem de «caminhos idóneos», que a decisão falhará. Disso temos a certeza.

Há, no entanto, aspectos que saltam à vista. E os advogados da defesa contam abertamente (no caso, repetimos, de não conseguirem a tão procurada anulação), que ao grupo dos implicados se faculte a aplicação (porque meios?) e algo como uma decisão «em dois tomos»: Ramiro Moreira, Rib. ro da Silva, José Manuel Teixeira e Marques da Costa, seriam a parte **menos favorecida**. Mota Freitas, Abílio de Oliveira, Joaquim Ferreira Torres, Júlio Regadas, Gonçalo Gonçalves Martins, João Martins Fernandes, Caimoto Duarte, Rangel e Pedro Meneses, teriam um destino **bem mais feliz**, apesar de alguns deles (só o caso de Pedro Meneses parece apresentar-se numa nuvem de distinção) constarem do libelo como os de maior responsabilidade na autoria moral dos atentados.

O imenso rol de testemunhas de defesa (cerca de 150), apesar de enorme, não subverte os testemunhos de acusação. Estes foram de tal modo peremptórios e factuais, que se tornaram irredutíveis na avaliação final sujeita à autoridade e imparcialidade do tribunal. De resto, o que as testemunhas arroladas para abonação dos réus virão dizer ao tribunal (por mais respeitáveis que sejam as abonações), não destrói, com certeza, toda a gama bem demarcada das arguições e alegações com que a acusação sublinhará a produção de prova edificada em audiência. E seria preciso bastante mais que as subtilezas e artifícios jurídico-forenses da defesa, para que os dados abonatórios roubassem clareza e eficácia aos dados factuais.

JORNALISTAS NÃO CEDEM A CONJURAS

Fazer pressão sobre os órgãos da Comunicação Social presentes no julgamento, bem pode parecer uma outra forma bem pouco correcta de levar a água ao moinho dos implicados. Que saibamos, a liberdade de Imprensa também é um capítulo da nossa Constituição e o acesso a uma livre e honesta informação, ao leitor (naturalmente, vista a panorâmica da Imprensa portuguesa, dentro de um quadro de perspectivas diferentes), um direito inalienável do jornalista. E quando nessas formas de pressão se utilizam meios tão indignos como a ameaça, a injúria e a coacção psicológica, só existe uma maneira de se lhes responder: mantendo a integridade profissional e, com ela, dizer aos agressores e caluniadores que continuamos atentos. Muitas vezes e contra aquilo que se pensa, as ofensas e violências não semeiam medo nenhum. Levam-nos apenas a pensar que temos razão em não deixar que o terrorismo vingue neste País.

Josue da Silva

TENGARRINHA EM SINES:

"Está em causa a própria democracia"

«As forças reaccionárias tentam actualmente virar contra a Democracia o descontentamento de largas camadas da população devido ao agravamento das condições de vida. Hoje o que se joga não é uma qualquer forma de Democracia: está em causa a própria democracia» considerou José Manuel Tengarrinha, no decorrer de um comício em Sines, que assinalou, ontem, a inauguração da sede local do MDP/CDE naquela vila alentejana.

Sublinhou ainda José Tengarrinha que «é isso que os democratas de todo o País estão a compreender cada vez mais firmemente ao ultrapassar distâncias e divisões secundárias para lutar em conjunto pela defesa de Portugal Democrático e Independente na base da Constituição da República, do alargamento e fortalecimento dessa luta comum, do que dependerá, em grande parte, a vitória da democracia na complexa crise que atravessamos e nos dias difíceis que o povo português enfrenta».

Ruy Luís Gomes contra o regresso de Tomás

Continuação da pág. 3

são e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras.»

Pensamos que a Presidência da República tenha sido mal assessorada nesta oportunidade. Acreditamos que não tenham sido consultadas pessoas como o senhor Primeiro-Ministro, como o senhor presidente da Assembleia da República; acreditamos que não tenham sido consultados dirigentes nacionais do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e Movimento Democrático Português, os partidos que mais sofreram as perseguições fascistas, os partidos que mais lutaram pela libertação nacional.

Se tais individualidades houvessem sido consultadas, estamos convencidos de que se manifestariam abertamente contra esta iniciativa presidencial.

V. Estamos inteiramente convencidos de que **NÃO PODERÃO ALGUNS GENERAIS DE NOVEMBRO OBSTRUIR O CAMINHO ABERTO PELOS CAPITÃES DE ABRIL.**

Por isso, juntamos o nosso apelo ao de tantos outros portugueses para que a **Presidência da República anule o seu comunicado, resista às pressões da direita fascista, nacional e internacional, e participe, cada vez mais, em unidade com as forças democráticas, na construção da nova sociedade sem classes consagrada na Constituição da República.**

Muito obrigado, senhor director, pelo acolhimento que der a esta carta e queira aceitar as nossas saudações democráticas.

Porto, 14 de Maio de 1978

Ruy Luís Gomes
José Morgado
Virgínia Moura

PSD admite participação no Governo até 1980

Continuação da pág 1

Congresso de Julho, o longo «impasse» que dura desde Novembro de 1977, quando Sá Carneiro, numa inesperada decisão, abandonou a presidência do PSD.

A convergir nessa plataforma de «unidade» parecem estar pelo lado da ex-Comissão Política, entre outros, os deputados Rui Machete e Magalhães Mota e o director do «Expresso», Pinto Balsemão, e, do sector afecto a Sá Carneiro os actuais presidente e secretário-geral da Comissão Permanente, respectivamente Meneres Pimentel e Amândio de Azevedo.

Rui Machete, em declarações à Anop, considerava ainda no sábado passado, que «institucionalizar o debate interno sobre a estratégia do PSD» era «um dos objectivos» do Conselho de Portalegre, e declarava que «todos os documentos sobre estratégia deveriam ser apresentados com auteridade suficiente, para que se não chegue a aparentes soluções de unidade que o não sejam, mas uma real e reflecitda vontade de prosseguir uma política completamente discutida e compreendida».

Meneres Pimentel, por sua vez, diria na conferência de imprensa que encerrou os trabalhos de Portalegre, que o teor da carta de Sousa Franco foi tomado em linha de conta. Registe-se também que o comunicado final da reunião indica que se vai processar «a partir de agora uma ampla discussão nos órgãos do partido quanto à linha política a aprovar no Congresso marcado para 1 e 2 de Julho em Lisboa».

Por outro lado o Conselho aprovou a presença, com poder de intervenção, no Conselho de Setúbal a realizar dentro de duas semanas, dos membros da ex-Comissão Política, ausentes em bloco, da reunião de Portalegre.

No documento de reflexão da actual Comissão Permanente distribuído, em Portalegre, concluia-se pela indispensabilidade de uma resposta «tanto quanto possível precisa» do dr. Sá Carneiro ao apelo que lhe foi dirigido de regresso à direcção do PSD. No mesmo documento afirmava-se que «nunca como agora a crise interna do PSD foi tão profunda, uma vez que sucessivamente se foram retirando da direcção política quase todos os militantes que, durante os quatros anos de vida do partido, o têm vindo a governar».

Ora, o abandono inesperado de Sá Carneiro, (Meneres Pimentel falaria de motivos de «doença») veio complicar tudo, admitindo-se como, também, provável um acentuar das clivagens, já existentes. Guerra aberta de posições entre Sousa Franco e Sá Carneiro? Deste último vai depender certamente a solução final da questão. Talvez que a festa de aniversário do PSD, no próximo dia 21, adiante algumas indicações.

Saliente-se, finalmente, que o discurso do Presidente e a posterior decisão de permitir o regresso de Américo Tomás foram acolhidas favoravelmente pelo Conselho reunido em Portalegre, incluindo os «sá-carneiistas». Por outro lado o citado «documento de reflexão», se põe entre as questões a debater, a de acções de rua contra o Governo, não deixa de incluir a hipótese de «apoio ou eventual participação do PSD num Governo antes de 1980»...

PSP dispara 39 tiros sobre carro roubado

Alta velocidade às três da madrugada de hoje: um carro da Brigada Especial de Trânsito da PSP persegue um «Fiat» roubado. Não tendo sido obedecidos pelos ocupantes deste último, os polícias abrem fogo: 20 tiros de «G-3» e 19 tiros de pistola. Balanço da operação — um jovem de 16 anos internado no Hospital de S. José.

O «fiat» tornou-se suspeito quando circulava pela Rua Ricardo Jorge (ao Lumiar) com a matrícula CC-60-88. Ao sinal da Polícia, o carro aumentou a velocidade metendo-se pela Avenida do Brasil. Após vários «peões» na «rotunda do Relógio» (aeroporto) a viatura roubada acabaria por ficar imobilizada na Av. Marechal Carmona, com os pneus furados e a carroceria cravejada de tiros. Os ocupantes tentaram a fuga a pé, embrenhando-se nos terrenos baldios ali existentes. Só um deles acabou por ser capturado: Fernando Manuel, de 16 anos, electricista de automóveis. O seu estado obrigou ao internamento hospitalar.

Também um agente da PSP recebeu tratamento no hospital em virtude de ter caído quando perseguia os delinquentes.

Ref.ª Comercial

Lentes de contacto de Silicone — Sicolent

O principal componente destas lentes é o silicone, material altamente resistente, flexível e suave, com grande poder de correcção e uma qualidade óptica perfeita.

A introdução deste tipo de Lentes de Contacto em Portugal foi feita pelo Centro Delgado Espinosa.

A qualidade excepcional do silicone é permitir o oxigénio e impedir a passagem do hidrogénio, razão pelo qual o metabolismo corneal não é alterado, não sendo portanto necessário manter as Lentes constantemente humedecidas, como acontece com as actuais Lentes flexíveis.

A adaptação deste tipo de Lentes oferecia algumas dificuldades, devido a que toda a sua superfície não era humedecida ficando algumas zonas embaciadas ou secas por o material não aceitar o hidrogénio, este problema foi superado, sendo actualmente possível com estas Lentes uma visão uniforme e perfeita, devido a toda a sua superfície se manter hidratada pela lágrima.

Sintetizando, podemos dizer que as Lentes de Contacto de silicone «sicolent» que há alguns meses vem sendo adaptadas pelo Centro Delgado Espinosa, reúnem as vantagens das Lentes flexíveis: máxima tolerância e rápida adaptação. Das Lentes rígidas: máxima qualidade óptica, grande resistência e extremamente fáceis de limpar.

Centro Delgado Espinosa — Praça Marquês de Pombal, 1-3.º-E — LISBOA.
Telefs.: 571387/571464/576419.

REFORMA AGRARIA

EM JULHO
Encontro de Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro

PORTO, 15 — Realiza-se em 2 de Julho próximo, em Coimbra, um «Grande Encontro de Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro» cujos objectivos são a discussão dos graves problemas que afectam cerca de 200.000 trabalhadores agrícolas, nomeadamente no campo salarial e dos problemas sociais, foi ontem revelado em conferência de Imprensa no departamento agrícola da USP/CGTP-IN para encerramento do encontro ali efectuado pelos corpos gerentes dos sindicatos do sector dos distritos do Porto, Vila Real, Braga e Bragança.

O encontro de Coimbra fará um balanço da situação vivida por esses trabalhadores que se caracteriza pela completa ausência de legislação sobre condições de trabalho (contratos, protecção contra despedimentos, férias subsídios, horário de trabalho, salários, etc) e pela inexistência de reais garantias no campo da segurança social. Pretende-se, disseram ainda, analisar formas de luta face à «política de promessas» que leva o Governo a ignorar sucessivos esforços dos trabalhadores, através de projectos de diplomas a ele entregues, para regulamentação do trabalho no sector. O encontro de Coimbra visa ainda o lançamento de campanha de luta pela conquista dessa regulamentação.

No encontro de direcções sindicais de ontem aprovaram-se dois documentos que resumem posições nos dois aspectos referidos, legislação do trabalho e segurança social, dirigido o primeiro ao MAP e ao MT e o segundo ao MAS. No primeiro exige-se a imediata publicação da lei do salário mínimo para os trabalhadores agrícolas e «protestar mais uma vez energicamente contra a não publicação da PRT para o sector rural», além de «exigir fiscalização rigorosa sobre o não cumprimento da legislação sobre salário mínimo e Previdência».

Afirma-se ainda, depois de «solicitar informação quanto ao não cumprimento, por parte das entidades patronais, do Decreto-Lei 439/77, de 25 de Outubro», que em face do «vazio legislativo», os sindicatos «estão decididos a mobilizar os assalariados agrícolas para a luta dos contratos de trabalho de empresa e ou de freguesias, luta a que irão dar de imediato início».

No segundo apontam as graves carências no campo da providência e segurança social e propõem ao MAS: publicação de nota oficiosa chamando a atenção para o que sobre a matéria a lei determina, uma imediata inspecção às empresas do sector e uma informação aos sindicatos das medidas tomadas e dos resultados das inspecções.

Aliança das Ligas Agrícolas aprovou estatutos

PORTO, 15 — A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte «apoiará o desenvolvimento das associações de pequenos e médios agricultores» e «desenvolve as suas actividades no sentido da concretização dos princípios de política agrícola estabelecidos na Constituição da República Portuguesa», afirma-se nos estatutos daquele organismo que ontem foram aprovados por unanimidade num plenário que decorreu no pavilhão da Associação de Moradores das Antas, com a participação de treze ligas. Da Aliança, cuja estruturação tem atrás de si um trabalho longo das ligas em diversos distritos nortenhos, podem fazer parte «todas as associações de classe de agricultores» dos distritos do Porto, Viana, Braga, Vila Real e Bragança.

Os estatutos consagram ainda como objectivos da Aliança «a defesa dos interesses e aspirações dos pequenos e médios agricultores do Norte» e o apoio à concretização dos objectivos estabelecidos nos estatutos das organizações associadas. Pretende-se também que a Aliança seja ouvida pelo Governo e entidades oficiais «em todas as questões de política agrícola e outras de interesse para a agricultura e para os que nela trabalham», para o que a Aliança diligenciará.

No plenário tomou-se ainda posição sobre recentes medidas do Governo no sector, com críticas aos aumentos de preço de rações e de outros produtos para a agricultura e à diminuição de subsídios para ordenhas e estábulos colectivos. Os agricultores defenderam ainda o preço de sete escudos para a próxima campanha de batata, se novos aumentos dos custos de produção entretanto não sobrevierem.

Motorista de táxi enforcado num pinhal

SANTO TIRSO, 15 — Foi encontrado morto, por enforcamento, um motorista de «táxi». Trata-se de José Neves de Carvalho, cujo corpo viria a ser descoberto num pinhal da serra da Agrela, entre os concelhos de Santo Tirso e de Paços de Ferreira.

As buscas foram levadas a efeito por uma brigada de trânsito da GNR que várias vezes passou na estrada que atravessa aquela serra e reparou num «táxi» ali aprado, sem nenhum ocupante, havia muitas horas. O corpo de Neves de Carvalho acabaria por ser ncontrado estendido no chão, junto de um sobreiro, de onde pendia uma corda partida, cuja ponta estava enrolada no pescoço do motorista.

Participado o caso à Polícia Judiciária do Porto, o cadáver foi mais tarde removido pelos Bombeiros Voluntários Tirsenses para o hospital da vila, em cuja casa mortuária se procederá à autópsia.

Entretanto, parece afastada a hipótese de crime: o inditoso motorista fora visto, pela sua filha, a levar uma corda de casa. A mesma corda que agora apareceu a envolver-lhe o pescoço. Nos seus bolsos foi encontrada a carteira com os documentos (sem dinheiro) e as chaves da viatura. Nos dedos, os anéis que habitualmente usava.

O presidente da Associação dos Austríacos residentes em Portugal dançando a valsa de abertura do baile

Baile para 800 convidados encerrou "Semana da Áustria"

Com a presença dos ministros do Comércio e Turismo e do Trabalho, e dos secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e do Comércio Interno, embaixadores da Áustria, Alemanha Federal, Colômbia, Venezuela, Turquia e outras individualidades, além de destacados representantes da colónia austríaca em Lisboa, encerrou-se no sábado com o «Baile da Primavera» à boa maneira vienense, a «Semana do Turismo da Áustria».

Os convidados foram saudados pelo sr. Dante Bernardin, presidente da Associação dos Austríacos residentes em Portugal, e pelo embaixador da Áustria, que formulou votos de que esta «semana» se traduza numa aproximação dos laços entre Portugal e o seu país.

Estiveram presentes no banquete de encerramento cerca de 800 pessoas, que dançaram animadamente até de madrugada as mais conhecidas valsas de Viena, ao som dos violinos da orquestra do Casino Estoril e de um conjunto austríaco.

A «Semana da Áustria», que foi constituída por uma parte cultural, com uma exposição de pintura de Klimt e Schiele, artistas de projecção mundial, e uma Semana Gastronómica, para o que se deslocaram de Viena dois cozinheiros, constituiu uma interessante afirmação das potencialidades do turismo austríaco e dos valores deste país da Europa Central no campo da Cultura, da Arte e da Gastronomia.

Funeral de Dália Dias

Da Casa mortuária da Igreja da Amadora para o cemitério local, realizou-se hoje às 19 horas, o funeral da sr.ª D. Dália Gonçalves Henriques Dias, esposa de Fernando Esteves Dias, nosso colega de trabalho e mãe de Olga Maria Gonçalves Dias Mendes e Fernando Gonçalves Dias.

À família enlutada, em especial ao nosso estimado camarada de trabalhop apresentamos as nossas sentidas condolências.

AOS FOTOGRAFOS AMADORES

Compram-se diapositivos de paredes com cartazes da Revolução de preferência de 1974 e 1975

Resposta ao apartado 5037

PARIS
"cidade luz"

4 e 8 DIAS DE VIAGEM

PARTIDAS:
Abril 7, 14, 21 e 28
Maio 5, 12, 19 e 26
Junho 2, 9, 20 e 27
Julho 4, 11, 18 e 25 (*)
Setembro 22 e 29
Outubro 6, 13, 20 e 27

(*) O período de VERAO (1 Agosto a 19 Setembro) terá programação especial. PEÇA NOS PROGRAMA

Preços desde 6.950$

INCLUINDO:
• Viagem aérea
• Estadia no Hotel 3 ou 7 noites em quartos com banho
• Visita da cidade com guia local
• Taxas de Estado, turismo e serviço.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840

PORTO Av. dos Aliados 207 · Telef. 31[illegible]21
LISBOA Av. da Liberdade 160 · Telef. 3213[illegible]
COIMBRA Rua da Sofia 2 · Telefs. 2[illegible]
FARO Rua Cons. Bívar 65 · Telefs. 25035 6

"DIREITO AO TRABALHO" EM DEBATE

Vasta e profunda inadequação de grande parte das leis em vigor

«O papel a desempenhar pela Constituição no contexto do direito ao trabalho em vigor, está longe de ser cumprido» — afirma-se nas conclusões do Encontro Nacional sobre «Direito ao Trabalho e perspectivas da actividade jurídica do movimento sindical», que decorreu em Lisboa, durante o fim-de-semana, numa promoção da CGTP-Intersindical Nacional.

As razões daquela constatação foram atribuídas aos factos de «se pretender congelar o projecto de transformação rumo ao socialismo» e «porque a legislação publicada na maior parte dos seus aspectos fundamentais, viola frontal e qualitativamente os imperativos constitucionais, verificando-se ainda a omissão das principais obrigações impostas ao Estado».

No Encontro (em que participaram 519 advogados, consultores jurídicos, funcionários sindicais, juízes do Supremo Tribunal Administrativo e dos Tribunais de Trabalho, delegados do Ministério Público e docentes de Direito, entre outros) foram distribuídas 52 comunicações escritas, além de outras comunicações e de intervenções feitas no decorrer dos trabalhos.

Caracterizado como «uma demonstração de vitalidade e capacidade de intervenção do movimento sindical», o Encontro teve dificuldades no aprofundamento teórico das questões em discussão, atribuídas ao «incipiente desenvolvimento científico e jurisprudencial do Direito de Trabalho, entre nós».

Entretanto, nas conclusões do Encontro assinala-se que a sua realização se verifica numa situação social, política, institucional e jurídica caracterizada pela «existência de uma Constituição, saída da Revolução do 25 de Abril, que incorpora e reflecte as grandes conquistas populares e democráticas e os grandes avanços rumo a uma sociedade nova, verificados, desde então, em Portugal».

INADEQUAÇÃO DAS LEIS

«O Encontro constatou a vasta e profunda inadequação de grande parte da legislação de trabalho em vigor, anterior e mesmo posterior ao 25 de Abril, ao disposto na Constituição e às características da realidade económica, social, política e jurídica e nesta moldada» — lê-se nas conclusões do Encontro.

Essas leis foram caracterizadas como fazendo prevalecer o direito da propriedade privada dos meios de produção contra os interesses da colectividade e com prejuízo dos interesses da classe operária e dos trabalhadores.

«Porém» — concluiu-se no Encontro — «o direito de propriedade privada sobre os meios de produção não é, nos termos da Constituição, um direito fundamental que não possa ser limitado por lei, já que começa por o ser pela própria Constituição».

Assinale-se ainda, de acordo com o documento que seguimos, o facto de a legislação em vigor não tomar em conta as transformações económicas saídas da Revolução, tais como as nacionalizações, a propriedade cooperativa, as empresas em autogestão, a Reforma Agrária, etc.

E, finalmente, «continuam por regular legalmente, de modo a dar cumprimento à Constituição, os direitos cuja função consiste na criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, como o controlo de gestão, a participação na Reforma Agrária, na legislação de trabalho, em diversos órgãos e actividades do Estado, etc...»

A urgência de uma revisão global da legislação em vigor e a necessidade de elaboração de novas leis foi também destacada.

Porém, no Encontro houve a preocupação de prevenir «contra quaisquer tentativas de, a pretexto disso, procurar destruir direitos, regalias e conquistas já firmados através da respectiva consagração legislativa».

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Enquanto a 2.ª secção do Encontro referia que «o direito à estabilidade da relação de trabalho e à segurança no emprego pressupõe a realização efectiva» da proibição do despedimento sem justa causa, era também considerada a questão da contratação colectiva.

Sobre este ponto foi salientada a importância da contratação colectiva na criação do direito ao trabalho, na defesa das condições de trabalho e de vida e do poder de compra dos trabalhadores.

Em foco, igualmente, o contributo enorme das convenções colectivas na consagração vinculativa de novos direitos e novas relações de trabalho após o 25 de Abril, antecipando-se ao reconhecimento constitucional e legislativo e ultrapassado o plano das reivindicações meramente económicas».

No que respeita às perspectivas de actividade jurídica do movimento sindical concluiu-se pela necessidade de um comum empenhamento e compreensão de dirigentes, juristas, trabalhadores sindicais e trabalhadores em geral.

Ainda no campo da contratação colectiva, foi considerada pela 5.ª secção «não só a necessidade de maior trabalho jurídico na sua elaboração mas sobretudo a necessidade de maior coordenação no sentido de obter uma uniformização de critérios, designadamente através da elaboração de um 'clausulado-tipo', no âmbito da CGTP-IN».

AS LEIS DE HOJE

Em debate esteve, ainda, «a produção legislativa do I Governo Constitucional e continuada pelo actual, visando o esvaziamento prático do conteúdo progressista da Constituição em que avulta a chamada lei da delimitação dos sectores económicos».

Dentro da mesma perspectiva surgem as leis das indemnizações aos grandes ex-accionistas das empresas nacionalizadas, a «Lei Barreto», a do arrendamento rural dos senhorios ricos, a dos despedimentos, a das Comissões de Trabalhadores e do controlo de gestão, a das empresas em autogestão, etc.

Assim, os participantes no Encontro «encaram com a maior preocupação as iniciativas legislativas já conhecidas, do Governo, em matérias de direitos, deveres e garantias dos trabalhadores e das organizações».

Concentral acerta contas com trabalhadores

A administração da fábrica de conservas de peixe algarvia Concentral comprometeu-se a pagar aos trabalhadores, no fim deste mês, o dinheiro descontado por alegada baixa de produção, em Abril.

O compromisso foi assumido em reunião da administração com os representantes dos trabalhadores, ou seja, a Comissão de trabalhadores da empresa e o Sindicato dos Profissionais da Indústria de Conservas do Distrito de Faro.

Relativamente ao despedimento arbitrário da operária desta fábrica, Maria Luísa Ernesto, membro da CT da empresa e da Direcção da Delegação de Portimão do Sindicato das Conservas de Faro, decorreu no Tribunal de Trabalho de Faro a audiência requerida pela trabalhadora para suspensão do despedimento. As partes foram ouvidas, aguardando-se agora a decisão do juiz. Entretanto, foi também requerida a anulação do despedimento, com vista à reintegração efectiva da operária, tendo sido já convocada pelo Ministério Público uma reunião de conciliação para dia 12 de Junho próximo.

A Comissão Concelhia de Portimão do PCP emitiu um comunicado em que se solidariza e apoia «a justa luta das operárias conserveiras da Concentral e da zona de Portimão pela reintegração da trabalhadora despedida» e alerta os trabalhadores e democratas de Portimão para a gravidade da situação na Concentral e arbitrariedades e prepotências praticadas pela Administração da empresa.

No documento, a Comissão Concelhia de Portimão do PCP alerta também as autoridades competentes para a situação da Concentral, nomeadamente para a «necessidade do reforço da vigilância do Estado sobre capitais públicos investidos na empresa celebrados aquando das fusões das empresas».

Construção civil paralisa quinta-feira

Os trabalhadores do sector de construção civil vão paralisar quinta-feira depois do almoço, como forma de levar o patronato a prosseguir rapidamente as negociações do CCTV, interrompidas no fim do mês passado pela comissão negociadora patronal.

As negociações arrastam-se desde Maio de 75 — há precisamente três anos — tendo o patronato acordado nas cláusulas que lhe interessavam, como sejam: horas extraordinárias obrigatórias, descida de categoria, prémios, entre outras.

SEGUROS DO SUL

Instalações sindicais vedadas aos sócios

A direcção do Sindicato dos Seguros do Sul recusou-se terminantemente a ceder as instalações do Sindicato, na passada sexta-feira, para uma reunião convocada pelas intercomissões de trabalhadores das empresas seguradoras para debater a tentativa de despedimento que se pretende levar a cabo contra três funcionários daquela associação sindical.

Largas dezenas de trabalhadores — muitos deles membros de CTs, viram-se forçados a recorrer às instalações de um outro sindicato para levarem a efeito a reunião. A recusa não deixou de causar estranheza, tanto mais que uma das salas havia sido cedida pelos subscritores de um documento onde se requer a convocação de uma assembleia geral extraordinária, e que tinham uma reunião marcada para o mesmo dia.

Um elemento da direcção, afecta à «Carta Aberta», chegou a «explicar» aos sócios presentes (que se aglomeravam nas escadas e na entrada do sindicato) que ela não tencionava despedir os três funcionários. No entanto, quando confrontado com um ofício assinado pela direcção, dirigido à CT do sindicato, onde se afirma explicitamente a intenção de despedir os trabalhadores em causa, foi incapaz de explicar a contradição...

A reunião convocada pelas intercomissões viria a concretizar-se nas instalações do Sindicato da Marinha Mercante, onde ficou claramente expressa a firme rejeição dos despedimentos, que se afiguram injustos e excessivos. Daí resultou a eleição de uma comissão para a reintegração dos suspensos, que vai diligenciar no sentido de superar o diferendo.

O problema tem provocado uma onda de indignação entre os trabalhadores de seguros, correndo abaixo-assinados onde se exige a reintegração dos funcionários afastados.

INATEL CONTRA SINDICALISTAS

Entretanto, a Comissão Administrativa do Inatel tentou expulsar dirigentes do Sindicato da Indústria Hoteleira do Sul que se encontravam nas instalações do Motel de Oeiras para fazerem um plenário com trabalhadores. O Motel foi recentemente adquirido pelo Inatel.

O plenário tinha por objectivo proceder à análise dos problemas relacionados com a aplicação do CCT do sector, particularmente no que respeita aos horários de trabalho.

A expulsão, contudo, não se concretizou, porque os trabalhadores presentes recusaram dar cumprimento à decisão da CA do Inatel.

Os delegados sindicais das empresas onde se verificam irregularidades na aplicação do CCT reunem-se hoje em plenário para decidirem sobre as formas de luta a adoptar.

Pub.

PETROGAL

COMISSÃO CENTRAL TRABALHADORES

PROPOSTA APROVADA NO PLENÁRIO NACIONAL DE REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DA PETROGAL (11.5.1978)

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

1) Considerando que na PETROGAL se tem vindo a sentir um aumento crescente da repressão levada a cabo pelo Conselho de Gerência;
2) Considerando que a esta política de repressão terá que haver uma resposta firme e inequívoca de todos os trabalhadores da PETROGAL e seus organismos representativos;
3) Considerando que os Plenários de 5.5.78 e de 9.5.78 em, Refinaria do Porto e Marquês do Pombal, constituíram já as primeiras respostas ao clima repressivo (e não disciplinar) que o Conselho de Gerência vem impondo, manifestando-se os trabalhadores duma forma unânime contra os processos de despedimento agora levados a cabo;
4) Considerando que um sector da empresa (Lubrificantes da Refinaria do Porto), já tomou a sua posição de forma de luta, entrando em greve até à reintegração do eng.º téc.º Marques Rodrigues;
5) Considerando que para o bom êxito das lutas a levar a cabo, se torna absolutamente necessário o apoio contínuo e activo aos trabalhadores em luta.

PROPÕE-SE:

O Plenário Nacional de Representantes de Trabalhadores da PETROGAL, reunido na Refinaria do Porto em 11.5.78, para análise destes casos, decide:

a) Não aceitar os actuais despedimentos dos trabalhadores eng.º Marques e Orlando Cordeiro;
b) Apoiar inequivocamente as deliberações tomadas nos Plenários já efectuados;
c) Levar a efeito Plenários em todas as zonas da empresa com a presença dos Sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa para uma ampla campanha de esclarecimento no sentido de se consciencializar todos os trabalhadores da importância da luta e da necessidade de combate ao clima repressivo;
d) Que seja levada a cabo uma recolha de fundos a nível nacional em todos os sectores da PETROGAL no sentido de minimizar as dificuldades económicas dos trabalhadores em greve;
e) Que esta recolha seja centralizada pela CCT e dinamizada sectorialmente por todas as RTZs e CIZs.

Lisboa, 12 de Maio de 1978

Comissão Sindical da Zona Porto Serviços
Comissão Sindical da Refinaria do Porto
Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal
Sindicato dos Operários Químicos do Norte
Federação dos Trabalhadores da Indústria Química
Sindicato dos Rodoviários e Garagens do Porto
Sindicato dos Escritórios do Porto
Sindicato dos Electricistas do Norte
Sindicato dos Técnicos de Desenho do Porto
Sindicato dos Fogueiros do Norte
Sindicato dos Trolhas e Pintores do Porto
Sindicato da Construção Civil do Porto

Pub.

SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea B n.º 5 do artigo 24.º dos Estatutos Convoca-se a Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 18 do corrente mês, pelas 20.30 h, para análise e discussão dos seguintes pontos:

1 — Alteração dos Estatutos
2 — Assuntos de Carácter Geral

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS DE SOUSA

Habitar — viver

Conservar ou destruir?

COSTA MIRANDA

No nosso País, a destruição sistemática do tecido urbano, realizada com crescente intensidade a partir de meados da década de 50, tem que ser estancada, bastando já as irreversíveis e lancinantes demolições que alteraram profundamente a personalidade de amplas zonas das nossas principais cidades.

A brutalidade gananciosa dos promotores imobiliários, a conivência e pacóvia ignorância de muitos técnicos privados e públicos, a passividade criminosa das Autarquias e da Administração Central, permitiram que no passado se institucionalizasse a regra do «destruir para render mais».

O 25 de Abril permitiu que surgisse uma inversão, ainda até agora tímida, desta regra: algumas operações de renovação urbana foram lançadas, com particular relevo na área da Ribeira/Barredo da cidade do Porto, mas também em Óbidos, Lamego e Guimarães.

No entanto, não foi publicamente assumido que um projecto de sociedade radicado na Constituição — tendo em conta a constrangida situação económica em que o País se encontra, considerando necessária uma política cultural que identifique com o futuro o nosso passado e a articulação de tudo com uma política nacional de emprego, deverá proteger os quarteirões que definem os centros históricos dos aglomerados urbanos.

É tempo de dizer e demonstrar que:

a) As operações de renovação urbana são mais económicas do que a demolição e construção de raiz no mesmo local, desde que se considere que a nova edificação é executada em submissão plena às leis vigentes (ou seja: que o empreendedor é dominado pela autarquia local, em vez de dominar esta).

b) A destruição sistemática do antigo tecido urbano — ou de edifícios representativos de épocas anteriores — para além de uma perda cultural irreversível, é também uma forma de liquidar a transmissão de testemunho do nosso passado ao nosso presente, e de desenraizar culturalmente amplos sectores da população.

c) A fonte de divisas que é para o nosso País o turismo está também ligada ao nosso passado histórico. A sua presença deve ser portanto acusada e evidenciada. A permanência do turista pode ser prolongada se motivos outros se somarem aos que motivaram a sua vinda.

d) A conservação e reparação dos imóveis antigos tem um efeito marcante na actividade das pequenas empresas de construção, quer polivalentes, quer de instalações especiais.

No nosso País estas pequenas unidades representam muitas dezenas de milhares de postos de trabalho.

Os Ministérios da Administração Interna, da Habitação e Obras Públicas e da Educação têm, portanto, uma posição a assumir: a legislação sobre o património arquitectónico é precária, a ausência de programas globais é uma lacuna, a sensibilização das autarquias — e quantas vezes dos respectivos técnicos! — para a conservação dos respectivos patrimónios é ainda muito débil. Reconhecer as dificuldades é o primeiro passo. Mas a adesão das populações nas áreas onde se têm desenrolado operações é um claro incentivo.

Recuperação do Barredo

Há dezenas de anos que a palavra Barredo anda associada à ideia de condições de habitação tão más que ultrapassam os limites do imaginável. Pesadelo das «colmeias» (casas podres com trinta e mais famílias noutros tantos quartos), o Barredo era um escândalo que os serviços camários, enredados na teia da especulação imobiliária, preferiram ignorar por comodidade pessoal e óbvia incapacidade de resposta. Realidade conhecida mais de perto por bombeiros e jornalistas, sobretudo quando a chuva entortava casas e punha moradores em fuga, o Barredo passa actualmente por um processo de recuperação urbanística que constitui um empreendimento ímpar, a nível do Porto e do próprio País, em matéria de habitação e de conservação do património histórico.

Já visitado por várias equipas técnicos estrangeiros («os portuenses estão menos a par do que aqui se faz», dizia-nos uma das pessoas que ali trabalham) o empreendimento do Barredo tem implicações muito vastas, desde um ponto de vista apenas técnico e das questões do planeamento habitacional, até a problemas culturais e de protecção do quadro ambiental e do tecido urbano. Pode dizer-se, após as visitas para esta reportagem, que o Barredo constitui neste momento um laboratório vivo para onde afluem dados de natureza muito diversa e que, se houver a coragem (antes de mais, política) de não os escamotear e de assumir os resultados, pode constituir uma experiência de grande riqueza para o País. Para lá da sua urgência e importância do Barredo preside também uma intenção e um significado políticos. Se irão prevalecer estes ou a coragem de assumir, com o mínimo de coerência, o que ali se problematiza, é o que iremos ver. Tanto mais que outras áreas degradadas do Porto e do norte, como Braga, Guimarães e Viana, têm os olhos voltados para o empreendimento e algumas juntas de freguesia com dificuldades idênticas fazem actualmente pressão para que este trabalho se não confine ao Barredo.

. Recuperar uma vasta zona urbana profundamente degradada e restituí-la aos seus moradores originais, salvando simultaneamente as pessoas e as casas, com o necessário respeito que merecem os valores do ambiente, da história e da cultura, é uma coisa que pode dizer-se, se está a fazer em Portugal pela primeira vez. Acontece agora no Barredo, zona ribeirinha da cidade do Porto. Se tivermos presente que as populações das áreas degradadas sempre têm sido, de uma maneira ou de outra, esbulhadas do seu espaço nas cidades e que o tratamento consentido para as zonas antigas, tantas vezes de quadros ambientais particularmente ricos, tem sido o da sua destruição pura e simples, podemos então concluir que a recuperação do Barredo já constitui uma experiência histórica.

Iniciada há pouco mais de dois anos, na sequência de um despacho ministerial que já vinha de Outubro de 1974, a obra está a ser efectuada sob responsabilidade directa dum organismo dependente do Ministério da Habitação, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB), que integra um grupo de técnicos e serviços, ocupando no total com os operários, cerca de centena e meia de pessoas. A câmara do Porto apenas fornece apoio logístico e processa a contabilidade e tesouraria. Aliás, não se vê muito bem que uma operação deste tipo pudesse ser levada a cabo pelos serviços municipais ligados à habitação e urbanização. E isto por aquilo que caracteriza a operação e por aquilo que se sabe serem aqueles serviços. São do eng.º Ribeiro, primeiro responsável do CRUARB, estas palavras: «Embora a presidência da câmara, com quem directamente fazemos a articulação, tenha dado sempre a melhor vontade, é certo que a máquina camarária, pelo seu próprio funcionamento burocrático, emperra, é morosa e não tem a dinâmica própria para uma obra destas, que exige rapidez de soluções. Além disso, para trabalhar nesta operação é preciso vivê-la dia a dia e senti-la».

CIDADE E DOMÍNIO DE CLASSE

A partir de Setembro de 1975, data do início dos trabalhos, procedeu-se a inquéritos, levantamentos, estatísticas e projectos, arrancando as obras verdadeiramente com a entrada do ano de 76. Nesse primeiro ano foram renovados 29 edifícios para habitação e ainda 12 outras instalações que constituíam equipamentos da zona (armazéns, escritórios e estabelecimentos).

Em 77, foram renovadds mais 44 habitações e diversos equipamentos. No ano em curso, as previsões são de um aumento sensível do número de casas restauradas. A operação deve ficar concluída em 1980, devolvendo-se à área da Ribeira-Barredo condições inteiramente novas, em que cada família terá uma habitação onde o tecto ou o soalho não irão cair em cima das pessoas com a primeira chuvada.

Procurar as causas da degradação urbana desta zona ribeirinha, núcleo histórico da cidade medieval, é fazer o diagnóstico das razões políticas que a impuseram ao longo de todo o percurso das forças económicas e sociais no processo de crescimento da cida-

Anote e reaja

Porto: Passeio Alegre

Um aspecto de recente demolição efectuada por empresa imobiliária, em zona de protecção. Ao que sabemos não foi esta demolição autorizada pela Câmara. Para destruições desta natureza, quais as sanções? A «história» de cada um destes factos permitiria tirar ensinamentos para uma futura armadura legal de protecção ao património arquitectónico

Praça da República

A Praça da Repupública, na cidade do Porto, é (foi) um dos centros da história mais recente da cidade, ligada nomeadamente às convulsões sociais e políticas do fim do século passado. Os edifícios que a delimitavam conferiam, até há meia dúzia de anos, uma dignidade indiscutível ao conjunto, enquadrando de maneira significativa, o Quartel General da Região Militar do Norte. A aplicação cega do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e a falta de protecção adequada ao conjunto, conduziram a Câmara Municipal ao licenciamento dos projectos que a gravura anexa documenta, destruindo as alas poente e sul da Praça, na qual é ainda preservada com certo equilíbrio, apesar de renovada, a ala nascente

Declaração de Amesterdão

Foi em Outubro de 1975 que se reuniram, em Amesterdão, arquitectos, urbanistas, ministros, etc. representando 25 países europeus no âmbito do Ano Europeu do Património Arquitectónico, tendo aprovado a «Declaração de Amesterdão». Nela são defendidas as seguintes considerações fundamentais:

1. O património arquitectónico compreende edifícios isolados, bairros e vilas de interesse histórico ou cultural.
2. A conservação do património arquitectónico deve ser considerada como o principal objectivo do planeamento urbano e territorial.
3. Os organismos locais que têm funções de decisão sobre planeamento são particularmente responsáveis pela protecção do património arquitectónico e deve haver entre eles uma troca de ideias e informações.
4. As medidas legislativas e administrativas devem ser reforçadas e tornadas mais eficazes em todos os países.
5. Deve haver um fundo adequado para obras de restauro e manutenção de edifícios de interesse cultural e histórico.
6. A reabilitação dos bairros deve ser realizada sem grandes modificações de composição social dos moradores e de modo a que todos sejam beneficiários duma operação financiada com fundos públicos.

COMPANHIA DE SEGUROS ULTRAMARINA

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1977

Findo mais um exercício da nossa Companhia ... o 76º ... vimos apresentar como nos compete, o respectivo Relatório e Contas.

1 - INTRODUÇÃO

Na sequência das considerações produzidas no ano anterior, constatou-se que o desenvolvimento da actividade Seguradora no nosso País - presente exercício se caracterizou, uma vez mais, pela inexistência de acções que regulassem o funcionamento do mercado segurador em adequação aos objectivos previstos com a Nacionalização da Indústria.

A delegação de poderes conferida ao Instituto Nacional de Seguros pelo Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 9-12-76 no sentido de serem emitidas normas regulamentares para:

- Regular o funcionamento do mercado segurador para a sua adequação aos objectivos da política económica Nacional;
- Promover a normalização técnica e administrativa da actividade Seguradora e Resseguradora;
- Definir e fazer executar planos de prevenção e segurança no âmbito do sector de seguros;
- Definir os princípios para a eventual constituição e funcionamento de Empresas que tenham por objectivo principal qualquer forma de apoio à actividade Seguradora;
- Elaborar estudos para formação, aproveitamento e desenvolvimento dos recursos humanos do sector de seguros;

criou uma expectativa que não teve ainda uma real correspondência.

Isto mesmo tem determinado a manutenção da base estrutural das Companhias - por ausência duma tão anunciada e exigida Reestruturação - que, excepções feitas, têm adoptado uma política de procura de equilíbrio financeiro em prejuízo do respeito pelas normas de moralização da Indústria emitidas após a sua Nacionalização, assistindo-se ao desenrolar devidamente planificado de um processo concorrencial contrário a todas as orientações que têm sido definidas para a Indústria.

A Ultramarina não obstante a inusitada agressividade da concorrência actuou (e tem actuado) em obediência escrupulosa às normas existentes, em detrimento da obtenção dum maior volume de negócios - o que lhe era fácil dada a sua descentralização geográfica - mas em desrespeito aos objectivos previstos com a Nacionalização das Companhias de Seguros.

A expectativa qué acima referimos mantém-se para o decurso do exercício seguinte, convictos de que só com a urgente introdução de medidas de fundo na estrutura do meio Segurador, entre as quais avulta a projectada Reestruturação da Indústria, em particular do sector Nacionalizado, será possível consolidar a mesma e conduzi-la para os fins superiores que dela se esperam.

2 - EXPLORAÇÃO TÉCNICA

2.1. SEGUROS DIRECTOS

O crescimento dos prémios de Seguros Directos foi de 24,4 por cento. Embora ligeiramente inferior ao do ano transacto (27 por cento) conseguiu-se um maior equilíbrio de carteira como se pode ver pela distribuição comparativa da evolução dos Ramos nos três últimos anos.

RAMOS	1975	%	1976	%	1977	%
VIDA	13.602.679$20	4,3	14.422.516$00	3,6	16.412.198$00	3,3
AC. TRABALHO	85.117.337$30	27,2	122.840.644$40	30,9	157.317.681$10	31,8
AC. PESSOAIS	5.630.698$90	1,8	8.579.760$50	2,2	13.706.615$00	2,8
INCÊNDIO	36.046.807$70	11,6	39.335.531$80	9,9	52.578.256$80	10,6
AGRÍCOLA	4.223.009$00	1,3	6.757.290$40	1,7	6.240.683$00	1,3
AUTOMÓVEL	151.584.859$60	48,4	180.962.034$00	45,5	213.156.773$40	43,1
MARÍTIMO	7.921.459$10	2,5	14.462.373$80	3,6	20.140.915$90	4,1
T. TERR.	803.097$30	0,3	1.132.707$10	0,3	2.008.975$40	0,4
AÉREO	381.872$00	0,1	329.321$00	0,1	552.919$00	0,1
DIVERSOS	7.822.205$50	2,5	8.876.865$90	2,2	12.470.095$00	2,5
TOTAL	313.134.025$60	100,0	397.699.044$90	100,0	494.585.112$60	100,0

2.2. RESSEGURO ACEITE

O Resseguro aceite continua a ter uma reduzida expressão nos negócios da Ultramarina.

Os prémios montaram a Esc. 8.530.693$00 correspondendo a um crescimento de 1,9 por cento.

São as aceitações do Ramo Agrícola que detêm o maior peso na composição da carteira (61,9 por cento), cujos prémios se cifram em 5.280 contos.

2.3. RESSEGURO CEDIDO

No ano de 1977 prosseguiu-se com a cuidadosa política de alargamento dos nossos planos em quase todos os Ramos, voltando por isso, a verificar-se uma diminuição percentual nos encargos com o Resseguro cedido em relação à carteira de Seguros Directos mais Resseguros Aceites (de 19,5 por cento em 1976 para 17,9 por cento em 1977).

2.4. COMISSÕES E DESPESAS DE AQUISIÇÃO

As comissões atingiram Esc. 44.674.887$20 dentro do esquema de comissionamento em vigor.

O seu valor percentual continua a ser na ordem dos 9 por cento da receita processada.

As despesas de aquisição saldaram-se apenas pela quantia de Esc. 66.630$50.

2.5. INDEMNIZAÇÕES

A ocasional ocorrência de alguns sinistros vultuosos dos Ramos Fogo - Riscos Industriais - e de Acidentes Pessoais, aos quais tem de acrescer-se a sempre crescente sinistralidade do Ramo Automóveis, determinou que as indemnizações de Seguros Directos ascendessem a Esc. 261.045.893$60, representando 52,78 por cento dos prémios, mais 5 por cento do que no ano transacto.

2.6. DESPESAS GERAIS

As Despesas Gerais continuam, apesar da introdução de algumas medidas correctivas, a deter uma percentagem de certo modo agravada - 36,58 por cento dos prémios de seguros directos - . A estrutura da Companhia, a sua composição de carteira que assenta essencialmente nas coberturas dos pequenos riscos perfeitamente individualizados - atente-se que em 1977 se trataram 60.924 propostas de seguros novos dos vários ramos e a sua expressão geográfica - 57 filiais espalhadas por todo o território - implicam encargos de vulto que têm, no entanto, a sua correspondência nos resultados da Empresa.

O montante destas despesas cifrou-se em Esc. 180.896.539$60 situando-se ao mesmo nível percentual do ano anterior.

2.7. PREMIOS EM COBRANÇA

Os prémios em cobrança fixaram-se em Esc. 74.251.367$90, 15 por cento dos seguros directos.

Tendo em conta o aumento da carteira, fica aqui bem patente o esforço laboral dos trabalhadores da Ultramarina, o que não é de mais realçar, permitindo à mesma a remuneração de valores activos muitas vezes utilizada em proveito de outros.

2.8. PROVISÃO PARA PRÉMIOS EM COBRANÇA

A conta de balanço atingiu a expressão de Esc. 16.211.661$00 constatando-se, neste exercício, a constituição de Esc. 2.217.962$00 o que está em correspondência com o referido na rubrica anterior.

3 - GESTÃO FINANCEIRA

A ausência de normas que por aplicação coordenada visem o aproveitamento dos capitais disponíveis que a actividade seguradora, pode dispor, subordinando-os aos interesses da Economia Nacional, determinou a este Conselho de Gestão a política de utilizá-los essencialmente na subscrição de Títulos do Estado, confirmando-se que o Sector Nacionalizado de Seguros poderá, convenientemente planificado, contribuir para a recuperação económica do nosso País.

3.1. INVESTIMENTOS

Sem perder de vista os interesses da Companhia, o investimento em 1977 foi canalizado da seguinte forma:

a) - Aquisição de 100.000 Obrigações do Tesouro - FIP -, no valor global de Esc. 100.000.000$00, continuando desta forma, a assegurar-se o caucionamento das responsabilidades da Ultramarina que, de resto, se encontra totalmente realizado.

b) - Para suprir e melhorar as carências orgânicas da Companhia, investiu-se tecnicamente a importância de Esc. 10.682.650$60, estando a maior parte deste valor relacionado com a aquisição de viaturas, o que permitiu moralizar a situação de utilização de veículos em serviço da Empresa, como planificar a redução de custos de exploração.

3.2. VALORES IMOBILIZADOS

Os valores imobilizados apresentam este ano uma nova dimensão traduzida por um aumento de Esc. 123.907.870$60 em relação ao exercício de 1976, não obstante as cotações para alguns títulos do Estado terem sofrido reduções apreciáveis aos quais corresponde uma flutuação de valores negativa de Esc. 7.908.097$50.

3.3. RENDIMENTOS/RECEITAS DIVERSAS

Os rendimentos elevaram-se a Esc. 31.874.976$90 a que se acresce Esc. 7.852.203$20 de Receitas Diversas respeitantes ao sorteio de 3.100 Obrigações do Banco Nacional Ultramarino.

3.4. DISPONIBILIDADES

Apesar dos investimentos realizados no decurso deste ano, esta conta apresenta ainda um apreciável valor activo de Esc. 94.190.982$50 em Caixa e Depósitos em Bancos.

4 - ACTIVIDADE NAS EX-COLÓNIAS

A actividade da nossa Companhia nas ex-Colónias prosseguiu neste exercício de acordo com as disposições de funcionamento existentes.

Os negócios nos Estados de Angola e Moçambique estão em fase de liquidação, tendo decorrido ainda normalmente os reportados aos Estados da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, com resultados globais positivos.

5 - SITUAÇÃO LIQUIDA

A situação líquida da Ultramarina, para além da flutuação de cotações negativa que se tem feito sentir na sua larga carteira de Títulos, tem tido nos últimos 5 anos a evolução que se apresenta no quadro seguinte, apresentando o ano de 1977 um acréscimo consequente dos resultados positivos que se têm vindo a obter e para os quais, também, tem contribuído a política de investimentos seguida.

ANOS	SITUAÇÃO LIQUÍDA
1973	448.001.191$00
1974	350.584.559$00
1975	324.211.678$30
1976	306.850.143$30
1977	344.191.109$60

6 - RESULTADOS

Os resultados obtidos neste exercício, apesar do ano excepcionalmente gravoso em sinistralidade em Ramos de riscos negnos contingentes, são francamente positivos por extraordinário empenho e esforço dos trabalhadores desta Companhia.

Do saldo transitado de exercícios anteriores, Esc. 38.273.727$20 foram pagos, por decisão superior, Esc. 1.441.413$00 aos ex-Administradores e membros do Conselho Fiscal correspondentes às suas participações estatutárias respeitantes ao exercício de 1974.

Por isso, o saldo da conta de Ganhos e Perdas em 31-12-77 é de Esc. 57.443.085$30 competindo ao presente exercício Esc. 20.610.771$10.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oportunamente apresentámos o Orçamento para 1978. Salientámos no respectivo Relatório que, continuando o desarticulado funcionamento do meio Segurador Nacionalizado e considerando o princípio da exigência do equilíbrio económico e financeiro das Empresas do Sector Público, a actuação da Ultramarina está necessariamente condicionada ao desenrolar da Política económica do nosso País no ano de 1978.

Contudo, é firme propósito dos trabalhadores desta Companhia desenvolverem de forma sistemática todos os seus esforços no âmbito da produtividade e na qualidade de serviços prestados, de molde a manter-se a estabilidade da Empresa.

A terminar desejamos expressar o nosso reconhecimento a todos os Segurados, Agentes e Angariadores pela confiança que em nós depositaram e pela preferência com que nos distinguiram, assim como à Comissão de Fiscalização que, embora tenha entrado em funções apenas em Setembro de 1977, nos prestou útil e assídua colaboração.

Lisboa, 20 Março 1978

O CONSELHO DE GESTÃO

Luís Celestino Monteiro da Silva
António Ferreira Gomes de Pinho
Dr. José Carlos Carvalho Simões
José Lopes da Água
Vasco Ângelo Cardoso de Abreu

PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do estipulado na alínea c) do nº. 1 do art. 21º do Decreto-Lei nº. 72 de 27 de Janeiro de 1976, a seguir se apresenta o parecer sobre o balanço e as contas de gerência de 1977.

A Comissão de Fiscalização, nomeada em Setembro do ano findo, tendo a sua acção de acompanhamento circunscrita ao último Trimestre do exercício de 1977, pode contudo tomar vasto conhecimento da actividade geral da Companhia e das principais linhas de orientação do Conselho de Gestão, através das reuniões e esclarecimentos obtidos.

Nessas reuniões - com o Conselho de Gestão e com os responsáveis de vários sectores - assistiu-se a análises e também a conferências, tendo-se reconhecido sempre a correcção dos elementos informativos, da escrituração e dos processos de controlo existentes, bem como a permanente preocupação de os aperfeiçoar.

Na apreciação da conta de Ganhos e Perdas de 1977, que compreendeu a sua comparação com o orçamento elaborado em Novembro de 1976, confirmou-se uma satisfatória aproximação dos valores então considerados e ponderou-se as justificações sobre os desvios, especialmente favoráveis, como sucedeu com o acréscimo de receitas e resultado líquido final.

Da análise realizada - estática e comparada com exercícios anteriores - se inferiu uma Gestão sã e criteriosa, que em nossa opinião se enquadra nos objectivos que devem prevalecer na actividade seguradora, designadamente no que se refere ao equilíbrio desejável entre os vários ramos explorados, constituição de reservas, melhoria de organização e de eficiência.

O acerto de gestão a nível central e sectorial - com uma referência especial à actuação que é da responsabilidade das filiais e que interessa cada vez mais acompanhar - transparece no acréscimo bastante significativo do montante dos prémios de seguro cobrados nos vários ramos e no compatível quantitativo de prémios em cobrança.

De realçar se afigura igualmente a conjugação com os Resseguros cedidos e a implícita segurança e garantia na salvaguarda dos resultados, num exercício de maior sinistralidade, como foi o de 1977.

Referências especiais, cumpre também fazer à evolução do acréscimo dos «rendimentos» das reservas técnicas e valores livres e ao conjunto das receitas, num crescimento que continua a assegurar a cobertura do natural agravamento das Despesas Gerais e a consolidação da situação financeira.

A situação financeira oferece, por seu turno, uma evolução geral significativamente favorável, com especial relevancia para, os três seguintes aspectos fundamentais:

a) Conjunto de meios financeiros correspondentes ao capital, às reservas legais, técnicas e livres, às provisões para incapacidades temporárias e para os prémios em cobrança, e à flutuação de valores;

b) Liquidez e solvibilidade com carácter de permanência ao longo dos exercícios e em termos de garantir a adequada rapidez de mobilização financeira;

c) Política de investimentos, com suficiente garantia e boa reprodutividade, enquadrada nos objectivos do interesse Nacional.

Pelo exposto e por todas as sondagens realizadas, e por nada constar em sentido desfavorável, a Comissão de Fiscalização é de parecer que o balanço e conta de Ganhos e Perdas da Companhia de Seguros Ultramarina merecem ser aprovados.

Lisboa, 22 Março de 1978

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

José Pedro Fernandes
José Guerreiro Madeira Júnior

COMPANHIA ULTRAM

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
ACTIVO						
RESERVA MATEMÁTICA						
De resseguros cedidos	9 629 304$80	9 901 813$50	$	$		19 531 118$30
RESERVA DE GARANTIA						
De resseguros cedidos	$	$	23 782 278$00	$		23 782 278$00
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De resseguros cedidos	5 900$00	$	6 822 816$70	$		6 828 716$70
VALORES DE EMPREGO DAS RESERVAS						
Títulos de crédito e numerário						
Próprios	27 025 885$20	43 701 029$40	77 102 670$90	$	147 829 585$50	
Resseguradores	5 011 187$90	5 714 018$30	13 806 508$80	$	24 531 715$00	
Imóveis	34 059 156$60	55 073 874$30	97 168 025$10	$	186 301 056$00	
Empréstimos sobre apólices	1 859 879$60	$	$	$	1 859 879$60	
Empréstimos hipotecários	$	$	$	$	$	
Empréstimos sobre títulos	$	$	$	$	$	360 522 236$10
VALORES EM DEPÓSITO						
De vários	$	$	$	3 769 240$00	3 769 240$00	
De resseguradores	$	$	$	6 386 100$00	6 386 100$00	10 155 340$00
DEVEDORES POR VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	$	$	$	$	$	
Resseguradores	$	$	32 002$20	$	32 002$20	32 002$20
IMÓVEIS	$	$	$	147 704 044$80		147 704 044$80
MOBILIÁRIO E MATERIAL	$	$	$	32 305 480$40	32 305 480$40	
AMORTIZAÇÕES DE MOBILIÁRIO E MATERIAL	$	$	$	16 090 338$80	16 090 338$80	16 275 541$60
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS	$	$	$	245 610$00		245 610$00
EMPRÉSTIMOS SOBRE TÍTULOS	$	$	$	$		$
ACCIONISTAS	$	$	$	$		$
AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS						
Saldo das Agências	$	$	$	44 228 024$10	44 228 024$10	
Reservas Tec. de Resseg. Cedidos	$	$	$	3 459 915$00	3 459 915$00	47 687 939$10
DEVEDORES GERAIS						
Segurados, correspondentes e angariadores	$	$	$	32 999 444$20	32 999 444$20	
Ressegurados	$	$	$	1 928 803$10	1 928 803$10	
Resseguradores	$	$	$	55 034 198$10	55 034 198$10	
Outros	$	$	$	7 301 444$70	7 301 444$70	97 263 890$10
QUOTAS-PARTES DE INDEMNIZAÇÕES A RECEBER	40 000$00	$	73 909 699$40	$		73 949 699$40
PRÉMIOS EM COBRANÇA						
Na Sede	202 942$00	8 953 135$00	10 518 384$00	$	19 674 461$00	
Nos correspondentes	2 475 784$20	19 306 075$10	32 795 047$60	$	54 576 906$90	74 251 367$90
LETRAS A RECEBER	$	$	$	705 988$60	705 988$60	
TÍTULOS DE CRÉDITO	$	$	$	125 541 852$40	125 541 852$40	
DEPÓSITOS EM BANCOS	$	$	$	79 934 966$40	79 934 966$40	
CAIXA (*)	$	$	$	14 256 016$10	14 256 016$10	220 438 823$50
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA						
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De títulos	$	$	$	7 908 097$50		7 908 097$50
TOTAIS	80 310 040$30	142 649 945$60	335 937 432$70	547 679 286$60		1 106 576 705$20
PASSIVO						
RESERVA MATEMÁTICA						
De seguros directos	87 364 204$30	127 064 456$00	$	$	214 428 660$30	
De resseguros aceites	$	$	$	$	$	214 428 660$30
RESERVA DE GARANTIA						
De seguros directos	$	$	99 919 231$00	$	99 919 231$00	
De resseguros aceites	$	$	1 598 766$00	$	1 598 766$00	101 517 997$00
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De seguros directos	337 767$80	$	203 510 417$90	$	203 848 185$70	
De resseguros aceites	$	$	2 733 738$50	$	2 733 738$50	206 581 924$20
CREDORES POR VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	$	$	$	3 772 514$80	3 772 514$80	
Resseguradores	$	$	$	92 160 711$30	92 160 711$30	95 933 226$10
CREDORES GERAIS						
Segurados, correspondentes e angariadores	$	$	$	16 470 185$10	16 470 185$10	
Ressegurados	$	$	$	573 691$50	573 691$50	
Resseguradores	$	$	$	13 713 558$30	13 713 558$30	
Outros	$	$	$	2 508 349$90	2 508 349$90	33 265 784$80
INDEMNIZAÇÕES A PAGAR						
De seguros directos	765 871$30	3 126 872$00	41 126 878$60	$	45 019 621$90	
De resseguros aceites	$	— 25 465$00	4 274 515$70	$	4 249 050$70	49 268 672$60
COMISSÕES A PAGAR	239 702$00	2 114 994$50	4 409 567$80	$		6 764 264$30
PROVISÕES						
Para incapacidades temporárias de Ac. Trab.	$	15 731 769$00	$	$	15 731 769$00	
Para prémios em cobrança	613 326$00	8 419 104$00	7 179 231$00	$	16 211 661$00	
Diversas	252 458$40	2 462 553$00	9 628 406$60	10 338 218$30	22 681 636$30	54 625 066$30
SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA						
CAPITAL	$	$	$	20 000 000$00	20 000 000$00	
FUNDO DE RESERVA LEGAL	$	$	$	4 000 000$00	4 000 000$00	
FUNDOS DE RESERVA LIVRES	$	$	$	187 000 000$00	187 000 000$00	
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De imóveis	$	$	$	66 602 182$00	66 602 182$00	
De câmbios	$	$	$	9 145 842$30	9 145 842$30	
GANHOS E PERDAS						
De exercícios anteriores	$	$	$	36 832 314$20	36 832 314$20	
Do exercício	$	$	$	20 610 771$10	20 610 771$10	344 191 109$60
TOTAIS	89 573 329$80	158 894 283$50	374 380 753$10	483 728 338$80		1 106 576 705$20

(*) Numerário, moeda estrangeira e ouro

DÉBITO

RESERVA MATEMÁTICA
De seguros directos
De resseguros cedidos

RESERVA DE GARANTIA
De seguros directos
De resseguros aceites
De resseguros cedidos

PROVISÕES
Para incap. temp. de Ac. Trab.
Para prémios em cobrança

AMORTIZAÇÕES

COMISSÕES
De seguros directos
De resseguros aceites
Despesas de aquisição

INDEMNIZAÇÕES
De seguros directos
Do exercício
De exercícios anteriores (reajustame

De resseguros aceites

ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS
Prémios
Juros

DESPESAS GERAIS
Órgãos sociais
Pessoal
Publicidade
Outras despesas de administração
Encargos fiscais
Encargos parafiscais

ENCARGOS DIVERSOS

RES. DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS

SALDO

TOTAIS

CRÉDITO

Saldo de exercícios anteriore

RESERVA MATEMÁTICA
De seguros directos
De resseguros cedidos

RESERVA DE GARANTIA
De seguros directos
De resseguros aceites
De resseguros cedidos

PROVISÕES
Para incap. temp. de Ac. Trab.
Para prémios em cobrança

PRÉMIOS E SEUS ADICIONAIS
De seguros directos
De resseguros aceites

RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS
Comissões
Indemnizações

RENDIMENTOS
Das reservas técnicas de seguros dire
Das reservas técnicas de resseguros a
De valores livres

RECEITAS DIVERSAS
Cargos em outras sociedades
Outras

RES. DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS

TOTAIS

Lisboa, 31 de Dezembro de 1977

A DE SEGUROS MARINA

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

	VIDA	ACIDENTES TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRICOLA E PECUÁRIO	AUTOMÓVEIS E RESP. CIVIL	MARÍTIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AEREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
	8 844 369$30 —$—	18 129 066$00 —$—	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	$- -$-	-$-	26 973 435$30 -$-	26 973 435$30
	—$— —$— —$—	-$- -$- -$-	1 708 951$00 5 085$00 —$—	4 414 242$00 269 785$00 340 776$00	—$— -$- 59 342$00	10 731 580$00 -$- -$-	572 034$00 1 438$00 24 353$00	87 627$00 $- $-	22 359$00 -$- —$—	1 023 322$00 2 560$00 160 100$00	-$- -$- -$-	18 560 115$00 278 868$00 584 571$00	19 423 554$00
	—$— 251 608$00 —$—	3 447 704$00 —$— $	—$— 39 094$00 $	—$— 530 060$00 $	-$- -$- $	-$- 1 570 123$00 $	-$- 199 939$00 $	-$- 74 269$00 $	$- 1.730$00 $	$- 42 143$00 $	-$- -$- 4 893 495$20	3 447 704$00 2 708 666$00	6 156 570$00 4 893 495$20
	1 876 771$00 —$— 65 650$00	12 561 083$20 —$— —$—	1 068 723$80 3 050$80 —$—	6 672 734$50 329 750$30 980$50	1 103 898$50 -$- -$-	17 643 586$80 -$- -$-	2 144 668$60 518 506$20 $	253 992$00 $- $	65 542$00 $- -$-	1 283 896$80 5 356$60 $	-$ -$- -$	44 674 887$20 856 663$90 66 630$50	45 598 181$60
tamento)	6 119 397$50 $	52 906 659$30 $	6 523 556$70 + 336 361$10	25 367 418$70 + 1 673 707$00	2 687 717$10 + 175 000$00	153 685 140$30 — 5 220 017$30	9 929 491$40 1 404 104$50	429 269$90 13 765$10	228 074$30 — 55 390$10	7 308 509$00 + 369 871$30	$ $	265 185 234$20 - - 4 139 340$60	
	6 119 397$50 $	52 906 659$30 26 263$60	6 859 917$80 $	27 041 125$70 380 668$70	2 862 717$10 2 687 679$20	148 465 123$00 $	8 525 386$90 2 331 997$20	415 501$90 $	172 684$20 $	7 678 380$30 43 046$10	$	261 045 890$60 5 469 867$80	266 515 568$40
DOS	1 852 430$70 716 500$80	4 553 572$00 485 887$10	9 830 849$10 219 654$20	13 186 625$10 109 478$50	7 196 767$10 —$—	38 914 311$40 616 558$10	8 095 305$90 241 306$00	834 122$70 $	160 201$90 3 753$90	5 369 379$70 46 550$20	$ -$-	89 992 861$60 2 439 688$80	92 432 250$40
	—$— 6 734 696$40 311$30 861 866$90 652 812$00 839 195$70	—$— 34 348 322$90 2 493$40 6 901 874$70 5 874 946$30 6 915 560$20	—$— 1 574 244$00 213$60 591 371$80 509 061$40 573 947$70	—$— 12 755 018$00 814$80 2 255 757$30 5 234 536$20 2 257 872$80	—$— 705 904$10 95$80 265 176$00 355 444$90 261 794$20	$ 41 853 029$50 3 388$00 9 378 297$70 10 799 603$50 9 167 543$80	$- 7 665 617$70 315$80 874 113$00 749 475$10 872 665$50	$ 228 252$60 31$00 85 744$20 74 350$70 83 153$30	-$- 65 803$60 8$90 24 719$40 20 778$20 24 062$10	-$- 1 438 906$10 195$30 540 531$50 463 843$00 526 167$80	3 241 533$00 1 219 364$10 165$50 458 059$50 128 885$80 434 502$00	3 241 533$00 108 589 165$00 8 033$40 22 237 512$00 24 863 737$10 21 986 765$10	180 896 539$60
NIAS	$ 643 582$30	$ 756 896$30	$ 52 768$70	$ 2 333 768$70	$ 1 471$20	$ 1 343 228$30	$ —318 217$20	$ 298$40	$ — 85 007$20	$ — 7 901$50	63 654$90 1 400 694$70		63 654$90 6 121 582$70
	$	-$-	-$	$	$	$	$	-$	-$	$	57 443 085$30		57 443 085$30
AIS	29 459 291$90	146 910 329$00	23 035 932$90	78 114 014$10	15 499 290$10	290 486 373$10	32 498 804$70	2 137 342$70	476 636$00	18 616 462$90	69 283 440$00		706 517 917$40
riores	-$-	-$-	-$-	-$-	$	$	-$-	$	-$-	$-	36 832 314$20		36 832 314$20
	-$- 158 163$10	-$- 1 509 593$70	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- $	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- 1 667 756$80	1 667 756$80
	—$— —$— —$—	-$- -$- -$-	—$— —$— 1 259 841$00	—$— —$— —$—	51 661$00 41 119$00 $ —	$ -$- 1 808 114$00	13 931$00 34 183$00 252 691$00	$ $ 43 447$00	—$— -$- 7 315$00	3 730$00 8 583$00 490 512$00	-$- -$- -$-	69 322$00 83 885$00 3 861 920$00	4 015 127$00
	—$— —$—	—$— 490 904$00	—$— —$—	—$— —$—	—$— —$—	-$- —$—	-$- —$—	-$- -$	$- —$—	-$- — $—	-$- -$-	-$- 490 904$00	490 904$00
S	16 412 198$00 -$-	157 317 681$10 27 364$30	13 706 615$00 15 254$00	52 578 255$80 927 107$60	6 240 683$00 5 279 752$50	213 156 773$40 -$	20 140 915$90 2 251 408$60	2 008 975$40 -$	552 919$00 -$-	12 470 095$00 29 805$00	-$- -$-	494 585 112$60 8 530 693$00	503 115 805$60
	704 157$80 1 360 794$50	—$— 4 203 305$80	3 932 252$60 6 113 512$50	6 425 368$20 23 192 314$20	905 621$70 3 702 323$90	9 661 484$40 33 125 571$30	2 925 819$40 4 535 376$00	298 070$00 145 425$70	56 812$80 56 859$70	2 299 299$20 4 565 488$50	-$- -$-	27 208 886$10 81 000 972$10	108 209 858$20
directos s aceites	3 991 996$20 —$— —$—	6 080 166$30 —$— —$—	293 766$30 —$— —$—	825 478$50 —$— —$—	37 204$60 —$— —$—	8 868 936$80 -$ -$	553 198$40 $- -$	20 966$30 -$- -$	32 298$70 -$ -$-	326 672$90 -$- -$-	-$- -$- 10 844 291$90	21 030 685$00 -$- 10 844 291$90	31 874 976$90
AS	-$- -$-	-$- -$	—$— —$—	-$ -$-	-$- -$	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- -$-	-$- 7 852 203$20	-$- 7 852 203$20	7 852 203$20
AIS	2 121 881$10	2 379 160$00	92 886$10	2 664 143$00	5 775$60	4 962 259$60	52 862$90	18 262$20	— 41 756$90	22 365$30	181 132$60		12 458 971$50
	24 749 190$70	172 008 175$20	25 414 127$50	86 612 668$30	16 264 141$30	271 583 139$50	30 760 386$20	2 535 146$60	664 448$30	20 216 551$90	55 709 941$90		708 517 917$40

COMPANHIA DE SEGUROS ULTRAMARINA

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO UNITÁRIO	VALOR DE BALANÇO TOTAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	DIFERENÇAS FLUTUAÇÃO DE VALORES
1	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS:								
1.1	Quotas		— $ —	— $ —		— $ —	— $ —	— $ —	— $ —
1.2	Acções		— $ —	— $ —		— $ —	— $ —	— $ —	— $ —
	TOTAL						— $ —	— $ —	— $ —
2	OUTRAS APLICAÇÕES:								
2.1	**Títulos Nacionais:**								
2.1.1	Títulos da dívida pública e obrigações com garantia do Estado								
	Empréstimo Centenários — 4% — 1940	2 400	2 000$00	2 165$00		570$00	1 368 000$00	5 195 910$90	— 3 827 910$90
	Empréstimo Consolidado — 3 1/2% — 1941	1 000	1 000$00	613$00		250$00	250 000$00	612 967$50	— 362 967$50
	Empréstimo Consolidado — 3% — 1942	5 000	1 000$00	702$00		200$00	1 000 000$00	3 508 635$30	— 2 508 635$30
	Fomento Ultramarino — Angola — 6% — 1969	6 797	1 000$00	1 000$00		840$00	5 709 480$00	6 797 002$30	— 1 087 522$30
	Fomento Ultramarino — Moçambique — 6% — 1969	1 000	1 000$00	1 000$00		840$00	840 000$00	1 000 000$00	— 160 000$00
	Fundo Externo — 1.ª Série — Simples — 3%	123	1 257$00	1 298$00		305$00	37 515$00	159 667$40	— 122 152$40
	Fundo Externo — 1.ª Série — Carimbadas — 3%	268	1 257$00	1 302$00		450$00	120 600$00	348 934$30	— 228 334$30
	Fundo Externo — 3.ª Série — Simples — 3%	417	1 257$00	1 298$00		525$00	218 925$00	541 311$10	— 322 386$10
	Fundo Externo — 3.ª Série — Carimbadas — 3%	1 322	1 257$00	1 307$00		550$00	727 100$00	1 727 403$10	— 1 000 303$10
	Fundo do Turismo — 5 3/4% — 1969	286	1 000$00	1 006$00		850$00	243 100$00	287 616$40	— 44 516$40
	Metropolitano de Lisboa — 7 1/2% — 1974	1 985	1 000$00	1 000$00		830$00	1 647 550$00	1 985 000$00	— 337 450$00
	Metropolitano de Lisboa — 6 3/4% — 1973	1 830	1 000$00	1 000$00		715$00	1 308 450$00	1 830 000$00	— 521 550$00
	Metropolitano de Lisboa — 5 3/4% — 1969	76	1 000$00	977$00		810$00	61 560$00	74 218$60	— 12 658$60
	Metropolitano de Lisboa — 5 3/4% — 1968	14	1 000$00	982$00		810$00	11 340$00	13 746$10	— 2 406$10
	Metropolitano de Lisboa — 5 3/4% — 1967	972	1 000$00	1 004$00		810$00	787 320$00	976 018$60	— 188 698$60
	Telefones de Lisboa e Porto — 5%	42	1 000$00	972$00		605$00	25 410$00	40 831$70	— 15 421$70
	Tesouro — 15,5% — 1976	52 280	1 000$00	1 000$00		870$00	45 483 600$00	52 280 000$00	— 6 796 400$00
	Tesouro — 15,5% — 1975	16 000	500$00	500$00		480$00	7 680 000$00	8 000 000$00	— 320 000$00
	Tesouro — 6% — 1976 - OURO	10 456	500$00	500$00		620$00	6 482 720$00	5 228 000$00	1 254 720$00
	Tesouro — 5% — 1967	100	1 000$00	998$00		800$00	80 000$00	99 758$00	— 19 758$00
	Tesouro de Angola — 5% — 1965	2 950	1 000$00	1 000$00		850$00	2 507 500$00	2 950 000$00	— 442 500$00
	Tesouro de Moçambique — 5% — 1965	1 400	1 000$00	1001$00		850$00	1 190 000$00	1 401 380$70	— 211 380$70
	Tesouro 75 — Banco de Angola	595	3 498$00	6 374$00		1 050$00	624 750$00	3 792 234$30	— 3 167 484$30
	Tesouro 75 — Banco Nacional Ultramarino — 1.ª Série Nom.	14 237	3 370$00	1 148$00		1 000$00	14 237 000$00	16 339 460$40	— 2 102 460$40
	Tesouro 75 — Banco Nacional Ultramarino — 2.ª Série Port.	2 253	4 352$00	1 148$00		1 000$00	2 253 000$00	2 585 713$90	— 332 713$90
	Tesouro 75 — Banco Nacional Ultramarino — 3.ª Série Cupão	3	4 352$00	1 293$00		1 270$00	3 810$00	3 879$20	— 69$20
	Tesouro 75 — Banco de Portugal	1 500	3 149$00	1 325$00		1 000$00	1 500 000$00	1 987 266$40	— 487 266$40
	Tesouro — FIP, Classe A — 18% — 1977	59 248	1 000$00	1 000$00		1 000$00	59 248 000$00	59 248 000$00	— $ —
	Tesouro — FIP, Classe B — 12% — 1977	59 248	1 000$00	1 000$00		1 000$00	59 248 000$00	59 248 000$00	— $ —
	Banco de Fomento Nacional — 6 1/2% — 1973	25	1 000$00	1 000$00		680$00	17 000$00	25 000$00	— 8 000$00
	Câmara Municipal de Lisboa — 5 3/4% — 1969	1 016	1 000$00	985$00		690$00	701 040$00	1 001 173$10	— 300 133$10
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 6 3/4% — 1973	1 023	1 000$00	999$00		640$00	654 720$00	1 022 112$70	— 367 392$70
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 6 3/4% — 1972	1 570	1 000$00	999$00		640$00	1 004 800$00	1 568 137$50	— 563 337$50
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 6 3/4% — 1971	1 500	1 000$00	1 001$00		640$00	960 000$00	1 500 421$90	— 540 421$90
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 6 3/4% — 1970	22	1 000$00	1 001$00		640$00	14 080$00	22 027$50	— 7 947$50
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 5 1/2% — 1969	469	1 000$00	990$00		675$00	316 575$00	464 388$10	— 147 814$10
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 5 1/2% — 1968	248	1 000$00	999$00		675$00	167 400$00	247 859$50	— 80 459$50
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 5 1/2% — 1967	228	1 000$00	989$00		675$00	153 900$00	220 919$00	— 67 019$00
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 4 1/2% — 1965	800	1 000$00	1 132$00		670$00	536 000$00	805 206$20	— 269 206$20
	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses — 4 1/2% — 1959	130	1 000$00	1 007$00		670$00	87 100$00	130 846$10	— 43 746$10
	Correios e Telecomunicações de Portugal — 6 3/4% — 1972	476	1 000$00	1 000$00		670$00	318 920$00	476 000$00	— 157 080$00
	Correios e Telecomunicações de Portugal — 5 3/4% — 1969	91	1 000$00	975$00		700$00	63 700$00	88 723$70	— 25 023$70
	Crédito Predial Português — 5% — 1959	260	1 000$00	1 000$00		500$00	130 000$00	260 000$00	— 130 000$00
2.1.2	**Outras Obrigações**								
	Companhia Nacional de Electricidade — 5%	440	1 000$00	973$00		580$00	255 200$00	428 221$20	— 173 021$20
	C.ª Reunidas de Gás e Electricidade — 4% — 1955	490	1 000$00	983$00		730$00	357 700$00	486 695$60	— 128 995$60
	Hidroeléctrica do Cávado — 5%	1 834	1 000$00	1 004$00		640$00	1 173 760$00	1 840 933$20	— 667 173$20
	Hidroeléctrica do Douro — 5%	625	1 000$00	986$00		575$00	359 375$00	616 411$10	— 257 036$10
	Hidroeléctrica do Zêzere — 5%	154	1 000$00	975$00		640$00	98 560$00	150 141$60	— 51 581$60
	Nitratos de Portugal — 5%	204	1 000$00	1 000$00		605$00	123 420$00	203 938$00	— 80 518$00
	União Eléctrica Portuguesa — 5% — 1954	1 620	100$00	100$00		57$00	92 340$00	162 017$30	— 69 677$30
2.1.3	**Acções**								
	Banco do Alentejo	160	150$00	3 701$00		986$00	149 760$00	592 239$00	— 442 479$00
	Banco do Algarve	340	100$00	4 325$00		1 322$00	449 480$00	1 470 653$80	— 1 021 173$80
	Banco Borges & Irmão	37	1 000$00	11 214$00		4 025$00	148 925$00	414 925$50	— 266 000$50
	Banco Comercial de Angola	10 032	1 000$00	851$00		1 000$00	10 032 000$00	8 537 500$001	1 494 500$00
	Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa	1 386	1 000$00	845$00		4 850$00	6 722 100$00	1 171 391$405	5 550 708$60
	Banco de Fomento Nacional	264	1 000$00	3 616$00		1 618$00	427 152$00	954 511$40	— 527 359$40
	Banco Pinto de Magalhães	2	1 000$00	3 000$00		4 100$00	8 200$00	6 000$00	2 200$00
	Banco Pinto & Sotto Mayor	1	1 000$00	5 000$00		7 225$00	7 225$00	5 000$00	2 225$00
	Banco Português do Atlântico	2 180	1 000$00	4 610$00		6 288$00	13 707 840$00	10 049 553$403	3 658 286$60
	anco Standard Totta-Moçambique	1 041	500$00	500$00		500$00	520 500$00	520 500$00	— $ —
	Banco Totta & Açores	80	1 000$00	11 626$00		5 275$00	422 000$00	930 060$80	508 060$80
	Boror Comercial	1000	30$00	30$00		76$00	76 000$00	30 000$00	— 46 000$00
	Companhia das Águas de Lisboa — 1934	361	100$00	258$00		390$00	140 790$00	83 133$80	57 656$20
	Companhia das Águas de Lisboa — 1936	678	100$00	222$00		390$00	264 420$00	150 664$30	113 755$70
	Companhia das Águas de Lisboa — Antigas	300	100$00	240$00		390$00	117 000$00	72 090$00	44 910$00
	Companhia do Açúcar de Angola	300	1 500$00	2 913$00		745$00	223 500$00	873 841$00	— 650 341$00
	Companhia Angolana de Agricultura — CADA	500	900$00	4 426$00		690$00	345 000$00	2 213 013$10	— 1 868 013$10
	Companhia do Boror	1500	200$00	498$00		153$00	229 500$00	748 508$30	— 519 008$30
	Companhia do Buzi, S.A.R.L. — 1954	2000	110$00	265$00		73$00	146 000$00	529 182$30	— 383 182$30
	Companhia de Cervejas e Refrigerantes MAC-MAHON, S.A.R.L.	300	1 000$00	502$00		1 000$00	300 000$00	150 600$00	149 400$00
	Companhia dos Combustíveis do Lobito — PURFINA	1208	100$00	735$00		410$00	495 280$00	887 378$00	— 392 098$00
	Companhia Concessionária Petróleos de Angola — PETRANGOL	44	1 000$00	500$00		1 600$00	70 400$00	22 000$00	48 400$00
	Companhia dos Diamantes de Angola	2100	500$00	813$00		1 698$00	3 565 800$00	1 708 063$00	1 857 737$00
	Companhia Geral de Angola	41	1 000$00	1 477$00		1 000$00	41 000$00	60 562$30	— 19 562$30
	Companhia Portuguesa de Celulose	240	1 000$00	3 134$00		3 761$00	902 640$00	752 240$20	150 399$80
	Companhia Portuguesa de Electricidade	158	1 000$00	1 238$00		1 173$00	185 334$00	195 600$70	— 10 266$70
	Companhia Portuguesa de Resseguros Equidade	100	6 000$00	1 000$00		1 000$00	100 000$00	100 000$00	— $ —
	Companhias Reunidas de Gás e Electricidade	3070	175$00	201$00		352$00	1 080 640$00	618 282$60	462 357$40
	Companhia de Seguro de Créditos, S.A.R.L.	610	1 000$00	1 000$00		1 000$00	610 000$00	610 165$00	— 165$00
	Companhia de Seguros Comércio e Indústria	355	500$00	2 157$00		2 157$00	765 735$00	765 649$00	86$00
	Companhia de Seguros Portugal Previdente	3	1 000$00	3 000$00		3 000$00	9 000$00	9 000$00	— $ —
	Companhia de Seguros Tranquilidade	4	500$00	3 000$00		3 000$00	12 000$00	12 000$00	— $ —
★	COTAPO — Empreendimentos Comerciais e Industriais	100	135$00	170$30		170$30	17 026$90	17 026$90	— $ —
	Companhia União Fabril — CUF	379	1 000$00	4 811$00		1 373$00	520 367$00	1 823 309$20	— 1 302 942$20
	Companhia Vidreira de Moçambique	420	500$00	762$00		500$00	210 000$00	320 000$00	— 110 000$00
	Companhia da Zambézia	10 000	110$00	128$00		69$00	690 000$00	1 282 927$40	— 592 927$40
	Crédito Predial Português	75	500$00	4 061$00		2 843$00	213 225$00	304 560$80	— 91 335$80
★	Empreendimentos Comerciais e Financeiros, S.A.R.L. — EMPOR	6000	100$00	186$00		186$00	1 115 750$00	1 115 750$00	— $ —
	Empresa Industrial de Tabacos, S.A.R.L. — INTAR	1000	110$00	531$00		660$00	660 000$00	531 121$70	128 878$30
	Hidro-Electrica do Cavado	412	1 000$00	1 363$00		1 173$00	483 276$00	561 620$30	— 78 344$30
	Lisbon Electric Tramways	5000	69$00	84$00		69$00	345 000$00	418 772$80	— 73 772$80
★	MESSA — Máquinas de Escrever, S.A.R.L.	2000	100$00	100$00		100$00	200 000$00	200 000$00	— $ —
★	Rinav Portuguesa — Registo Internacional Naval, S.A.R.L.	20	1 000$00	1 000$00		1 000$00	20 000$00	20 000$00	— $ —
	SOCEL — Soc. Industrial de Celulose, S.A.R.L.	50	1 000$00	6 084$00		2 785$00	139 250$00	304 192$10	— 164 942$10
	Sociedade Agrícola de Cassequel	1870	500$00	834$00		676$00	1 264 120$00	1 559 892$80	— 295 772$80
	Soc. Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR	3477	1 000$00	2 671$00		4 017$00	13 967 109$00	9 285 714$80	4 681 394$20
	Sociedade Central de Cervejas	3	1 000$00	4 250$00		3 500$00	10 500$00	12 750$00	— 2 250$00
	Sociedade Nacional de Estudo e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos — SONEFE	1553	500$00	500$00		378$00	587 034$00	776 500$00	— 189 466$00
	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos — SONAREP	1491	1 000$00	790$00		1 500$00	2 236 500$00	1 178 200$00	1 058 300$00
	Soc. Portuguesa de Exploração de Petróleos, S.A.R.L. — ANGOL	555	1 000$00	1 000$00		1 000$00	555 000$00	555 000$00	— $ —
	União Fabril do Azoto — U.F.A.	250	500$00	1 272$00		770$00	192 500$00	317 982$90	— 125 482$90
	Vigado, Melgaço & Pedras Salgadas	30	500$00	2 706$90		2 706$90	81 206$40	81 206$40	— $ —
	SOMA.....	322107					288 263 405$30	305 894 967$50	— 17 631 562$20
2.2	**Títulos Estrangeiros**								
2.2.1	Bilhetes do Tesouro e outras obrigações emitidas por Estados Estrangeiros		$	$		$	$	$	— $ —
2.2.2	Outras Obrigações		$	$		$	$	$	— $ —
2.2.3	Acções		$	$		$	$	$	— $ —
	SOMA....		$				$	$	$
2.3	Total..	322 107	$				288 263 405$30	305 894 967$50	— 17 631 562$20
3	TOTAL GERAL	322 107	$				288 263 405$30	305 894 967$50	— 17 631 562$20

★ A Transferir para o I.P.E.

Habitar — viver

um empreendimento histórico

TEXTO DE JOSÉ GOMES BANDEIRA
FOTOS DE BRUNO NEVES

de. Por outras palavras, trata-se da questão do domínio do espaço da cidade, da selecção das classes nesse mesmo espaço, que a burguesia mercantil e industrial do Porto teve condições para operar em seu proveito, deixando às classes economicamente fracas um de dois caminhos: ou ser expulsa do centro para a periferia (caso do «encaixotamento» nos mal construídos bairros camarários, sem equipamentos indispensáveis) ou permanecer nas zonas antigas do centro, num processo de amontoamento progressivo, em casas arruinadas, sem sol, sem ar, sem saneamento.

Não está ainda feito, julgamos, o estudo de estratégia de classe que, no Porto, submeteu numerosos estratos da população a viver em menos de um metro quadrado por habitante e impôs o desgaste e destruição de numerosos valores humanos e culturais — tudo com o beneplácito cúmplice dos serviços públicos com responsabilidades na matéria e dentro de uma lógica de desenvolvimento capitalista.

A área da Ribeira-Barredo constitui um bom exemplo da incidência dessas causas, começando pela já distante mudança do eixo económico da cidade para fora da zona ribeirinha, nomeadamente com a ponte de D.Luís, traduzida pela ruptura histórica da passagem da cidade medieva para a cidade moderna, em que a burguesia ascendente portuense vai tentar usufruir de novos espaços, mais amplos e mais ricos para os seus interesses e onde pudesse ostentar o seu prestígio, ao mesmo tempo que as classes desfavorecidas permaneciam nas «zonas históricas» abandonadas a uma degradação constante. E, mesmo hoje, a própria operação de restauro em curso não pode recusar, até para a sua defesa, o confronto com a problemática política e social que para ali converge e que é susceptível de significar o seu desvirtuamento e a sua «recuperação». Mas este aspecto — e não é por acaso que a renovação do Barredo acontece depois do 25 de Abril — é um objectivo que, como veremos mais adiante, cai no âmbito das preocupações das associações e comissões de moradores. Estes, não obstante uma boa parte das camadas mais jovens e reivindicativas terem entretanto saído da área, estão despertados e afirmam: «a população que viveu e sofreu o Barredo é que o deve usufruir quando renovado».

Esta questão está no centro de quase tudo quanto ali se está a fazer. Importa, com efeito, que o restauro do Barredo não rebente com as estruturas sociais e humanas existentes, aliás de tradições muito ricas na solidariedade e no usufruto de um espaço comum.

RECUPERAR É MAIS BARATO

Os números já referidos sobre a obra feita nestes dois anos de renovação da área Ribeira-Barredo deixam concluir que mais uma centena de habitações e outras dependências foram concluídas e estão habitadas ou prontas para entrega aos seus moradores.

Para quem são as casas? Deve referir-se que em 1974 a população total envolvida na operação era de ordem das três mil pessoas (750 famílias) e que, entretanto, se deslocaram para bairros camarários (o do Aleixo sobretudo, onde a câmara mantinha casas vazias, que então foram ocupadas) cerca de 1750 pessoas (480 famílias). A população residente actualmente ronda as 1250 pessoas (270 famílias). Em princípio são para estas as casas renovadas. Em princípio porque, diz-nos o eng.º Ribeiro, mais do que as 270 famílias podem vir a ter casa na área: «em primeiro lugar estão os agora residentes, depois, se houver casas, voltarão alguns dos que daqui saíram ultimamente e há ainda os que a população chama «filhos do Barredo», pessoas aqui nascidas e criadas que foram obrigados a sair e que os actuais desejam que regressem». São estes os critérios de atribuição que procuram manter uma população ligada por laços estreitos, de parentesco ou convivência. Moradores com quem falámos foram unânimes em não aceitar que estranhos venham a ter ali casa.

Não interessa descrever com pormenor uma «colmeia» do Barredo. Para um estranho era algo difícil de imaginar antes de ter visto. Para os moradores era tudo o que sucede quando, por exemplo, uma família de seis ou dez pessoas vive num quarto-cozinha interior, de paredes indefinidas, com os sons que vêm do lado e os líquidos que vêm de cima, onde não seria possível, quando vazio, dar mais de seis passos em cada sentido. As assistentes sociais, aliás proibidas de contactos com a população adulta, insistiam em vão com relatórios sobre a situação das crianças e dos velhos e doentes nas «colmeias» do Barredo. Isto não era nada que os serviços camarários não soubessem. Como sabiam que os moradores pagavam a renda (muitas vezes à semana ou à quinzena) a subalugas (os ali chamados «sugas») a cuja existência ilegal e a cujo policiamento da vida dos moradores fechavam beatamente os olhos.

Como se processa a renovação? As obras estão condicionadas pelo andamento das expropriações. Estas foram feitas, diz-nos o CRUARB, com base no Decreto 273 C/75 que determina a posse e a indemnização administrativa das casas expropriadas. O estado delas e a exigência de que só um plano global de renovação (incompatível para os proprietários) resolveria o problema, não deixava outra saída senão a intervenção administrativa para a salvaguarda dos direitos de permanência dos moradores e dos valores históricos e do ambiente.

Hoje todavia, diz-nos o eng.º Ribeiro, a operação prossegue apoiada no Dec.-Lei 845/76, conhecido por «código das expropriações», já que o decreto acima referido foi considerado inconstitucional. Mas, acrescenta, «a posse dos edifícios continua a ser administrativa». Passando por cima da questão de saber se afinal o tal decreto se encontra efectivamente revogado, temos portanto que as expropriações continuam com base no 845/76.

Diz ainda o comissário: «a atribuição do valor da indemnização é assim feita por acordo amigável, o que acontece em 80 por cento dos casos, ou por arbitragem. Quando assim não se resolva segue-se o caminho normal e moroso das expropriações com intervenção judicial». É o caminho deixado pelo «código» das expropriações. Num ou noutro caso não resta outra saída já que, por exemplo, um senhorio pede mais de sete mil contos por um prédio que a administração avaliou em 900...

De referir, por importante, os casos em que os senhorios, por vezes já idosos, pretendem continuar nas casas e, todavia as não vendem. Nestes casos, cuja solução está encarada, o comissariado deverá subsidiar a renovação do prédio mediante condições a acordar com os donos. Há casos em que estes não têm meios para proceder às obras. Ficaria em aberto a aquisição futura da casa pelos serviços públicos já que a mesma não pode ser transacionada sem quebra do espírito que preside à renovação da Ribeira-Barredo.

A esta questão prende-se outra semelhante: a dos senhorios que lá não vivem e que pretendem fazer eles as obras. Tal possibilidade deverá apenas ser condicionada pela salvaguarda dos objectivos da operação.

A actuação do CRUARB nestas matérias, segundo nos apercebemos, pretende ser justa e cautelosa sem que isso demonstre menos atenção pelos fins em vista que são, acima de tudo, a renovação duma área habitacional para os seus moradores originais e salvaguarda dum património histórico.

Estas casas são melhores que as novas. Eis uma primeira conclusão a tirar. E ficam mais baratas do que se construídas de raiz. Eis outra conclusão. «As antigas habitações apresentam, quando restauradas, melhores condições de habitação do que as novas» — anda a dizer o Conselho da Europa há um bom par de anos. Não é por acaso que a burguesia, a de cá e a dos outros lados, cansada dos «caixotes» da construção «moderna», se interessa por elas. A intervenção administrativa na Ribeira-Barredo não permite agora que ele seja moeda de troca no mercado especulativo dos imóveis. Quanto ao futuro, veremos.

O CRUARB faz uma parte da contabilidade da operação: a relativa aos custos, necessários para efeito de gestão. Palavras ainda do eng.º Ribeiro: «Dizia-se que a renovação era anti-económica. Esta operação demonstrou, como se previa, apesar do estado das casas, que é economicamente vantajosa. Já não falando nos problemas sociais, de cultura e do ambiente que igualmente se resolvem. Os números por metro quadrado nas obras em curso: entre 4.500 e 8.500 escudos. Bastante mais baixo do que o custo corrente no mercado, que oscila entre dez e doze contos por metro quadrado, acrescenta o comissariado.

RENDA TÉCNICA OU RENDA SOCIAL?

A contabilidade dos custos, disseram-nos também, pretende reter para o futuro os dados desta experiência. E bem assim, o aproveitamento das soluções ali dadas no que se refere a utilização de materiais resultantes das demolições que tenham de fazer-se. As obras, que decorrem por empreitadas que o CRUARB entrega as empresas privadas, têm introduzido grandes modificações na qualidade e segurança das casas: isolamento dos andares com placas de betão, vigamento de segurança desde a base, reforço e reconstrução de paredes intariores, etc.

A opção, neste campo, foi pela solidez.

Solidez que, todavia não altera as características exteriores das casas, cujo aspecto, desde as saliências ao desenho das janelas, é sempre mantido. Este dado, pela obra já feita, mostra uma face até agora desconhecida da área e a importância das reconstituições das zonas históricas. O respeito por esses valores levou, por exemplo, à adaptação duma das casas de paredes de pedra mas cobertas de massa, para um museu local. As pedras foram postas a descoberto, restituindo-as ao seu aspecto original, com manutenção das traves interiores em madeira. O museu será um equipamento valioso na área renovada.

O laboratório vivo que é neste momento a Ribeira-Barredo não o é apenas a nível das questões políticas e sociais que a renovação levanta.

Também o é nos métodos e nas soluções técnicas: «são muitas vezes os operários que alertam os técnicos para soluções possíveis. Sai daqui uma boa quantidade de operários especializados para obras deste tipo. Os operários mais velhos aceitam melhor a recuperação destas coisas. Todos sentem desejo em trabalhar aqui, embora as condições sejam piores do que num edifício novo, até porque as ruas estreitas não deixam espaço para uma chegada fácil de materiais. Os operários apreciam a qualidade de construção antiga. Tudo isto é uma experiência que não se pode perder ao nível de preparação das pessas». São palavras do eng.º Ribeiro.

Por outro lado, a forma das casas, o invólucro exterior, que se mantêm, obriga a um novo tipo de distribuição do espaço dentro das casas. Aqui as soluções fogem ao tipo corrente de arrumação do espaço interior e põem o problema da criação de um novo «habitat».

Por isso tudo, porque é efectivamente um laboratório, a renovação do Barredo é uma obra polémica. O empreendimento não deixa de ser controverso e, precisamente porque é importante, divide as opiniões dos especialistas na matéria.

«Foram enviados painéis para o sector da arquitectura da Bienal de S. Paulo e sabemos que esta obra suscitou curiosidade. Vieram depois equipas estrangeiras, suecos, franceses, ingleses, americanos, e as opiniões manifestadas foram de admiração e até de surpresa. Sobretudo pelo facto de as obras serem feitas com a população presente no local, com mudanças temporárias e sucessivas. Esses estrangeiros não se imaginam com comissões de moradores a fazer o que as nossas fazem». Estas as palavras com que nos referiram o interesse que a renovação tem suscitado.

Por outro lado, embora não muito divulgada, aquela obra tem feito com que as freguesias do Porto com idênticos problemas manifestem o desejo do seu alargamento. Isto pode abrir o caminho para uma profunda modificação do rosto de vastas áreas da cidade, onde a degradação habitacional atingiu grandes proporções. Há, para isso, a vontade manifesta dos moradores, conforme nos disseram no CRUARB: os presidentes de juntas de freguesia já o afirmaram e muitos noradores e donos das casas manifestaram interesse na continuação das expropriações e na concessão de apoio técnico e financeiro. O problema, portanto, parece corresponder a uma vontade efectiva das pessoas, que esperam medidas adequadas da administração.

Em 15 de Dezembro último, inclusivamente, a Câmara do Porto aprovou uma proposta nesse sentido feita pelo comissariado e com a qual, em princípio, o Ministério da Habitação concordava. Ainda de acordo com o mesmo comissariado, tal plano de renovações deve avançar até 1980, mas «a intervenção não será com a profundidade desta, em vista das dificuldades financeiras».

É claro que os moradores da cidade, interessados num projecto dessa importância e desse alcance, não podem deixar de se interrogar sobre as «dificuldades financeiras» quando, por exemplo, a câmara deixou por gastar, em 1977, 362 mil contos, numa estranha «poupança» que atingiu sobretudo as verbas para habitação. Assim, como não deixarão de apontar soluções, se a capacidade de mobilização e de iniciativa de que têm dado provas não continuar a ser entravada, para a dificuldade a que o presidente da câmara atribuiu a referida poupança: o excesso de burocracia e consequente ineficácia dos serviços camarários. Se, efectivamente, a razão é só essa, com o que os moradores pobres do Porto talvez não estejam bem de acordo...

Por um caminho ou por outro, estas dificuldades acabam por conduzir à questão de saber que interesses prevalecem. Assim também quanto à forma de calcular as rendas que os habitantes da Ribeira-Barredo irão pagar pelas casas. Renda técnica ou renda social? Diz o CRUARB: «Neste momento fixa-se uma renda ténica provisória até que possa fazer-se um estudo com base nos custos para uma renda técnica definitiva». Admitiu, todavia, a fixação de renda socia, com base no rendimento dos agregados familiares. Isto é, o problema está em aberto, embora com o precedente desfavorável aos moradores da renda técnica provisória para passar a outra definitiva. Nestas condições serão eles a «pagar» os custos de renovação, o que um morador chamou de injusto: «somos nós que vamos pagar? Já passámos aqui o que se sabe, devemos agora pagar conforme as nossas posses». É um problmea também para as associações de moradores, disseram-nos ainda.

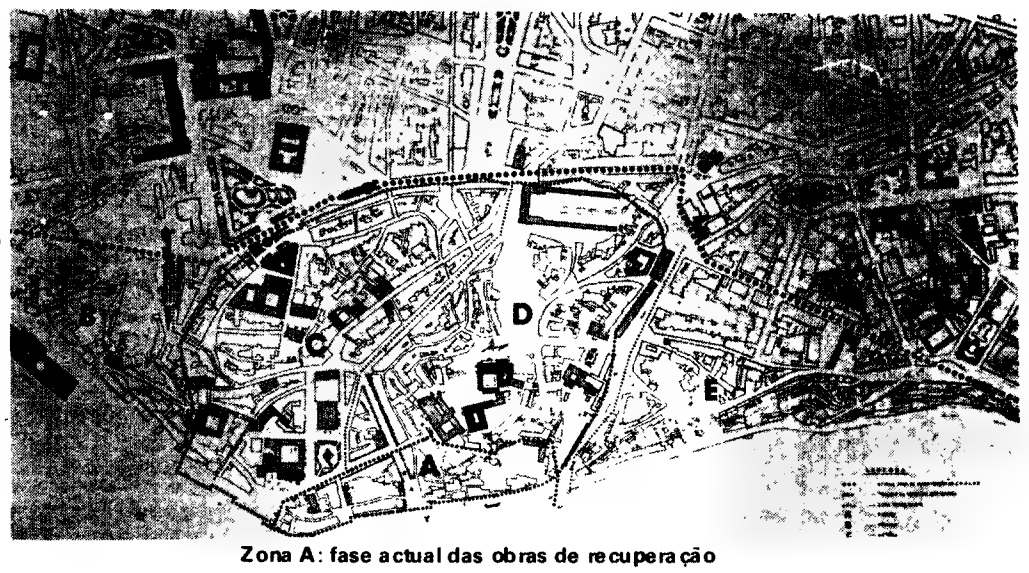
A gestão, no futuro, deste parque habitacional renovado pertencerá aos serviços camarários, embora o problema, diz-nos o CRUARB, ainda não esteja estudado. E acrescenta: «serão os serviços de habitação, que certamente terão em conta as características específicas de manutenção duma obra como esta».

IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Uma das dificuldades com que as obras se debatem, diz-nos o eng. Ribeiro, é alojar moradores durante as transferências que a operação implica. O volume desses casos é significativo, embora tenhamos visto várias casas concluídas e ainda não habitadas. A propósito salientou de novo o papel importante que as associações de moradores têm desempenhado: «Têm dado um contributo valioso nesse campo. A distribuição de casas é feita segundo um plano em que é decisiva a participação dos moradores e alguns problemas não os poderíamos resolver sem as associações».

Por seu turno um membro duma dessas associações mostrou-se surpreendido pelo facto de um jornalista querer saber o que elas pensam sobre a operação: «é a primeira vez que sucede, até pensei que apenas servíamos para aguentar os embates da população, porque somos nós que os aguentamos, é a nós que ela conhece». E acrescentou: «Temos sido um pouco de tudo, servir de 'escudo', sensibilizar as pessoas para o entendimento do processo, defender os interesses dos moradores. Isto não é fácil».

E que interesses dos moradores? Ouçamos: «as pessoas aspiram a algo mais do que a casa, faltam infantários, as crianças continuam fechadas em casa como sempre aqui foi, não há lugar para actividades culturais e reuniões, não há bibliotecas. E também não estamos interessados em que, a pretexto de turismo, proliferem aqui actividades que nada têm a ver com isso e que alteram o ambiente da zona. Não queremos que isto sirva de mero chamariz para o que calha».



Zona A: fase actual das obras de recuperação

EUROPA

Italianos votam em massa nas eleições municipais

Com uma afluência às urnas da ordem dos 75 por cento, os italianos deram ontem e hoje uma lição de apego às instituições democráticas, depois da grave crise suscitada pelo rapto e morte do presidente da DC italiana, Aldo Moro. A afluência deste ano foi superior em 1,4 por cento à que se registou nas últimas eleições similares há 4 anos.

A votação envolve quase um décimo do eleitorado e destina-se a escolher novos vereadores em 816 municípios e governos nas duas províncias centrais de Pavia e Viterbo. Estas eleições são o primeiro grande teste a que é submetida a opinião pública desde as últimas eleições gerais (Junho de 1976) que deixaram a DC no poder apenas com 38,4 por cento dos sufrágios. O PCI ficou logo atrás com 34,4 por cento. É de supor, porém, que o PCI se veja agora reduzido eleitoralmente devido à onda de simpatia para com a DC, em virtude da morte de Aldo Moro.

O dia de ontem decorreu sem incidentes, tendo sido o primeiro dia em que os italianos não tiveram conhecimento de nenhum acto terrorista desde que o corpo de Aldo Moro foi descoberto. Mas esta manhã os terroristas voltaram ao ataque tendo alvejado nas pernas o director de uma empresa metalomecânica em Bolonha. A vítima foi atacada por três homens e uma mulher.

No Sábado o Papa Paulo VI assistiu às exéquias oficiais de Aldo Moro, que se celebraram na Igreja de São João de Latrão. Assistiram, além do chefe do Estado e do governo, delegações governamentais de mais de 100 países. Foi a primeira vez que um Papa assistiu a exéquias por uma personalidade pública.

A China enviou as suas condolências e em vários países celebraram-se missas por alma de Aldo Moro. Assim aconteceu em Portugal, onde, por iniciativa do CDS, se celebrou missa na Igreja da Lapa no Porto.

Entretanto novos dados surgem sobre a acção das Brigadas ditas Vermelhas. Assim, um relatório feito pelos investigadores italianos revela que às BV teriam recorrido a assassinos profissionais de grande perícia para raptar e matar Aldo Moro. Segundo os investigadores só existem na Itália umas dez pessoas capazes de matar os cinco guarda-costas de Aldo Moro e de se apoderarem dele com vida. Para isso exige-se um «grande profissionalismo». Quatro nomes figuram no relatório como suspeitos, mas só foi revelado o de Giustino Vuono, um antigo legionário, acusado de vários crimes e evadido há dois anos da prisão. A polícia classifica-o de atirador infalível e toda a Imprensa italiana publicou a sua fotografia.

Enquanto isto, seis movimentos de libertação estrangeiros que têm delegações em Itália afirmaram que a acção das BV se opõe aos interesses das massas oprimidas do mundo. Esses movimentos subscreveram um comunicado comum, tornado público no sábado e no qual se afirma que as BV «confundem a luta pela justiça e pela democracia com acções criminosas contra a sociedade». E acrescentam: «O que eles pretendem é uma alternativa nilista de destruição e morte, ao serviço do mesmo imperialismo do qual se autoproclamam inimigos irredutíveis». Assinam: A União Geral dos Estudantes Palestinianos, a Frente Popular para a Libertação da Eirtreia, a Organização da Juventude Comunista Grega Riga Ferraios, o Comité Unitário para a democracia no Irão.

MUNDO SOCIALISTA

Cem mil pessoas saúdam Ceausescu em Pequim

Hua Kuo-feng

Ceausescu

O presidente Nicolau Ceausescu da Roménia chegou hoje a Pequim, onde foi recebido por uma multidão avaliada em 100 mil pessoas, que, empunhando cartazes, e acenando com bandeiras e flores, se concentravam ao longo da rua principal e da Praça Tien Am Men na capital chinesa. No aeroporto, esperava-o uma recepção oficial, com a presença das personalidades politicas mais importantes do país, encabeçadas pelo presidente Hua Kuo-feng e pelo primeiro-ministro Teng Hsiao-ping.

Segundo a agência Reuter, a recepção dispensada a Ceausescu é aquela que os chineses reservam aos seus amigos. O presidente romeno efectua a sua primeira visita oficial a Pequim desde 1971, e observadores (citados pela mesma agência) notam que a recepção de agora foi «um pouco maior» que as dispensadas ao presidente Tito da Jugoslávia e ao primeiro-ministro Pol Pot, do Camboja.

Aguarda-se que o dirigente romeno fique em Pequim até ao fim da semana, seguindo depois para a Coreia do Norte, e provavelmente para o Vietname e Camboja. Hoje à noite Ceausescu será obsequiado com um banquete no Palácio do Povo, esperando-se que conferencie nos próximos dias com os dirigentes chineses.

O «Diário do Povo», órgão do PC Chinês, entoa um cântico lírico de boas vindas a Ceausescu, chegado à China «em Maio, quando o ar da Primavera é mais doce», louvando a «resistência da Roménia às pressões estrangeiras» e concluindo que a amizade entre romenos e chineses «correrá para sempre como o Danúbio e o Iangtsé».

INTERNACIONAL SOCIALISTA

Primeiro passo para intervenção no Terceiro Mundo

Terminou no sábado em Dacar (capital do Senegal) a primeira reunião da Internacional Socialista em África. Nesta reunião, que foi presidida pelo presidente da IS, o ex-chanceler oeste-alemão, Willy Brandt, e na qual participou, a título de vice-presidente, o Primeiro-Ministro português, dr. Mário Soares, a IS defendeu o princípio da não intervenção estrangeira no continente africano e recomendou a intensificação da luta pela amnistia politica e pelos direitos do homem na América Latina.

Esta reunião marca o início da execução da movimentação da IS para fora do continente europeu, de acordo com as decisões do Congresso de Genebra de 1976, no qual se decidira abandonar o «eurocentrismo» alargando a cooperação daquela organização aos partidos de esquerda não comunista dos países em vias de desenvolvimento. Depois desta reunião admite-se a possibilidade de surgir, antes do fim do ano, uma federação de partidos socialistas africanos que poderá colaborar eventualmente com a IS ainda que não formalize a sua filiação naquela Organização. O presidente senegalês, Leopold Senghor (um dos 14 vice-presidentes da IS) desejaria que esta federação fosse bastante forte para que os signatários da conferência de Helsínquia alargassem os seus acordos ao continente africano de modo a pôr termo à intervenção militar estrangeira no continente africano.

Decisões principais desta reunião: a preparação de uma moção sobre o diálogo Norte-Sul para ser debatida no Congresso da IS, em Vancouver (Canadá) no próximo mês de Novembro; criação de um grupo de trabalho com vista à elaboração duma fórmula harmónica da posição dos partidos socialistas na próxima assembleia geral da ONU sobre desarmamento; admissão na IS do Movimento Nacional Revolucionário de El Salvador e do Partido Trabalhista dos Barbados; adiamento «sine die» das filiações do Partido Socialista Unificado da Argentina e do PS americano); aprovação de três moções sobre a América Latina: pelo restabelecimento das liberdades democráticas e dos direitos sindicais na Argentina; para amnistias globais em todos os países da AL; para que se solicite às autoridades dominicanas que seja assegurada a liberdade das eleições de amanhã.

AFRICA

Directório Militar governa as Comores desde sábado

Um Directório Militar tomou o Poder nas ilhas Comores, do Oceano Índico, na noite de sexta-feira passada, destituindo e prendendo o presidente Ali Soilih.

De acordo com as notícias captadas nos países vizinhos, o Directório Militar acusou o Governo destituído de política desumana e bárbara. As mesmas notícias dizem que o golpe foi realizado sem derramamento de sangue e celebrado antusiasticamente pela população em todas as ilhas.

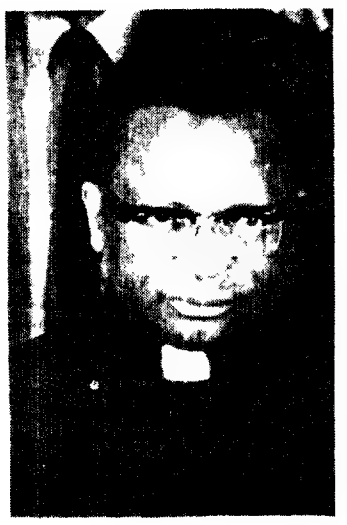
O presidente Soilih, que derrubou Ahmed Abdallash, em 2 de Janeiro de 1976, foi colocado sob prisão domiciliária pelo ministro do Interior, Said Atoumane, que detém agora o Poder naquele arquipélago. A última tentativa para o derrubar ocorreu em Janeiro deste ano.

O arquipélago das Comores situa-se no Oceano Índico, na entrada Norte do canal de Moçambique. A sua superficie total é de 2076 km2, tem uma população de 300 mil habitantes. Sujeitas às monções do Índico, todas as ilhas com excepção de Mayotte, de origem vulcânica, são férteis.

Em 6 de Julho de 1975 o povo comoriano declarou unilateralmente a sua independência. Contudo, o colonialismo francês não desarmou e pouco depois da independência verifica-se um golpe separatista na ilha de Mayotte, que foi apenas o rastilho que levaria ao golpe generalizado que em 2 de Janeiro levaria ao Poder dali Soilig, agora deposto.

O BISPO ABEL MUZOREWA continuará no «Governo» multi-racial de Smith, cumprindo deste modo a decisão do seu Conselho Nacional Africano Unido (CNAU). Recorde-se que o bispo ameaçara demitir-se se não fosse reintegrado no Governo o ministro da Justiça, Byron Bove, demitido em 28 de Abril. No caso de a ameaça de Muzorewa se concretizar, isso representaria uma crise provavelmente insuperável para o Governo posto em acção há dez semanas após um acordo entre o primeiro-ministro racista Ian Smith e os nacionalistas «moderados». Contudo, a votação no interior do CNAU para decidir da permanência ou não no Governo demonstrou a falta de coesão que existe dentro daquele movimento nacionalista. É de supor que a crise agora adiada venha a estalar, mais dia menos dia, a partir do próprio CNAU.

O PRESIDENTE ZAMBIANO, Kenneth Kaunda, chegou esta manhã a Londres para uma visita oficial.



MÉDIO ORIENTE

Khaled quer "caças" dos EUA para "combater o comunismo"

O rei Khaled da Arábia Saudita comunicou ao presidente norte-americano James Carter que o seu país precisa urgentemente de aviões de combate «F-15» para combater a «expansão comunista» e assegurou ao chefe da Casa Branca que a Arábia Saudita está interessada em alcançar uma paz justa com Israel.

A mensagem pessoal do rei Khaled para Carter surgiu no momento da votação crucial (hoje) do Senado norte-americano sobre a proposta da Casa Branca para a venda de aviões de combate a três países do Médio Oriente (Arábia Saudita, Egipto e Israel).

A missiva destina-se a dar garantias ao Congresso sobre dois pontos fundamentais: a) a Arábia Saudita pretende os aviões para defesa e não para atacar Israel; b) a proposta de venda dos aparelhos é considerado um assunto da mais alta importância para as relações futuras entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita.

NO CAIRO, O PRESIDENTE egípcio Sadat propôs um referendo popular, a efectuar dentro de uma semana, a propósito das medidas a tomar em relação «aos que tentam preverter a politica e atentar contra as liberdades».

Quatro medidas serão submetidas a referendo: interdição dos altos postos do Estado, do sector público, dos Sindicatos, da Redacção dos meios de Informação, a todos os que «defendam doutrinas opostas às leis divinas e às religiões»; interdição da participação na vida politica aplicável a todos os que contribuiram para preverter a actividade politica antes da Revolução de 52 e aqueles que atentaram contra as liberdades pessoais após a Revolução; entraves de toda a ordem aos que pretendem «atentar contra a unidade nacional e a paz interna»; e medidas severas contra os que actuem «com o fim de preverter a actividade política no Egipto, seja através de um Partido, seja através de uma organização hostil ao regime vigente».

«A CIA nada tem a ver com isto» confessou Sadat a um jornalista estrangeiro.

O PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, criticou asperamente a politica americana no Médio Oriente e preveniu que os palestinianos a farão naufragar.

Num comício a que assistiram milhares de palestinianos e embaixadores estrangeiros, Arafat afirmou que a iniciativa de paz do Presidente Sadat se tinha gorado. Entre os diplomatas presentes viam-se os embaixadores da França, da URSS, da China, de outros países comunistas e de várias nações árabes.

Noticiario em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter.

CONSULTE
BUISSON
VIAGENS · TURISMO
Para obtenção de passaportes urgentes
RUA BRAAMCAMP 15 - D
Tels 4 04 59 - 4 04 68 55 68 23
Teleg BUISTOUR - Telex 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

AH, ESTES CUBANOS!

. Poucas semanas bastaram para que dificilmente se possa imaginar uma tarde de domingo sem a **Loja do Mestre André**. A emissão, destinada às crianças mais crescidinhas, precisa talvez de maior participação da assistência presente na sala.

A assistência faz parte do espectáculo televisual. A Televisão portuguesa, para não ir mais longe, tem dado provas disso, mas o fenómeno é geral. Tanto assim que os americanos (e cá pela Europa já vai havendo quem lhes siga o exemplo...) **inventam** o público, acompanham os episódios com uma banda sonora que pretende eliminar a frieza da imagem televisual e, ao mesmo tempo, comandar a reacção do público.

Para já, importa melhorar as condições de captação de som. Parece haver um fosso entre o palco e a plateia, e isso influi negativamente sobre o seu impacto como espectáculo de TV.

De ontem ficou-nos mais uma lição de História da **Família Pitum**, uma companhia teatral capaz de ir longe se lhe dessem subsídio.

Quer-nos parecer que o texto de ontem ultrapassava, em mais que o permitido, o público infantil a que se destinava. Os adultos ficaram com o bolo maior. Muito embora, em verdade, seja difícil saber até onde vai, e por que invios caminhos se processa, a assimilação de determinadas noções (ou situações) pela inteligência das crianças.

Ficou-nos ainda uma linda canção de José Fanha cantada por Paco Bandeira uma canção em que as crianças, de certeza, vão pegar. Outro momento de interesse consistiu na presença do jovem pianista da Covilhã, António Carlos Gomes Panarro, à semelhança do que, na semana anterior, acontecera com a Gabriela, de Aveiro, mais a sua viola clássica.

Foi pena que Pedro Osório não conversasse com ele, meia dúzia de palavras ao menos. Que ficassem para a história de um jovem com um grande futuro à sua frente.

Os mais pequeninos contentaram com os artistas do **Reino da Vassoura**. Lá, as vassouras falam, e os vestidos, e os baldes, e a serra. Certo. Para uma criança, tudo fala. Daí que os poetas se aproximem tanto das crianças: para eles, também tudo é novo, também eles ouvem vozes.

O domingo seguiria o seu caminho normal. **Os Marretas, a família Bellamy, a festa da música**. Antes teríamos de passar pelo **Grande Encontro** que parece estar a perder balanço. Não está pelo menos a corresponder ao muito que se esperava deste encontro. A rubrica necessita de urgente reformulação. A simpatia natural de Mário Zambujal não pode fazer muito quando se acumulam as intervenções, compridas e chatas, sobre acontecimentos de circunstância. Assim foram as de Mário Rui, Cordeiro do Vale e João Coutinho. Ainda quanto a este último, lamente-se a excitação de que se deixou apossar, a propósito do basquete entre o Ginásio Figueirense e o Sporting. Um pouco mais e caíamos no histerismo do hoquei em patins nos velhos tempos.

Talvez fosse melhor guardar as suas energias para ensinar a ver, criticamente, um jogo de bola ao cesto.

Como se vê, está mal aviado o pobre crítico de TV que pretenda relatar as suas impressões de um serão e arredores. E ainda não é tudo. O pior não está por aí, mas na pouca de informação seguidamente através do Telejornal.

Acentua-se a estratégia antidemocrática pela via do anticomunismo. Quando se esperava algum bem das alterações na cúpula dirigente da RTP, zas!, aumenta a caminhada da marcha atrás.

Dá vontade de rir, por vezes, se não se soubessem os perigos de tal **informação** exercida sobre um povo desinformado durante dezenas de anos.

É o caso, por exemplo, dos «cubanos» que combatem no Zaire, provenientes de Angola... Autêntica mania da perseguição. Claro que na RTP não há ninguém (façamos-lhe essa justiça, caramba!) suficientemente estúpido para acreditar nas notícias chegadas via Mobutu. Mas querem vocês apostar que toda a Imprensa de Direita, todos os servidores do fascismo, vão dar **manchette** à «notícia»? Pois não há-de bater em velocidade a RTP. No anticomunismo, a RTP chega primeiro. Candeia que vai à frente...

Ao mesmo tempo, não se perde ocasião de morder nas canelas de Angola. Nova maneira certamente de reforçar as nossas relações de amizade com os países de expressão portuguesa. Nova e original.

Como se tanto não bastasse, o telejornal dá uma danada cobertura às declarações do cirurgião Barnard, a toda a sua água benta lançada sobre o **apartheid** na África do Sul. Segundo ele, o racismo do seu país não é como o racismo nazi...

O homem é tão hábil nas análises políticas como nas transplantações do coração.

Mas não faz mal. Lá está a RTP disposta a reproduzir-lhe o palavriado da banha de cobra. Para bem informar, claro.

Nas últimas notícias, soubemos uma de tamanha urgência: tinham ficado feridos 24 pára-quedistas americanos na Sardenha. Que catástrofe, meu Deus? Logo 24 americanos feridos! Como é possível tamanha crueldade do destino?

. A RTP não pede aos portugueses que rezem pelas suas melhoras. Esquecimento imperdoável. Carter não vai gostar. Por mim, pelo sim pelo não, Padre-Nosso e Avé-Maria.

TV MARCELO
SERVIÇO PERMANENTE
(INCLUINDO SÁBADOS E DOMINGOS)
Repara em sua casa até às 24 horas todas as marcas com garantia
LISBOA E ARREDORES
TELEFONE JÁ!
644097-643525-641202-659118/9/0

CAMPISMO
APROVEITE AS CONDIÇÕES ESPECIAIS ATÉ 31 DE MAIO
VISITE-NOS DAS 9 ÀS 19 HORAS
E SÁBADOS DAS 9 ÀS 13 HORAS
ATRELADO-TENDA
"MIRA 2000"
"TRÓIA 2001"
"TURICAMP"
Henriques e Castro, Ld.ª
Est. de Benfica, 398-A/B — Lisboa 4

CRUZEIRO PARA O INFERNO
GOLDEN RENDEZVOUS
com RICHARD HARRIS * ANN TURKEL * BURGESS MEREDITH
DOROTHY MALONE * JOHN VERNON * DAVID JANSSEN
Num casino flutuante, milionários jogam os seus destinos na roleta!

EMOÇÃO, "SUSPENSE" INTRIGA, NUM FILME DEVASTADOR!!!
SÃO JORGE
ESTREIA
AMANHÃ
ÀS 21.30
NOS CINEMAS
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS
COLORIDO

algumas das nossas sugestões para as suas férias 78
Algarve • Funchal
Açores • Canárias
Palma Maiorca
Benidorm • Ibiza
Torremolinos
Tânger • Marrocos
Paris • Londres
Áustria • Itália
Jugoslávia • Grécia
Egipto
Contacte-nos para mais informações
STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
Estoril • Faro • Porto • Funchal

Hoje

Laurence Olivier, intérprete e produtor da peça «Sábado, Domingo e Segunda»

I PROGRAMA

18.25 **Telejornal** 2.ª edição
18.32 **«As Aventuras de Tom Sawyer»** «A Evasão» (6.º episódio).
19.00 **Inglês a Sorrir** (iniciação) 13.ª lição.
19.25 **Cientificamente**
20.00 **Telejornal** 2.ª edição
20.35 **«O Casarão»** comportamentos, conflitos e problemas de cinco gerações da mesma família. Episódio n.º 96 da telenovela de Lauro César Moniz. Realização de Daniel Filho. Produção da Central Globo de Televisão.
21.15 **Boletim Meteorológico**
21.20 **Noite de Teatro** «Teatro no Mundo»: «Sábado, Domingo e Segunda», de Eduardo de Filippo. Com: Joan Plowright, Frank Finlax, Edward Woodward, Judy Parfitt, Caroline Blakiston, Celia Gregory, Nicholas Clay, Clive Francis, Gabrielle Lloyd e Laurence Olivier. Produção de Laurence Olivier.
23.10 **Telejornal** 4.ª edição.
23.20 Fecho

TUDOR
BATERIAS • PILHAS

II PROGRAMA

19.00 **Ano Propedêutico**
22.00 **Telejornal**
22.30 **«Escrava Isaura»** repetição do episódio n.º 58
23.00 Fecho

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA
DESTAQUES
Teatro «Sábado, Domingo e Segunda» (21.20)
II PROGRAMA
«A Escrava Isaura» (22.30)

Amanhã

I PROGRAMA

09.15. Ano Propedêutico; **12.10**. Música para o Almoço; **12.40**: «Escrava Isaura» episódio n.º 61; **13.15**: Telejornal 1.ª edição; **13.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.25**: Telejornal 2.ª edição, **18.32**: «As Aventuras dos Hardy»; **19.00**: Jardins Zoológicos de Todo o Mundo Colômbia; **19.25**: «O Retrato»; **20.00**: Telejornal 3.ª edição; **20.35**: «O Casarão» episódio n.º 97; **21.05**: Boletim Meteorológico; **21.10**: Portugal na Hora do FMI com a presença do ministro das Finanças, **22.10**: «O Porto» 2.º episódio; **23.05**: Telejornal 4.ª edição, **23.10**: Fecho.

II PROGRAMA

19.00: Ano Propedêutico; **22.00**: Telejornal; **22.35**: Escrava Isaura» repetição do episódio n.º 59, **23.05**: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MÁIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"O Homem que Gostava das Mulheres" de François Truffaut

FICHA:
Título original: L'homme qui aimait les femmes.
Realização: François Truffaut (França 1977).
Argumento: F. Truffaut, Michel Fermaud e Suzanne Schiffman.
Fotografia: Nestor Almendros.
Cenários: Jean-Pierre Kohut-Svelko.
Musica. Maurice Jabert.
Montagem: Martine Barraque-Curie.
Interpretação: Charles Denner **(Bertrand Morane)**, Brigitte Fossey **(Geneviève Bigey)**, Nelly Borgeaud **(Delphine)**, Genevieve Fontanel **(Helene, a vendedora de lingerie)**, Leslie Caron **(Vera)**, etc.
Distribuição em Portugal: Rank/United Artists.
Cinemas: Abcine e S. Jorge.
Classificação: Não acons. men. 13 a.
Duração: 120 minutos.

François Truffant (à direita) e Charles Denner na rodagem de O homem que gostava das mulheres

Quando se fala de Truffaut algumas palavras vêm, imperceptivelmente, à baila: ternura, gentileza, frescura, romantismo... Palavras nas quais muitos pensam resumir o essencial do estilo de Truffaut sem tentarem sequer romper o véu e penetrar no gineceu do seu cinema. Sempre me pareceu injusto reduzir Truffaut a um **ghetto** mais ou menos florido e superficial, sobretudo porque a sua filmografia tem mantido uma invejável constância na análise de alguns dos temas mais centrais da cultura francesa e ocidental, tudo sob o pudor exemplar de uma câmara que nunca olha abusivamente as coisas e as pessoas. É essa recusa (essa impotência) em violar a superfície de uma forma aberta e cortante que lhe tem dado os favores de um certo público conservador e a hostilidade pendular de largos sectores da crítica. Face a **O homem que gostava das mulheres** o fenómeno deve repetir-se. Só que, desta vez (a crítica francesa já marcou o compasso), o pêndulo vai estar no lado positivo.

E, no entanto, nada há de estrutural neste filme que esteja em ruptura com os restantes filmes de Truffaut. Talvez o que haja nele de mais explicito seja uma disponibilidade, uma evidência habilmente manobrada pelo realizador, no sentido de impedir todo e qualquer psicologismo, toda a identificação, toda a intriga, dir-se-ia. Neste filme é claro que nós não conhecemos (não possuímos) pessoas e isso obriga o espectador a ler para lá da superfície e a descobrir, compulsivamente, o vazio de que se fala.

É num **écran** superpovoado, numa história onde os personagens se cruzam com a rapidez de um clarão que não chega a definir contornos precisos, que a **ausência** é mais clara, que o **vazio** é mais real. Paradoxo só aparente. E com efeito da multiplicação, da insignificância, das várias histórias que nasce a impossibilidade de o espectador se apropriar dos personagens, de lhes conferir espessura, de, eventualmente, estabelecer processos de solidariedade ou antagonismo.

Uma só personagem fica, fisicamente, ao longo do filme: Bertrand Morane (a que Charles Dennen da o melhor do seu talento). Um homem que, no entanto, só vemos habitar um espaço de ligações fugazes, um homem que seguimos mais que compreendemos, um homem que acaba por contar (com o seu primeiro insucesso) a história da sua vida: uma ficção. Morane dá-se conta do seu próprio vazio e escreve, fixa as suas memórias num papel, lega tudo o que há de mais central na sua vida: a sua história que alguém lerá como ficção. Depois morre.

O que **O homem que gostava das mulheres** vem mostrar de forma dramática é que essa história também não é significante, também ela não explica, não nos entrega, a realidade daquele homem. O que o filme nos vem dizer é que essa «ficção a partir das seis da tarde» é ainda uma teia; um casulo protector (como um filme?).

Truffaut não rasga esse casulo. Mas oferece pistas, sinais que nos ajudam a desmontar o que oculta esse vazio que o **écran** continuamente reflecte; este D. Juan simpático e cortês está, assim, apanhado na armadilha. O que este filme afirma é que o seu jogo é, afinal, um refúgio e não uma determinação, uma ausência e não um factor positivo. Ele explica-se pelo medo e pela impotência. Como uma criança na escuridão que canta para afugentar os seus fantasmas.

Peça de Edoardo de Filipo esta noite na TV

Incluída na rubrica Noite de Teatro Teatro no Mundo» a RTP apresenta hoje, as 21 e 15, a peça Sábado, Domingo, Segunda», da série «A melhor peça teatral do ano», produzida por Laurence Olivier para a Granada Television. Tem como autor o dramaturgo e actor italiano Edoardo de Filipo.

E a história duma família italiana, com todos os seus sentimentos à flor da pele, os choques temperamentais e as suas manifestas e pungentes lealdades, que todos os domingos, sem falhar, se encontra para um grandioso almoço familiar.

A actriz Joan Plowright interpreta o papel de Rosa, «la mama», ferida nos seus sentimentos por um imaginário insulto aos seus talentos de cozinheira. Frank Finlay é o marido, papel que interpretara já em 1973 na versão do National Theatre. Laurence Olivier tem um curioso papel de camafeu, interpretando a figura de António, o avô patriarca.

A SUA OPORTUNIDADE

ANDARES

SEIXAL
Quinta Manuel André
Rua Bernardim Ribeiro
Lotes 50 e 51

4 ASS. SÓ POR 950 CONTOS
ENTRADA 150 CONTOS

Trata das 10 as 19 horas
(Inclusive sábados e domingos)

IMOTIL
TRAV. CONCEIÇÃO DA GLÓRIA 7-3.º SALA 29
LISBOA TELEFONES 36 05 65 - 37 29 72

EA ELECTRO ALEGRA
REPARAÇÕES
FRIGORÍFICOS
MÁQUINAS DE LAVAR
TODAS AS MARCAS
REPARAÇÕES COM GARANTIA
BOBINAGENS
R. da Junqueira, 200 — Porta 36-36-A
Tel. 63 96 86 — LISBOA - 3

OLHE O PERIGO DE FRENTE!
Na estrada caminhe sempre pelo seu lado esquerdo
circular é viver.

TEATRO ABC
Tel. 366745
Hoje e todas as noites às 20.30 e 22.45
Aos Domingos Matinée às 16
SÉRGIO AZEVEDO apresenta
A REVISTA ONDE, SEM MEDO, SE DIZEM AS VERDADES
põe-te na bicha...
Ed: Eduardo Damas Carlos Coelho
Colaboração de Octávio de Matos
Músicas de: Manuel Paião, Thilo Krasmenn e Nuno Nazareth Fernandes
FLORBELA Grande criuceo em «Retrato»
OCTAVIO Excelente em «Zé Povinho»
HERMAN em «O Antinho»
ANABELA Óptima interpretação em «O Espantalho»
★ NINA FLORES
★ VICTOR NORTE
★ JOÃO LUÍS
★ LIA SARA
★ ISABEL AMARO
★ ANA MARIA
O BALLET «STAR DANCERS»
ANTONIO CALVÁRIO No grande sucesso «Mocidade, Mocidade»
VERA MÓNICA Actriz em «A Severa» de D. Afonso Henriques

ADOQUE
Tel. 874476
UMA BARRIGADA DE RISO!!!
DURANTE UMA CURTA TEMPORADA
ROUPA VELHA
ÊXITO ESPECTACULAR!
SEIS ANOS DE REVISTAS
EM DUAS HORAS DE GARGALHADAS!
ATENÇÃO AOS HORÁRIOS:
DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA AS 21.30 H.
AS SEXTAS E SÁBADOS AS 20.30 E 22.45 H.
NO DOMINGO AS 16.00 E 21.30 H.
FOLGA AS QUARTAS-FEIRAS
MARTIM MONIZ (METRO SOCORRO)
NÃO ACONS. A MENORES DE 18 ANOS

HOQUISTAS JUNIORES DA EUROPA: TÍTULO EM ESPANHA

Nada de dramatismos: o "azar" é cíclico

Era extremamente difícil, à muito jovem equipa portuguesa, conquistar o título em equação no 17.º campenato europeu de hóquei patinado, para juniores. Com um «goal-average» que exigia o triunfo sobre a Espanha, no derradeiro despique do certame, desenrolado em palco sevilhano. Afinal um golo, perturbante e perturbador, chegou para a derrota lusa que, a avaliar pelos comentários dos portugueses presentes, foi castigo grande para o bom jogo da formação dirigida por Luís Barata.

Recordemos os defeschos e equipas dos derradeiros embates: Perante a Suíça 5-0 jogadram José Manuel, Renato, Ventura, Leste (4), Rocha (1), Campelo, Honório e Ismael.

Com a Holanda (3-2, após estarmos na desvantagem do 0-2) actuaram: José Manuel, Renato, Ventura, Rocha, (2), Leste (1), Campelo, Almas e Fernandes.

Face à Itália (2-1), José Manuel, Renato Ventura, Rocha, Almas, Leste (1) e Honório (1).

No duelo com a Espanha (0-1): Ismael Renato, Ventura, Rocha, Leste e Honório.

Pontuação final: Espanha, 14; Portugal 12; Itália, Alemanha e Holanda, 8; Suíça e França, 3 e Inglaterra, 0.

A Espanha preparou a final: 2500 pesetas de oferta para cada árbitro... Parece que a generosidade deu fruto: o juiz italiano na velada de ontem foi pródigo em olhares de esguelha para um certo tom de virilidade na ponta de «stiks» espanhóis. Mas, a verdade maior reside no simples facto de uma «finta» mal tentada por Ventura ter facilitado a Torné o golpe do solitário golo.

Uma vez mais a hegemonia do hóquei alterna entre os dois países ibéricos mas, nada de dramatismo, porque o «azar» é cíclico..

"Leões" campeões em basquetebol

Sem dúvida: um maravilhoso espectáculo basquetebolístico foi servido pela RTP, através da transmissão directa do Ginásio Figueirense-Sporting em basquetebol, na ronda de sábado último, quando o campeonato nacional ía escolher o peito vencedor do campeonato. E o «show» seria para recordar através dos tempos, não fora o seu intempestivo, confuso e convulso final, nada de acordo com o brilhantismo que fora ofertado a centenas de milhares de entusiastas.

Com muitas alternativas no marcador (49-47 ao intervalo, a marcar ligeira vantagem figueirense) jogaram e marcaram, sob direcção de uma dupla setubalense (Sérgio Bravo e José Martins) os seguintes basquetebolistas:

Ginásio Figueirense (95): Eustácio (36), Samuel (11), Almeida (15), Jóia (10), Magalhães (4) e Dionísio (19).

Sporting (96): Nélson (22), Baganha (6), Rui Pinheiro (6), Albuquerque (17), Mike (27), Lisboa (4), Hélder (6), Neves e Leonel (8).

Em grande percentagem, os figueirenses constataram que foi uma «falta técnica» do orientador da turma (António Azevedo) que possibilitou a conquista do título pelos «leões»: havia 95-93, favorável à turma do Ginásio, quando surgiu a puniação que iria decidir o jogo. Mário Albuquerque falhara um «cesto» mas não perdoou o «lance livre». Depois, perante o completo derrube da equipa de Eustácio, foi a arrancada: em menos de um minuto, a chegada ao triunfo, por banda dos lisboetas (96-95).

Um jogo que foi verdadeiramente uma apologia do basquetebol, com exibições primorosas de Eustácio, Dionísio, Almeida, Albuquerque, Nelson e Mike, muito embora o americano do Sporting seja um quase fracasso na tentativa de conversão de «lances livres».

Concluindo: título a viajar para Alvalade, grande euforia da «claque» leonina que viajou até à Figueira da Foz e bem escusada atitude de quem molestou fisicamente os juízes da partida.

Outros embates que concluíram o campeonato nacional: Benfica, 92-Académico de Coimbra, 84; Sangalhos, 83-Barreirense, 67; Ginásio, 84-Barreirense, 68 e Sangalhos, 83-Sporting, 67. Tabela final: Sporting, 18 pontos; Ginásio, 17; Sangalhos, 16; Benfica, 15; Barreirense, 13; Académico, 11.

O Académico do Porto, ao vencer o CIF (45-43) é campeão nacional feminino de basquetebol, ao mesmo tempo que o Leça (derrubando o Carnide: 81-59) é titular da 3.ª Divisão.

MODALIDADES EM DESFILE

CICLISMO

Tal como se previa, o francês Bernard Hinault triunfou na «Vuelta», ficando o português José Martins na 20.ª posição. A derradeira etapa (em San Sebastian) foi constelada de incidentes, desde barragens na estrada até areia atirada para os olhos dos corredores, e teve de ser anulada.

Alexandre Rua (Águias/Clock) triunfou no «Circuito Ciclista da Primavera», que teve lugar em Alenquer.

José Cardoso (Arsol) e José Fernandes (Belas) são os campeões nacionais de ciclismo de fundo, respectivamente nas categorias de seniores B e juniores.

Fernando Mendes (F.C. do Porto) triunfou na prova «Domingos Pulido», disputada em Odrinhas.

António Marta (Casa Hipólito) foi o veterano triunfante nos campeonatos lisboetas da categoria. O aspirante Paulo Ferreira (Dragões/Povos) foi o melhor da sua classe.

ATLETISMO

O Sporting conquistou dois sucessos nos Campeonatos Nacionais de Atletismo, para juniores: 19 pontos de vantagem sobre o Belenenses (em provas masculinas) e 32 sobre o Benfica (em competições femininas). Novo máximo nacional de juvenis, no dardo: 37,36 por Céu Cunha, do Académico de Coimbra; «record» nacional de juniores, nos 2000m: Humberto Sequeira (Sporting) a conseguir 5-52,5; outro «record» de juvenis para Nuno Lobo (Santa Clara) que arremessou o dardo a 60,72m.

BOXE

Quase insólito: o português Vítor Pereira conseguiu uma vitória (aos pontos, sobre Kondingo, do Império Centro Africano) nos «Mundiais» de boxe, que estão a decorrer em Belgrado (Jugoslávia). Passou aos quartos de final.

TÉNIS DE MESA

Bela vitória do Palmeiras, no Campeonato Nacional de Ténis de Mesa: 5-4 sobre o Sporting, por uma equipa constituída por Jean-Pierre, José Martins e José Barroso, e mais um troféu para a colectividade de rico historial na modalidade.

Entretanto, os títulos infantis também já encontraram bolso: Aldoar (em infantis) e Casa Pia (em meninas).

Com a presença de 710 praticantes em representação de 86 equipas de vários pontos do país, que realizaram 709 jogos, disputou-se na Escola D. António da Costa (Almada), o «I Torneio Aberto de Ténis de Mesa», organizado pela Secção Cultural e Desportiva da Arsenal do Alfeite. Perante bastante assistência, que se manifestou com entusiasmo, obtiveram-se os seguintes resultados: individuais: 1.º António Martins — Sorefame; 2.º Rui Oliveira — Banco do Fomento; 3.º Carlos Lopes — Refinaria do Ultramar; 4.º António Gameiro — Trigos; 5.º Carlos Fonseca — Cimentos Liz. Equipas: 1.º Trigos; 2.º Cimentos Liz; 3.º Sorefame; 4.º Tap; 5.º Seguros do Norte.

RÂGUEBI

Mais um punhado de resultados do râguebi, em que intervêm disputas internacionais de portugueses; Middlesex, 28-Juniores de Lisboa, 4; «Esperanças de Portugal» 0-Gosforth B, 3; Misto nacional, 0-Gosforth A, 35 e Aranhas, 3-Real Español, 7.

NATAÇÃO

Em Aveiro, na disputa das provas de natação do «Torneio Mártires da Liberdade», Paula Santana (Fluvial) bateu o «record» nacional de juvenis, na distância de 100 metros mariposa (1-09,7) e a junior Liliana Santos (Benfica) estabeleceu novo máximo nos 200m estilos (2-34,5).

XADREZ

José Pereira Santos (Alvalade) comanda o campeonato lisboeta de xadrez (individual).

Terminou mais uma fase do «II Campeonato Distrital de Xadrez» das escolas primárias da Guarda, que está a movimentar cerca de um milhar de crianças. Na escola primária de Chão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, o vencedor foi Fernando Marques (de 14 anos) em igualdade de pontos (8 cada) com António Poínhos (de 11 anos).

A Direcção da Federação de Xadrez deliberou inscrever Jorge Guimarães, do Centro Desportivo Universitário do Porto, no «Quinto Torneio Internacional ECI de Xadrez,» que se disputa de 11 a 19 de Agosto, em Baf Van Gent, na Holanda.

Para este torneio, que se destina a jogadores com menos de 20 anos, inscreveram-se 15 xadrezistas, tendo sido escolhido Jorge Guimarães por ser aquele com melhor pontuação «Elo» e por ter sido o melhor classificado no último campeonato nacional de juniores.

Para o «Torneio Internacional da Juventude de Schilde» que se disputa entre 6 e 15 de Julho, em Antuérpia (Bélgica), a FPX decidiu inscrever João Assunção, do Clube Atlético de Alvalade, único xadrezista interessado neste torneio, reservado a jogadores com menos de 18 anos.

Para o campeonato do Mundo de invisuais, a Federação inscreveu junto da entidade organizadora o campeão nacional, António Vidinha. O campeonato disputa-se de 9 a 23 de Setembro, em Brugges, Bélgica.

PATINAGEM ARTÍSTICA

Patinadores de seis países participam num torneio internacional de patinagem artística para juniores que se realiza em 27 e 28 do corrente, no pavilhão «Arquitecto Jerónimo Reis,» em Espinho. O torneio, organizado pela Federação Portuguesa de Patinagem em colaboração com a Associação Académica de Espinho, conta com a presença de patinadores portugueses, alemães, holandeses, italianos, ingleses e franceses.

HÓQUEI EM CAMPO

A Academia Recreativa da Ajuda levou a cabo um torneio de hóquei em campo na variante de seis, para iniciados e juvenis, ganhando o certame em juvenis ao derrotar na final o Caramão «A».

TIRO COM ARCO

O júnior Luís Martins obteve 3º. lugar na sua categoria, no «Torneio das Nações» de tiro com arco, disputado em Zurique (Suiça).

Luís Martins comandou quase sempre a prova, mas devido a problemas surgidos na mira do seu arco, quase no final do concurso, viria a perder o 1º. lugar. Ainda assim, obteve 553 pontos, marca que constitui novo recorde nacional absoluto.

Na categoria de seniores, Daniel Buco e Carlos Ferreira situaram-se abaixo do que se esperaria. A prova foi ganha pelo luxemburguês André Braun, com 569 pontos: Buco fez 535 e Ferreira, 511.

Em juniores, triunfou o francês Patrick Lebeau, com 558 pontos, tantos como o 2º. classificado, o seu compatriota Xavier Robart, enquanto em senhoras venceu a suiça Erika Ulrich, com 560 pontos.

ANDEBOL

Sporting é invejado

Embora ainda tenha de cumprir as duas deslocações ao Porto e a necessidade de recepcionar o Belenenses obrigue a manter os pés bem firmes na estrada, o andebol sportinguista logrou um esplêndido resultado, ao conseguir empatar (a 21 golos) no Pavilhão Gimnodesportivo do Restelo, face ao Belenenses, actual campeão nacional.

Sob direcção dos juízes portuenses Florentino Pereira e José Vilarinho, alinharam e jogaram nesse duelo:

. **BELENENSES**: José António (Carlos Silva); José Manuel (3), Franco (2), Espadinha (6), Sousa (2), Ferreira (2), Hernâni (5), Ricardo (1), Vieira, Branco Lopes e Armando.

SPORTING: Pedro Miguel (Valverde); Fernando Jorge (1), Brito (2), Carlos Correia, Vasco (5), Jorge (3), Miranda (9), José Luís, João Manuel (1), Adão e Sousa.

Ao intervalo: 12-10.

Ao mesmo tempo, nas Antas, no duelo entre clubes ainda sem qualquer vitória na competição, o F.C. do Porto levou de vencida o Académico, embora pela diferença tangencial (20-19).

Árbitros: Olívio Pereira e Carlos Faria, de Coimbra.

F.C. DO PORTO: Fonseca; Vítor (2), Agostinho (3), Remelhe, Jorge (3), Mário (1), Monteiro (5), Pinho (3), Jonel, Laranja (3) e Fernando.

ACADÉMICO: Burbom; Areias (5), Licas, Cunha, Pereira (1), Correia, Armindo (1), Lafuente (1), Nuno (9), Andrade (2) e Carlos.

Ao intervalo: 10-9.

Sporting e Belenenses têm o mesmo número de pontos (8) contra cinco do Porto e três do Académico.

Para hoje

Distribuição dos Prémios CNID, no Grande Hotel do Porto, às 20 e 30.

Assembleia geral do Sport Algés e Dafundo, no Cinema Stadium, às 21 e 30, com a seguinte ordem de trabalhos: cobertura da piscina; deliberar qual o projecto que melhor sirva o clube e que seja viável.

ANDEBOL: Torneio de Encerramento (seniores masculinos): Almada-Encarnação, às 21 no Pavilhão D. António da Costa; Caramão-ISEF, às 20, e Liga de Algés-Liberdade, às 21 e 15, ambos na Ajuda.

BASQUETEBOL: Sorteio dos jogos respeitantes aos quartos-de-final da Taça de Portugal (femininos), às 21 horas na sede da federação.

FUTEBOL: Sorteio dos jogos correspondentes à 2.ª fase das Taças Nacionais e Juvenis e de Iniciados, na sede da federação, às 18 e 30.

HÓQUEI EM CAMPO: Reunião de delegados dos clubes filiados na Associação de Lisboa, às 21 horas, na sede daquele organismo, com a seguinte ordem de trabalhos: dia olímpico; Taça FPHC; campeonatos nacionais; informações.

HÓQUEI EM PATINS: Torneio dos Não-Apurados das I/II Divisões: Queluz-Física e Académica da Amadora-Paço de Arcos, no Pavilhão da Amadora; Sottomayor-Cascais e Salesiana-CUF, no Pavilhão da Salesiana. Jogos às 21 e 15 e 22 e 15.

VOLEIBOL: Torneio dos Não-Apurados (juvenis masculinos): Liceu D. Pedro V-Benfica, no ginário do primeiro, às 19 e 30.

Na sua agenda

AMOR

Dois nadadores de classe excepcional, verdadeiramente fabulosos, matrimoniaram-se ontem: Kornélia Ender e Roland Matthes, ambos da RDA, juntam na mesma casa oito medalhas olímpicas de ouro, seis de prata e duas de bronze.

Podia ter sido a juventude de Caíca ou de Palhares, como a experiência de Tomé ou Rebelo. Mas, no grande período do Vitória de Setúbal e, mais tarde, quando era necessário continuar segurando o caminho para a baliza de Jorge, um homem, o «internacional» José Mendes, atingiu (pela sua regularidade) a bitola mais alta, no emocionante despique do Bonfim.

É para ele, portanto, o Prémio «Black and Decker» desta semana. «Homem do dia, no jogo do dia», receberá oportunamente a distinção que, com a maior justiça, lhe é conferida pela nossa reportagem presente em Setúbal.

Recordemos por ordem as figuras salientes do «Black and Decker» já distinguidos pelo nosso jornal: Laranjeira (Sporting), Rui Paulino (Belenenses), Jordão (Sporting), João (Varzim), Bento (Benfica), Octávio (F.C. Porto), Vítor Baptista (Benfica), Baltasar (Sporting), Seninho (F.C. Porto), Costa (Académico de Coimbra), Rachão (Vitória de Setúbal), Chico Gordo (Sporting de Braga), Matos (Boavista), Artur (Sporting), Ademir (F.C. Porto), Botelho (Sporting), Hertz (Belenenses), Lito (Sporting de Braga), Tibi (Varzim), Humberto (Benfica), Gomes (F.C. Porto), Nelson (Portimonense), Eduardo Luís (Marítimo), Jose Luís (Benfica) e Conhé (Braga).

APARTAMENTOS
ALGARVE e SUL de ESPANHA
Torremolinos, Fuengirola e Benalmadena
Peça-nos informações
STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
Lisboa - Faro - Porto - Funchal

NACIONAIS DE FUTEBOL

A quatro degraus do Sol

Os seis da frente pontuaram: [illegible] vez mais, 19 golos foi toda [illegible] magra recolha numa ronda [illegible] nacional futebolistico de 1.ª [illegible]apanha

Os resultados foram perfeitamente normais. A recordação: [illegible] 4-Espinho, 0; Sporting [illegible] 2; Feirense, [illegible] Boavista, 4, Belenenses, Marítimo, 0, Riopele, 0 Varzim, 0; Estoril, 0-Portimonense, 0; Braga 2-Académico, 0 e Setúbal, 0 Benfica, 1. Normalíssimos desfechos, salienta-se, porque é conhecido de toda a gente o poderio atacante dos «portistas» e a fraqueza colectiva de um Sporting recheado de personalidades mas sem conjunto, porque se sabe como é tradicional a boa replica dos vimaranenses em Alvalade e como o Boavista não gosta de perder mesmo a feijões (tratando de acautelar qualquer futuro sobressalto) tal como se previa a carregadela do Restelo [illegible] acelerador, face à funchalenses que perdem 80 por cento da sua qualidade quando saiem da Madeira e se admitia, mesmo nos mais audaciosos totobolas, igualdades nos duelos, em Santo Tirso e na Amoreira, onde quatro aflitos jogavam as cristas. O êxito do Braga, mais o sucesso de um Benfica que continua a disputar palmo-a-palmo a sua presença no trono, eram perfeitamente de imaginar: somente se esperava que os conimbricenses batessem melhor o pé ao grupo de Nelinho, mas ninguém imaginaria que, totalmente vergado ao fim da 1.ª metade do jogo, o Benfica conseguiria trazer para Lisboa os dois pontos da balança, ainda para mais desfalcado (por erro proprio) do seu guarda-redes Bento, que foi expulso por impensada atitude tomada em referência a Vitor Madeira, mas que tem como (ligeiro atenuante o facto do arbitro Santos Luis ter admitido, durante largos minutos, tudo o que, em matétia de virilidade em excesso é condenado pelas leis.

Falemos, porém, de como ficou a tabela pontual.

		V	E	D	G	P
F. C. Porto	26	21	4	1	7--30	46
Benfica	26	12	8	–	47- 8	44
Sp. Braga	26	15	5	6	39-20	35
Sporting	26	15	4	7	56-30	34
Belenenses	26	12	7	7	21-18	31
V. Guimarães	26	11	6	9	29-27	28
Boavista	26	9	7	10	29-31	25
Setúbal	26	8	7	11	26-35	23
Varzim	26	8	7	11	24-32	23
Académico	26	9	3	13	33-43	21
Riopele	26	6	8	12	17-38	20
Estoril	26	6	8	12	18-35	20
Portimonense	26	6	6	14	26-37	18
Espinho	26	7	4	15	25-46	18
Marítimo	26	6	6	14	19-44	18
Feirense	26	5	2	19	24-51	12

Jornada que vem aí: Marítimo-Braga, Académico-Setúbal, Benfica-Estoril, Portimonense-Porto, Espinho-Feirense, Boavista-Riopele, Varzim-Sporting e Guimarães-Belenenses a quatro degraus do sol (faltam 4 rondas) tudo ainda possível, como se vê: apenas o Feirense, mesmo que triunfe em todos os cotejos que tem a cumprir, ja disse adeuas à grande festa.

ESCALÃO DOIS

Nada de novo na 2.ª divisão, como pode ver-se (por exemplo) neste apanhado de resultados. No bloco Norte:

Fafe-Rio Ave, 2-0; Vianense-Régua, 0-0; Penafiel-Famalicão, 2-3; Paços Ferreira-Sanjoanense, 0-2; Lourosa-Aliados, 2-0; Leixões-União Lamas, 2-0; Vila Real-Gil Vicente, 0-2; Chaves-Paços Brandão, 1-0. Classificação: 1.º Famalicão, 43; pontos, 2.º Aliados e Fafe, 30; 4.º Rio Ave, Penafiel e Chaves, 27; 7.º Vianense e Leixões 26; 9.º União Lamas e Paços Ferreira 25; 11.º Paços Brandão, 24; 12.º Lourosa, 23; 13.º Régua e Gil Vicente, [illegible]2; 15.º S[illegible]ense, 21; 16.º Vila Real, 18.

Zona Centro: Peniche-Covilhã, 0-0; União Santarem-Beira Mar, 0-0; União Tomar-União de Leiria, 4-3; Mangualde-Estrela Portalegre 1-0; Portalegrense-Acad. Viseu, 0-0; Marrazes-Sintrense 1-1; Águeda-Marinhense 1-0; União Coimbra-Cartaxo 4-0. Classificação: 1.º Beira Mar, 41 pontos, 2.º Acad. Viseu 34; 3.º Portalegrense e União Tomar, 31, 5.º Estrela Portalegre, 29; 6.º Marinhense, 28; 7.º Peniche, 27, 8.º União Santarém, 26; 9.º União Leiria e Mangualde, 25; 11.º Sp. Covilhã, União Coimbra e Águeda, 24; 14.º Marrazes, 19; 15.º Cartaxo e Sintrense, 13.

Zona Sul: Cova Piedade-Atlético 1-0; Nacional-Odivelas 0-0; Luso-Vasco da Gama, 1-0; CUF Barreirense, 1-1; Farense-Juventude, 4-2; Sesimbra-Almada 1-0; Amora-Montijo, 0-1. Classificação: 1.º Barreirense, 37 pontos, 2.º Juventude 35; 3.º Montijo 32; 4.º Atlético 31; 5.º Amora e CUF, 29; 7.º Olhanense, Almada e Farense, 27; 10.º Cova Piedade, 26, 11.º Odivelas e Sesimbra, 21; 13.º Lusitano e Vasco Gama, 20; 15.º Nacional, 18; 16.º Luso, 16.

MAIS EM BAIXO

Na 3.ª divisão, as coisas processaram-se assim:

Série A: Vizela-Cabeceirense, 1-0; Monção-Mondinense, 2-0; Ribeira Pena-Joane, 2-4; Aves-Macedo Cavaleiros, 2-1; Mirandela-Tirsense, 0-0; Bragança-Limianos, 4-1; Prado-Tadim, 2-0; Maria Fonte-Valdevez, 2-0. Classificação: 1.º, Aves, 40 pontos; 2.ºs, Tirsense e Prado, 33.

Série B: Amarante-Sampedrense, 6-0; Cucujães-Valecambrense, 3-1; Bustelo-Paredes, 1-3; Vilanovense-Salgueiros, 1-4; Infesta-Avintes, 1-0; Freamunde-Oliveirense, 1-1; Lamego-Perosinho, 0-2; Leverense-Arrifanense, 1-0. Classificação: 1.º, Salgueiros, 43 pontos; 2.º, Paredes, 38; 3.º, Oliveirense, 37.

Série C: Ançã-Tocha, 3-0; Febres-Oliveira Bairro, 0-4; Tondela-Gonçalense, 7-1; Viseu Benfica-Alba, 0-0; Gouveia-Naval, 2-0; Guarda-Molelos, 1-0; Anadia-Marialvas, 3-2; Covilhã Benfica-Carapinheirense, 1-2. Classificação: 1.º, Oliveira Bairro, 40 pontos; 2.º, Alba, 36; 3.º, Gouveia, 34.

Série D: Eléctrico-Batalha, 3 1; Lousanense Torriense, 1-2; Alcanenense-Nazarenos, 1-1; Bombarralense-Castelo Branco, 2-2; Benfica Castelo Branco-Amiense, 2-2; Alcobaça-Torres Novas, 3-1; União Almeirim-Caldas, 1-3; Condestável-Matrena, 3-3. Classificação: 1.º, Caldas, 42 pontos; 2.º, Torriense, 40; 3.º, Torres Novas, 34.

Série E: Borbense-Sacavenense, 0-6; Vitória-Campomaiorense, 1-0; Pero Pinheiro-Bucelenses, 0-0; S. L. Olivais-Elvas, 0-0; Elvenses-D. Olivais, 1-0; Loures-Souselense, 5-0; Casa Pia-Benavente, 2-0; Alverca-Oriental, 1-2. Classificação: 1.º, Elvas, 41 pontos; 2.º, Sacavenense, 40; 3.º, Vitória, 38.

Série F: Rosarense-Seixal, 1-4; Aljustrelense-União Montemor, 1-0; Serpa-Quarteirense, 3-1; Santiago Cacém Costa Caparica, 4-0; Silves Reguengos, 2-0; Marítimo Olhanense-Alcochetense, 0-0; Esperança Sarilhense, 1-0; Paio Pires-Beja, 3-1. Classificação: 1.º, Seixal 33 pontos; 2.ºs, Beja e Sarilhense, 32.

BENFICA: JUVENIS EM FRANÇA

No Torneio de Juvenis em que o Benfica participa, em La Croix (França) a turma dirigida por Ilídio Fulgencio e treinada por Ângelo conseguiu uma vitória (2 0 ao Ajax) a par de dois desaires (0-1 com a selecção da Córsega; 1-2 com os belgas do Beerschott). Os moços regressam amanhã a Lisboa

CADETES DO PORTO

Os «cadetes» do F. C. Porto estiveram em acção em Argentin (França). Resultados rubricados: 0-0 com o Linz, 1-1 com o Zurique (golo português de Coelho); 1-0 com a selecção da Normandia (tento por Jaime) e derrota, por 1-2, na meia final da competição, perante a selecção de Paris (golo portuense de Marcal).

FRANÇA

Ao mesmo tempo que o Nancy conquistava a «Taça de França» (1-0 ao Nice, na final, disputada no Parque dos Príncipes) a Imprensa tricolor noticiava a contratação do brasileiro Paulo César pelo Paris-Saint-Germain.

DUELOS

A selecção do Peru bateu o Huracan, por 4-2. Por seu lado, a selecção da Holanda superiorizou-se ao Brugges, por 3-1, em jogo também de preparação para o Mundial.

Jogos internacionais para o campeonato britânico: Inglaterra, 3-País de Gales, 1 e Escócia, 1-Irlanda do Norte, 1.

Insatistação no Brasil: a selecção nacional empatou (a zero) com um «combinado» de Pernambuco

Alegria na Argentina: o «onze» do país brindou (7-0) o grupo de Baía Blanca

A Polónia venceu a Chemie Halle (da RDA) por 5-1.

JUNIORES DA UEFA

Por 3-0, a URSS bateu a Jugoslávia, triunfando no Torneio da UEFA, para juniores.

AZAR Á PORTA

O guardião Silva Morais (Feirense) sofreu no jogo com o Boavista, fractura do maléolo interno da perna esquerda, pelo que vai ser operado esta semana, não se prevendo que possa voltar ao trabalho antes de Setembro.

INSÓLITO NO VARZIM

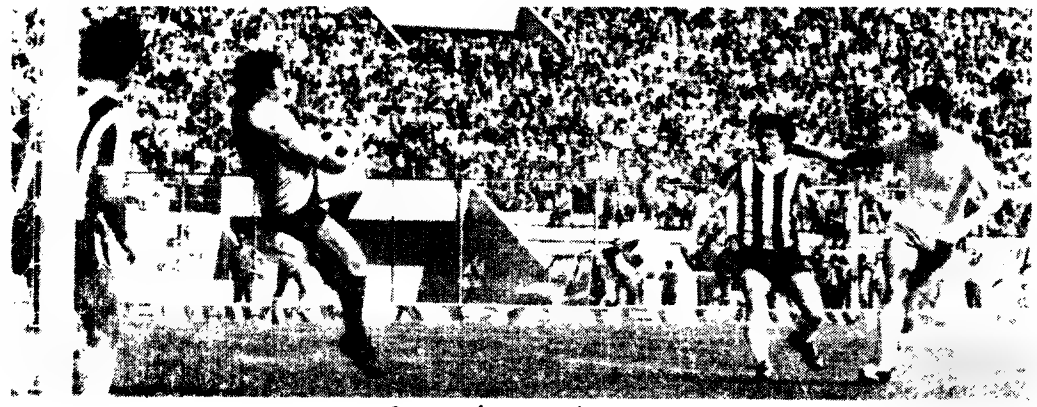
Sem que o motivo tenha transparecido publicamente, mais um jogador do Varzim (dos que já firmaram contrato futuro com outro emblema) foi arredado pelo treinador António Teixeira do trabalho: ontem, coube a vez ao guarda-redes Tibi, suspenso disciplinarmente pelo controverso responsável pelo futebol varzinista. Como o clube seu patrão tem vários futebolistas no «estaleiro» (Marques, Festas, Jarbas, Leopoldo) e um castigado federativamente (João) perante o Riopele, apenas um suplente esteve sentado no banco lateral...

FAMALICÃO DE AMANHÃ

Tibi (Varzim), Melo (Aliados de Loderlo), Virgílio (Sporting), Tito (Guimarães), Rufino (Montijo), Faia (Vila Real) e Carraça (Sacavenense) são os já concretizados reforços do Famalicão, que renovou contratos com Herminio, José Carlos, Duarte, Palheiras, Sá Pereira, Fragoso, Branco, Ruca, Jacques, Vitor e Lula.

TOTOBOLA
A chave

Braga - Académico	1
Setúbal - Benfica	2
Estoril - Portimonense	X
Porto - Espinho	1
Feirense - Boavista	2
Riopele - Varzim	X
Sporting - Guimarães	X
Belenenses - Marítimo	1
Lourosa - A. Lordelo	1
U. Santarem - B.-Mar	X
Portalegrense - A. Viseu	X
CUF - Barreirense	X
Farense - Juventude	1



Gomes abre a contagem

FC PORTO, 4-ESPINHO, 0

"Tigres" com três guardiões e uma dúvida: qual o titular?

MANUEL NETO

Decadência ou lapso momentâneo? Uma interrogação que ficou a pairar no ar findo o encontro entre portistas e espinhenses, que não deixou saudades a ninguém. De facto, o interesse em torno desta partida ja não era muito, o que se compreende se tivermos em conta a diferença de valores e de interesses defendidos por uma e outra equipa. Mas, à medida que o jogo foi decorrendo, as pessoas que encheram por completo o Estádio das Antas começaram também a lamentar o seu rico tempinho, para mais uma tarde de sol em fim-de-semana. Presenciamos (diga-se desde já) uma partida onde a monotonia foi a nota dominante, aqui e além salpicada de alguns lampejos individuais que não levavam a lado nenhum e em que o resultado, mais do que lógico, foi praticamente construído pela turma forasteira e mormente pelos três guarda-redes que (caprichosamente) passaram pela baliza dos «tigres».

Na infelicidade da equipa espinhense está, em grande parte, a justificação do êxito dos «azuis e brancos», cuja exibição, por si só, nao valeu os dois pontos em disputa.

As facilidades para os pupilos de Pedroto começaram exactamente aos 10 minutos, quando Gaspar, sem nada que o justificasse, largou o esférico e permitiu a entrada oportuna de Gomes que inaugurou assim o marcador. O percalço não mereceu da parte do técnico espinhense qualquer alteração no xadrez, pelo que os homens da Costa Verde continuaram postados à defesa como se nada de anormal tivesse acontecido. Daí, portanto, o assédio constante à baliza de Gaspar que, em lance acidental ocorrido à passagem da meia-hora, se viu inferiorizado fisicamente, sendo substituído por Barrigana.

Depois do intervalo, nos minutos iniciais, os portistas pareceram dispostos a sair do marasmo em que tinham caído, forjando alguns lances em velocidade e de bom recorte técnico que só encontraram pela frente a oposição muito oportuna e espectacular de Barrigana. A presença do guardião espinhense impediu a rápida subida do marcador, mas (curiosamente) seria ele a «oferecer» o segundo tento dos portistas, obtido por Octávio do «meio da rua» e confirmado com um soco nada ortodoxo do n.º 12 espinhense. Assim, «sem saber ler nem escrever», o F.C. Porto encontrava-se numa situação confortável que lhe permitia encarar o resto do encontro ainda com apatia. Mas o azar continuava a bater à porta dos «tigres» que, aos 71 minutos, ficaram reduzidos a dez unidades por incapacidade de Barrigana, o qual, ao defender um remate traiçoeiro de Oliveira, foi embater com a cabeça no poste e ficou a jorrar sangue. Na circunstância, foi Raúl que passou a desempenhar o lugar de guarda-redes, facto que animou sobremaneira os portistas que, a partir daí, passaram a actuar com maior desenvoltura em busca da goleada.

A verdade porém, é que raúl já não era a primeira vez que se via em tais achados e perante a surpresa geral, acabou por arrecadra para si os maiores aplausos da tarde ao assinar algumas defesas de grande classe. Os golos que sofreu estavam ao «alcance» do mais «pintado» e, portanto, hada havia a fazer.

Num jogo fácil de dirigir, António Espanhol (de Leiria) viu-se por vezes em dificuldade, mais por culpa dos seus auxiliares do que por «motu próprio».

F.C. Porto. fonseca; Teixeirinha (Seninho aos 61 minutos), Simões, Freitas e Murça; Rodolfo (Vital aos 72 m), octávio e Ademir; Oliveira, Duda e Gomes.

Espinho: Gaspar (Barrigana aos 30 minutos e Raul aos 72); Coelho, Gonçalves, Raul e Amaral (Mário na 2.ª parte); Carvalho, Manuel José, Moia e João Carlos; Reis e Canavarro.

Ao intervalo: 1-0. Marcadores: Gomes (10 m), Octávio (61 m) e Ademir (84 e 85 m).

SPORTING, 2-GUIMARÃES, 2

O adormecer da fera

JOÃO FERREIRA

A bola de saída pertenceu ao Guimarães que a perdeu logo de seguida para Keita. O maliano driblou todos os adversários que encontrou pelo caminho (bem ao jeito dele) e disparou, forte, à rede lateral. Uma jogada magnifica, a levantar o pano do espectáculo de Alvalade, que não viria a ser um grande jogo mas antes uma partida que deu a indicação cabal das carências da turma leonina: em jogadores (especialmente no banco), em técnico, em público. Enfim: em tudo e no essencial. No entanto, seria o Sporting o primeiro a marcar (por intermédio de Manoel), na conclusão do melhor lance urdido e executado pela turma leonina. Tudo futebol simples, rectilíneo, incisivo, desde o inicio da jogada (Artur) até ao passe mortal (Manuel Fernandes) para o autor do golo. Donde se poderá inferir que jogar bom futebol é mais simples do que parece, sobretudo quando se sabe tocar na bola como é o caso do trio atacante «leonino».

Mas, o Vitória de Guimarães não é uma equipa qualquer (apesar de ter perdido na sua [illegible] deslocação a estas bandas, com o «modesto» Estoril). Daí que às tantas os minhotos toca de arregaçar as mangas e passaram a ser mais rápidos sobre o couro, a desfazerem-se dele ao primeiro toque (um tipo de jogo com que o Sporting vem embirrando este ano) e, senhores de si e do jogo, começaram a afoguentar seriamente a zona defensiva dos leões. O que se viu? Mais uma vez os centrais (Laranjeira e Manaca) não acertaram (nem um com o outro, nem com o tempo de entrada, nem com a melhor ocasião para entregar a bola), com todo o «sofrimento» que daí decorreu.

E, num espaço de apenas três minutos (aos 21 e 24), os vimaranenses passaram de vencidos a vencedores, com (muitas) culpas para a defesa «leonina». No primeiro, Manaca ficou a ver a bola (e a banda) passar, permitindo a entrada de Pedroto; no segundo, embora haia alibi de a bola (atirada em pontapé livre) ter embatido em Artur, a verdade é que ela ficou a saltitar na grande área da «casa» e nenhum dos defesas foi suficientemente lesto para a afastar, ao contrário de Ferreira da Costa, que surgiu com oportunidade e marcou o golo.

Até ao intervalo, o Sporting teve ainda alguns (e curtos) períodos de acerto, chegando a criar ovasiões, mas Manoel, em tarde pouco inspirada, desperdiçou-as. E dizemos pouco inspirada porque, embora o brasileiro tenha feito os dois golos da sua equipa, perdeu muitas outras ocasiões de fácil (em aparência) concretização.

No segundo tempo, a turma vimaranense abdicou do bom jogo que vinha fazendo, talvez porque as «pernas» não tivessem mais para dar, facultaram ao Sporting uma certa ascendência territorial, que lhe permitiu repor a igualdade (aqui também com muitas culpas para os seus defensores, que deixaram Manoel fazer tudo, inclusive preparar a bola e escolher o ângulo de remate) e, até, criar oportunidades suficientes para ganhar a partida.

Diga-se, no entanto, que o empate se ajusta mais ao que se passou no relvado, até porque, mesmo no periodo de maior domínio do Sporting, o Guimarães revelou muita cal-

Continua na pag. 21

SETÚBAL, 0-BENFICA, 1

O duro preço do êxito

Comentário por NEVES DE SOUSA

Em que medida a carga nervosa acumulada, dia a dia, pelos jogadores do Benfica, obrigados a vencerem todos os cotejos porque o duelista-mor não abranda e esta em forma excepcional, imperou naquele impensado gesto de Bento, que lhe valeria a expulsão no Bonfim?

Se o árbitro conimbricense Santos Luis, oportunamente (a Celso, por exemplo) tivesse mostrado cartões amarelos, o andar da carruagem teria dado ensejo a sacar do bolso um rectângulo rubro?

Estamos em crer que as questões se completaram. Primeiro, deve ser fantasticamente depauperante, de um desgaste impressionante, a tarefa que surge na agenda de cada benfiquista até atingir a meta das Antas, o vale-tudo que pode ser (finalmente) a decisão. Cada jogador é um barril de pólvora: e nem sequer valerá a pena espreitá-los, nos minutos atordoantes da subida dominical ao palco: lá longe, o Porto é um papão, cá perto são os apaniguados da águia os juizes. Implacáveis, os dois blocos: os nortenhos porque, com um «plantel» de sublimação, fazem de cada jogo um espectáculo deslumbrante; os benfiquistas, frustrada precocemente a viagem pela «Taça» ou nas compitas europeias, porque sabem que somente uma «tournée» uefeira pelos dois torneios do trono pode facilitar o dinheiro que é necessário na Luz para equilibrar o barco e contentar todos os Alves que têm legítimos sonhos de fama.

AZAR ARBITRAL

Ontem, cerca das 10 da manhã, o carro em que viajava a equipa de arbitragem designada para o jogo Setúbal-Benfica, capotou, perto de Leiria. Os três homens de Coimbra não ganharam para o susto: Melo Geraldo com golpes no rosto, um sobrolho aberto, uma «estrela» de adesivo no alto da cabeça; Silva Mateus com outras amachucadelas; o chefe Santos Luís, embora fazendo os possíveis por vencer a recordação do susto e os nervos sequentes, a tentar aliviar para bem longe a pressão, naqueles breves instantes em que, na cabina, trocou dois dedos de conversa com os jornalistas e falou do seu azar, do seu carro perdido, da morte que estivera perante três homens que vinham do Mondego para Setúbal em missão de trabalho. Julgamos que o estado de espírito do sóbrio e muito correcto e estudioso juiz conimbricense não era aconselhável para ser posto à prova como fiel de balança de um Benfica que queria vencer o duelo (porque precisava mesmo de o fazer), de um Setúbal que (quase em inteiro repouso na casa dos que continuarão no exército nacional) tinha uma dívida de honra a justificar nos seus pergaminhos. Santos Luís, talvez para agradecer a Deus a salvação no acidente, preferiu perdoar, fazer vista grossa a alguns atropelos feitos à correcção no futebol. E (pobre dele) por não desejar macular a tarde inesquecível da sua vida com a apresentação de cartões amarelos a um Quim que foi implacável no trato para com Chalana e a um Celso que parecia lutador de «catch», teria de ser forçado, porque havia de respeitar um mínimo da lei, a mandar para o duche frio um profissional que, até ao momento, fora o esteio maior da equipa de Lisboa mas, num claro lapso de destempero, tirara desforço sobre Vítor Madeira: que até é benfiquista convicto mas (segundo o guarda-meta vermelho) o acotovelara num salto antes da bola sair pela cabeceira e o árbitro marcar um «canto» inexistente, visto que o último ponto a tocar o esférico antes da evasão foi a cabeça do ex-Vasco da Gama. Bento pode ter ficado a contas com uma ebulição interna, mas não se jura: por um lado, o maganão do Vitor Madeira dava-lhe um toque faltoso; por outro, o juiz ainda concedia um «canto» imaginado. E, num ápice, só se viu o sadino no chão, como se estivesse no mundo do KO e, simultaneamente, o fiscal Melo Geraldo a entrar no relvado, de bandeira em riste, num imediato apelo ao árbitro. O cartão vermelho já vinha na mão de Santos Luís quando Bento iniciou a sua via sacra de protestos, quando um demorado «sururu» nasceu, quando a pancadaria tomou de assalto um bloco da bancada sem abrigo, quando os mimos entre jogadores e de futebolistas para árbitros tomaram de assalto a relva e imediações.

Aqui está como uma conjugação (o «deixa-andar» do árbitro e os nervos dos benfiquistas, o primeiro a só pensar em Deus e os outros a verem diabos onde apenas moram anjos) estragou, com pano negro, um jogo que, por obra setubalense, fora lindo em 40 minutos e, por fruto benfiquista, tivera uma 2.ª parte com o selo de um campeão que persiste.

VITÓRIA EMPOLGANTE

Com efeito, o Vitória de Setúbal foi um cilindro em todo o golpe inicial: em menos tempo do que demora a contar, fez a bola embater duas vezes na madeira benfiquista, proporcionou a Alberto salvar um golo que ia mesmo colar-se às malhas e implicou que Bento, com três ou quatro magistrais paradas, logo se tivesse cotado como o máximo do seu «team». A defesa sadina não tinha o mais breve período de erro: Jorge, Rebelo, muito especialmente Martin e Mendes, eram autênticos gigantes de granito. Na média, Rachão e Tomé e, sobretudo, o deslumbrante Caica (daquela inesquecível serpentina com que enrolou Toni, Nenè e Bastos Lopes) eram os donos e senhores do esquadro e do compasso, enquanto lá pelas barbas de Humberto tanto Vitor Madeira como Palhares, como Narciso, pareciam Cruyffs com auréolas, Dalglishs com pólvora nas botas, Pelés de cabeça doirada. Só visto: um vendaval desabava sobre o Benfica, que não tinha meio-campo, que não mostrava ataque, que vivia de uma defesa que apenas o era porque estavam lá Bento e Humberto.

Foi então que sucedeu aquele perplexo instante a voar sobre a cortina verde. Eurico, deixado aproximar com pés de lã, desceu das alturas e impeliu com a testa a bola que vinha da esquerda: o golo, apanhando de boca aberta Martin e grudado à relva o jovem Jorge, foi autêntico balde de água fria, que os sadinos nunca podiam merecer se o bom que preside aos destinos do Mundo tivesse feito contas certas.

SÚBITA REVIRAVOLTA

No regresso do balneário, erguido o ânimo por um tento que era vantagem que importava defender mas igualmente ampliar em expressão, sucedeu que o Benfica se reencontrou com a pele de campeão e, paulatinamente, enxadada aqui, soldagem acolá, foi cavando trincheiras ou colmatando brechas, até que o Vitória (por inegável carência de poder continuar o ritmo físico que já mostrara) se afundou na mediania, ficando apenas em vinte e tal mil testemunhas a dúvida de se saber até onde poderia chegar o inesperado reverso da medalha.

À inicial segurança no domínio de todas as operações, sucedia o claro colapso do meio-campo vitoriano que, nem mesmo com duas rendições, voltou ao apogeu antigo: é que, amigos do Bonfim, não é impunemente que um pequeno «plantel» pode suportar faltas como as de Jacinto João e Mirobaldo, Formosinho, Libânio e José Lino. E, em contrapartida, o parceiro que estava na festa se chamava o Benfica, homens sejam eles quais forem que vestem uma camisola que, só por si, ainda infunde muito respeito entre gregos e troianos.

CATEGORIA NO PALCO

Estava-se, portanto, no «pressing» encarnado quando aconteceu o «caso Bento». Faltavam, para aí, uns oito minutos para o termo do embate. Depois de muita «falação» e imensa agressividade à solta, veio Bastos Lopes para a baliza lisboeta, em derradeiro recurso por Mortimore já antes ter feito as duas possíveis mudanças entre os seus comandados. O moço limitou-se a encaixar uma bola despejada de longe a pontapeá-la para bem longe. Do resto, de replicar à desfortuna com um cerrado ataque às balizas contrárias se encarregaram Humberto e Toni, um e outro mais apostados em caminharem para a frente que em enrolarem a manta até chegar o apito salvador. E, curiosamente, foi ainda o Benfica (por intermédio de Nenè) que desperdiçou a única real possibilidade de dar trabalho ao homem do marcador.

É bem verdade que o Benfica perdeu o nervosismo graças à fantástica sorte que teve em bons 40 minutos: mas qual é o grande emblema que não é bafejado pela sorte nas suas caminhadas triunfais? Valores individuais, teve-os depois no prato do julgamento: Humberto e Toni a completarem o que de maravilhoso fizera Bento até ser varrido pelo vento da desdita.

Sob bandeira sadina, Vítor Madeira, Palhares, Caica, Rachão, Tomé, Rebelo, Martin, Mendes, Jorge, todos tiveram uma primeira parte de assombro, se salvaguardarmos a passividade do inglês e do guarda-redes no tento de Eurico. Depois é que foram elas: Caica e Narciso, duas andorinhas, não escreviam a Primavera no grupo onde Quim, de fio a pavio, era negra sombra de Chalana, mais preocupado em não deixar jogar que em fazer um só lance de iniciativa própria. Todavia, é inegável que, mesmo com esse pecadilho, o Vitória mostrou que tem executantes da mais fina água: simplesmente como já notáramos em outras ocasiões (mormente face ao Varzim) os pulmões, a caixa de ar, as pernas é que não estão preparadas para corresponder aos belos esquemas técnicos e tácticos idealizados por Carlos Cardoso.

E aí temos o Benfica, de Humberto e Toni e Bento, a perder um grande mosqueteiro para as mais próximas batalhas, mas certamente a fazer apelo a outros espadachins (Fidalgo, José Henrique) para a continuidade na luta. Um Benfica que tem a alma que mostrou no Bonfim, que tem no corpo o vigor com que conseguiu derrotar uma equipa em tarde de estarrecer a concorrência, está mesmo em ponto de rebuçado: nervos a darem de si (é verdade) mas, por igual, uma mística e um sangue buliçoso em simbiose, bem patentes em cada nova chamada a exame antes do derradeiro arranque para a Antas. Na beira-Sado, o preço do êxito foi duro: mas vale como lição. E ninguém aprende sem dar alguma coisa do seu bolso.

À fascinação, ao sortilégio, à graciosidade do príncipe do Bonfim, sucedeu o indiscutível rememorar de conhecimentos, a indiscutível sapiência de ofício, a nunca constada adesão benfiquista às grandes epopeias. Força vencia a habilidade, os verdugos mudavam de símbolo. Só um vencedor ficava vencido: Bento.

Alberto: sobre o risco de baliza, um golo salvo após derrota de Bento

Arbitragem de Santos Luís (Coimbra) acompanhado por Melo Geraldo (peão) e Silva Mateus (bancada).

SETÚBAL: Jorge; Rebelo (Francisco Silva), José Mendes, Martin e Quim; Caica, Tomé, Narciso e Rachão (Gamboa); Vitor Madeira e Palhares.

BENFICA: Bento; Bastos Lopes, Humberto, Eurico e Alberto (Pereirinha); Pietra, Toni e Sheu; José Luís (Celso), Nenè e Chalana.

Golo por Eurico (43 minutos). Cartão vermelho para Bento.

ESTORIL, 0-PORTIMONENSE, 0

Que fique a correcção

JOÃO ALBERTO

Energia e aplicação a rodos foram constantes no Campo da Amoreira, onde se defrontaram dois dos aflitos, e mais os algarvios de Portimão que os canarinhos da Costa do Sol (Estoril), que continuam nos seus lugares do escalão separados pela mesma diferença, com os pupilos de Torres, este e mais pessoas muito perto de exteriorizarem a sua máxima aspiração desta época: escapar à despromoção.

Um ponto para cada participante (daí que prossigam na posição classificativa que ambos ocupavam antes do «match») foi, com justiça, o resultado. Desfecho consentâneo com as peripécias que rodearam ou determinaram confronto, que viveu da emoção dos contra-ataques, da velocidade (a despeito do calor que se fez sentir), do frenesim e da dúvida. Uma igualdade, diga-se em síntese, que se amoldou à própria distribuição das pedras no terreno, pois que ambos os sistemas se encaixaram (4-4-2 com as variantes adequadas à própria evolução).

Imperou, portanto, o equilíbrio, conquanto, por parte dos algarvios, se tenha verificado uma maior precaução defensiva. Perfeitamente natural para as suas aspirações forma como Mário Lino colocou os seus homens no rectângulo verde encharcado de suor. E quando assim acontece, quando os processos são semelhantes e não perder é escopo, o jogo reparte-se pelos dois meios campos. Normalmente, as oportunidades de golo são iguais, quer em número, que em «configuração».

Isso mesmo esteve patente ao longo dos 90 minutos, com predomínio das defesas sobre os ataques. No conjunto, todavia, os sectores equilibraram-se, o que quer dizer que ontem, na Amoreira, não era dia (tarde) para veleidades ofensivas.

Num jogo que, ao fim e ao cabo, conheceria momentos de virilidade (não confundir com violência, mas, antes, atender à aplicação, ao desbaratamento total de energias), um ponto para cada qual serviu as aspirações de ambos, e mais as dos algarvios. A despeito dos «amarelos» exibidos por Alder Dante, a partida foi correcta.

E já que estamos com «a mão na massa» (a apreciar a acção do juiz escalabitano), que fique expressa a (boa) forma como actuou, a não merecer reparos de ninguém. Trabalho de realçar, facilitado pelos seus coadjutores, jogadores e público. Singificativo exemplo de desportivismo e serenidade o que ontem deram os principais intervenientes, tanto mais de enaltecer quanto se tratava (e trata) de equipas a braços com a sua própria manutenção entre «os grandes».

Estoril: Ferro; Vieira, Fernando, Amilcar e Peixoto; Oscar (Quim), Torres, Santinho e Salvado; Fernando Martins e Cepeda.

Portimonense: Avelino; César, João Carlos, Paulo César e Sota; Fernando, Tião, Arnaldo e Nelson; Sapinho e Diamantino.

«Amarelos»: para Paulo César (aos 41 minutos), João Carlos (aos 79) e Vieira, a seis minutos do termo da partida.

Alvalade tropeça outra vez

Continuação da pág. 20

ma e maturidade, forjando jogadas de contra-ataque que levaram o pânico à defensiva leonina. Lá atrás, entretanto, lograva defender-se com muito mérito. Os homens de Mário Wilson deram a medida exacta do seu valor, mesmo jogando «a feijões» (no campeonato não têm grandes ambições, nem muito a perder). O Sporting, repetimos, demonstrou que precisa de uma reestruturação a vários níveis. Este ano (e presentemente), ainda não pode abandonar o barco, porque está em jogo o 3.º lugar e a Taça, isto é: a hipótese de para o próximo ano (a partir de Setembro) permanecer no futebol europeu, para onde tem fortes concorrentes.

Arbitragem certa do juiz aveirense Vitorino Gonçalves, que, no entanto, deu algumas largas aos jogadores. Método que apoiamos, pois todos são homens e profissionais e, portanto, com a obrigação de saber comportar-se. Por vezes, e infelizmente, isso não acontece, e poder-se-á criar alguns «amargos de boca».

SPORTING Botelho; Artur, Laranjeira, Manaca e Inácio; Ademar (Vitor Gomes), Barão (Isaias) e Ailton; Manuel Fernandes, Manoel e Keita.

V. GUIMARÃES Meio; Ramalho (Celton), Torres, Soares e Alfredo; Pedroto, Almino e Mané; Abreu, Romeu (Pedrinho) e Ferreira da Costa.

Árbitro: Vitorino Gonçalves, de Aveiro.

Golos: Manoel (11 e 64 minutos), Pedroto (21 minutos) e Ferreira da Costa (aos 24).

FAÇA COMO 1 MILHÃO DE PORTUGUESES
FAÇA VOCÊ MESMO com Black & Decker

ENSINO

EM COIMBRA, A JS PROPÕE

Aulas nocturnas na Universidade

Poderá haver mais ou menos proximamente aulas nocturnas na Universidade de Coimbra — se se conseguir o objectivo duma campanha anunciada este fim-de-semana pela Juventude Socialista. A campanha, a desencadear e desenvolver doravante, foi decidida numa reuniai de delegados distritais da JS, realizada no Instituto de Justiça e Paz daquela cidade, e o anúncio dele feito no final, num encontro marcado com os jornalistas para divulgação das conclusões obtidas durante os trabalhos.

Das conclusões constam entre outras coisas, o reconhecimento acentuado dos problemas com que se debate actualmente a juventude trabalhadora. Um documento da JS fornecido aos jornalistas declara «prioritária» «a luta pelos direitos sindicais da juventude trabalhadora», que «deve poder participar activamente na vida dos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nomeadamente usando do direito de voto nas eleições para os seus corpos gerentes».

Durante o encontro tratou-se ainda de outros temas referentes, um, a formas de organização da JS; outro prendendo-se especialmente com a situação dos trabalhadores estudantes — e foi da discussão deste tema que saiu a resolução tendente à campanha pelo ensino superior nocturno na Universidade de Coimbra.

Na reunião participaram representantes da JS de todo o país, além dos seus mais destacados dirigentes nacionais.

Esquerda vence no Liceu de Viana do Castelo

PORTO, 15 — A lista «C», unitária de esquerda, venceu as eleições na Associação de Estudantes do Liceu de Viana do Castelo, reunindo 671 votos. As listas «A» (JC) e «B» (JSD) somaram, respectivamente 593 e 355 votos.

SINDICATO DOS PROFESSORES

Norte faz referendo "Sim" ou "Não" a greve dia 30

PORTO, 15 — A direcção do Sindicato dos Professores da Zona Norte vai realizr um referendo no próximo dia 22 «para receber da classe a força democrática para decretar greve», como forma de obrigar o MEC a negociar.

Num comunicado emitido pelo Sindicato, a direcção salienta que «só unidos conseguiremos vencer a teimosia do MEC, só unidos conseguiremos impor a consagração legal do princípio da negociação». É proposto o próximo dia 30 para nova greve — luta que deve constituir um «aviso definitivo» para o MEC, conforme salienta a direcção sindical. Naquele dia, em Assembleia Geral, os professores deverão deliberar a acção a desenvolver no fim do ano lectivo, já que é sobre a avaliação final que irão fazer incidir a sua luta.

DINAMARCA e FINLÂNDIA
DINAMARCA e POLÓNIA
ESCANDINÁVIA e BÁLTICO

Viagens de 7 e 8 dias
diversas partidas

Programas e Reservas

VIAGENS RAWES

Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa 47
Expediente Trav. do Corpo Santo 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar 22 Tel. 23145

Roteiro Cultural

Tem lugar hoje, na sede da Sociedade de Geografia, uma conferência do dr. Luís Rego de Aguiar (vogal da Comissão Nacional da FAO) intitulada «Necessidades alimentares da população portuguesa». A conferência tem lugar às 18 horas e é acompanhada de projecções. Preferíamos que fosse acompanhada de bifes mas como isso é impossível, satisfazemo-nos com as projecções. Sempre se come com os olhos...

Se vive no Porto, se gosta de teatro, se entende que as suas ideias podem contribuir para a renovação da vida teatral portuguesa ou se não gosta de teatro nem se sente habilitado a falar de teatro, mas gosta de conversas, de discussões e de ouvir falar os outros, vá hoje às 21.45 ao salão da Secretaria de Estado da Comunicação Social assistir a um colóquio promovido pela ATADT sobre «Política de Descentralização de Teatro». Agora, que já obtivemos o tal grande empréstimo do FMI, chegou a altura de pedir subsídios — se ainda não pediu um subsídio, porque não aproveita a ocasião para pedir a fim de estudar o problema da descentralização do teatro? Olhe que pode não ter outra oportunidade...

O GAC (Grupo de Acção Cultural) tem em exposição na sua sede, como já noticiámos, painéis, instrumentos musicais, trajes e bonecos que ilustram a sua acção desde o 25 de Abril. Trata-se de um grupo francamente preocupado em descobrir e valorizar tradições e cantos populares portugueses o que basta para merecer o apoio de quantos se interessam pela cultura portuguesa. Porque não vai até lá?

Está em Coimbra? Se a sua resposta é afirmativa, porque não dá um salto à Quinta da Nora para ver a exposição de livros sobre «estudos urbanísticos» patente ao público no Instituto Superior de Engenharia? Quem sabe se no meio desses livros não encontrará um que lhe ensine a viver com os seus filhos em três assoalhadas microscópicas? Quem sabe, até, se não encontrará alguém na exposição que lhe dê a morada dum apartamento com duas assoalhadas que esteja para arrendar por menos de 15.000$00 mensais? Olhe que estas coisas acontecem...

É inaugurada hoje à tarde na Galeria S. Francisco (Rua Ivens, 40, Lisboa) uma exposição de guaches de Tomás Mateus. Julgamos tratar-se de uma exposição que merece uma visita, motivo que nos leva a recomendá-la a quem se desloque hoje à área do Chiado.

Outra exposição a ver é a da pintora Maria Vinhal da Costa, aberta ao público na Sociedade Nacional de Belas Artes até ao dia 21. Será necessário dizer onde fica a SNBA?

Inicia-se hoje, no Palácio Foz, o ciclo «Cinema do Futuro», com o filme «Zardoz» de John Boorman. Se está interessado, não perca a oportunidade porque amanhã o filme já é outro.

Já que falámos de cinema recordamos-lhe que prosse-

Há um pouco da Lisboa de todos nós na pintura de Arnaldo Ferreira

gue, à meia-noite, no Apolo 70, o ciclo de «cow boys» com o filme «Os vagabundos selvagens». Não sabemos em que estado é que vai trabalhar, amanhã de manhã, quem se deita de madrugada por ter ido ao cinema à meia-noite mas isso que interessa? O País está rico, a produção aumenta — para que havemos nós de falar de trabalho?

Conhece a Alemanha? Não conhece a Alemanha e gostaria de a conhecer? Aproveite e vá hoje recordar o que já sabe ou aprender alguma coisa ao Instituto Alemão onde serão projectados 2 filmes 30 minutos sobre este país: «De Helgoland até Zugspitze» e «Alemanha». As projecções começam às 19.30.

Se está nas Caldas da Rainha vá às 21.30 ao Museu de José Malhoa ouvir o grupo vocal e instrumental Cantus Firmus que dará aí um concerto a essa hora. Trata-se de uma iniciativa do Museu em colaboração com a Fundação Gulbenkian e com a Comissão Municipal de Turismo.

Se não lhe agradaram as sugestões dadas até este momento, porque não aproveita a noite para ir ao Teatro do Bairro Alto ver a peça «Música para si» de Franz Xaver Kroetz? Não esqueça que esta peça foi um êxito no Instituto Alemão e quando dizemos que foi um êxito não nos referimos apenas à crítica — o público acorreu-se que maneira! Uma coisa é certa: se for, não se arrepende.

Nem naif nem sofisticado, isolado e conhecedor, como ninguém, da noite lisboeta, o pintor Arnaldo Ferreira vai realizar brevemente uma exposição dos seus últimos quadros. Não é fácil julgar bi criticar a pintura deste homem que Lisboa inteira conhece, mas uma coisa é certa: há um pouco da Lisboa de Arnaldo Ferreira em todos nós.

rádio

1.º Programa

18.00: Conjuntos; **18.35**: Ao vivo, com Luis Llach; **19.00**: Falar de História — música portuguesa; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Música variada; **21.00**: 18.º episódio do folhetim «Grandes Esperanças», de Charles Dickens, numa adaptação de Manuela Machado; **21.20**: Contraponto; **24.00**: Último jornal; **00.20**: Canconetas; **01.00**: Repetição da 2.ª parte de um programa de variedades, realizado no Teatro Municipal de S. Luiz e organizado pela Radiodifusão Portuguesa — Música na noite.

2.º Programa

18.00: O pianista Dinu Lipatti; **18.18**: Obras de compositores contemporâneos franceses; **19.00**: Animação cultural, programa de José Atalaya; **19.30**: Trio em sol menor, op. 8, de Chopin; **20.00**: A pianista Rena Kyriakou; **20.36**: Peças de William Boyce; **21.00**: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **22.00**: Concerto para oboé, de Bruno Maderna; **22.20**: Concerto n.º 5, em mi bemol maior, op. 73, de Beethoven; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.25**: Orquestras de câmara; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294m)

18.00: Vertical; **1820**: Prevenção e saúde, pelo dr. José Matildes; **18.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.40**: Disco... rendo, por Mário Martins; **20.15**: A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes; **21.30**: Quando o telefone toca; **22.05**: Quando o telefone toca; **23.05**: Hora luterana.

3.º Programa
Local (187,5m)

16.00: Convite; **18.00**: Compasso; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **19.45**: Ronda desportiva; **20.40**: Serviço de agenda; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

16.00: Gong; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Forum, realização de Jorge Lopes; **21.30**: O homem no tempo, programa de antropologia por João de Sousa Monteiro e João David Nunes (repetição); **22.00**: Auditório — música de jazz, por Paulo Gil e Rui Neves; **00.00**: Prisma, realização de Fernando Quinas; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

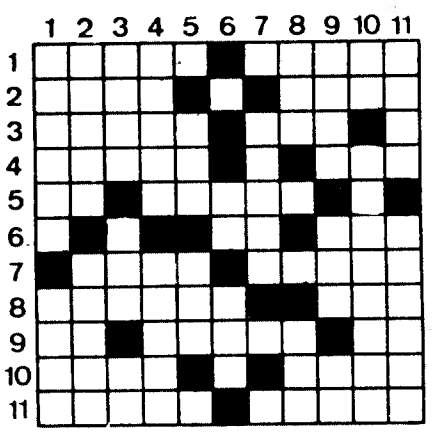
18.08: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.53**: Apelos; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.30**: Estante giratória; **23.55**: Meditando.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 12 040

HORIZONTAIS:

1 Leito de viagem. Unem por casamento.
2 Chuva. Conjunção. Falha.
3 Angulo. Cidade da Ucrânia.
4 Avivar o lume. Grande sabio.
4 Avivar o lume. Preposição.
5 Concede. Grande sabio.
6 Atomo. Senhores.
7 Papão (pop.). Prendera.
8 Enrubescera. Sadio (inv.).
9 Clima. Inventam. Abreviatura de Santissimo.
10 Indignar. Artigo definido. Habilidade.
11 Curem. Ser humano.



VERTICAIS:

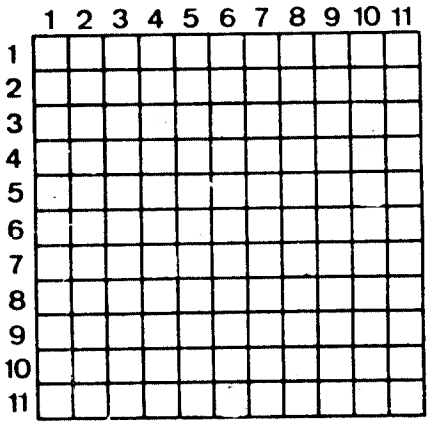
1 Apanhado em caça. Tombas.
2 Patrona da ilha de Malta. Fasquia de castiçal.
3 Lago da Suiça. Mágoa. Brisa.
4 Rois. Pessoa perversa, bárbara, ignorante ou sovina.
5 Agora. Arara.
6 Bario (s.q.). Ensejo.
7 Mulher hipócrita.
8 Fruto da ateira. Punhado.
9 Nome de mulher. Sadio. Antiga unidade monetária da Alemanha.
10 Clima. Tostaste.
11 Oportunidade. Peneirem.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

HORIZONTAIS:

1 Um dos estados do Brasil. Acrescenter.
2 Asilo de leprosos.
3 Preposição. Tunda. Letra grega.
4 Ver. Grande. Agora.
5 Celeste. Antepassado.
6 Companheiro e criado de Camões. Poente.
7 Campeao. Espertaras (o lume).
8 Pronome pessoal. Amonio (s.q.).
9 Chalaça picante. Bau.
10 Cidade de Angola. Cada uma das partes dissociadas pela corrente electrica.
11 A Tailândia. Cantiga.



VERTICAIS:

1 Combater. Césio (s.q.).
2 Introduzas. Progenitor.
3 Prata (s.q.). Criminoso. Espécie de gato-bravo.
4 Freguesia do concelho de Penafiel. Choupo.
5 Repelido.
6 Rã (pop.). Nome de mulher.
7 Rã. Vazia. Brisa.
8 Claridade. Cai à cama.
9 Seguia. Vila e concelho do distrito de Aveiro. Esteiro.
10 Chão.
11 Combina. Ósmio (s.q.). Antiga agência telegráfica de imprensa.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 039

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Atais. Acola.	1 Aquem. Marra.
2 QUEM. Rios.	2 Tu. Ras. Real
3 NAO.	3 Aer. Cena. Ti
4 Er. GOSTA. Ar	4 Im. Gana. Cas.
5 Macar. Aerea.	5 Nora. Nara.
6 Senador	6 Vas. Doas.
7 Na. Os.	7 Otão. Ota.
8 Ara. NAO	8 Cr. Aero. Arc
9 Re. Casta. Sr.	9 Ois. Sa. Do.
10 Ratar. Ardor.	10 Lo. Dea. Som.
11 Alisas. COME	11 Asara. Torre.

Provérbio: QUEM NÃO GOSTA NÃO COME.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8099

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Soca. Socara.	1 So. Alcanena.
2 Ota. Fadem.	2 Ota. Irmã. Ar.
3 Asi. Redes.	3 Cassa. Atara.
4 Samaria.	4 Ia. Aoro.
5 Lia. Em. Lia.	5 Meras. Ás.
6 Cr. Broa. Has.	6 Saramos. Cr.
7 Ama. Assoais.	7 Oder. Asaria.
8 Natas. Saa.	8 Cedi. Iam.
9 Ao. Cri.	9 Amealhas. Mo.
10 Narrariamos.	10 Iaia. Os.
11 Aracs. Amos.	11 AS. Passais.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo e o vento era fraco a moderado de Nordeste.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	21.º
BRAGANÇA	14.º
VILA REAL	16.º
PORTO	20.º
PENHAS DOURADAS	13.º
COIMBRA	19º
PORTALEGRE	18º
LISBOA	19º
ÉVORA	20º
SINES	18º
BEJA	19º
SAGRES	20º
FARO	22º
PONTA DELGADA	15º
FUNCHAL	21º

TEMPERATURAS EXTREMAS

BRAGA
Maxima 26,9º

PENHAS DA SAÚDE
Minima 5º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.45	3,0 m	2.00	1,7 m
21.08	3,1 m	14.24	1,8 m
Dia 16			
9.57	3,1 m	3.15	1,7 m
22.20	3,2 m	15.41	1,7 m
Dia 17			
11.03	3,2 m	4.25	1,6 m
23.24	3,3 m	16.48	1,6 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo nas regiões do Centro e Sul e pouco nublado nas regiões do Norte; vento fraco ou moderado de Nordeste; continuação do tempo quente.

AMANHÃ

NASCER AS 6.42
OCASO AS 20.43

DIA 15 DIA 22 DIA 29 DIA 5

farmácias

Lisboa
TURNO 43
Até às 22 horas

AFRICANA — Rua Bernardino Costa, 45. Tel. 369120. **ARNALI** — Rua Escolas Gerais, 83-A. Tel. 863940. **ASCENSO** — Praça do Norte, 11-A (B. da Encarnação). Tel. 311216-310172. **AVENIDAS** — Av. da Republica, 27-A. Telef. 533688. **AZEVEDO, FILHOS** — Pr. D. Pedro IV, 31 (Rossio). Tel. 327478. **CARRASCO** — Rua Presidente Arriaga, 39. Tel. 667460. **CELTA** — Rua Moura Girão, 3-B. Tel. 890621. **CENTRAL DO LUMIAR** — Rua do Lumiar, 77. Telef. 790480. **CUNHA** — Rua da Escola Politécnica, 16. Tel. 325455. **DIMAR** — Rua Conde Monsaraz, 17-B. Tel. 842533. **G. SILVA** — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-c. Tel. 771873. **GAMA** — Calçada da Estrela, 130. Tel. 660339. **J. RIBEIRO** — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 780969. **JOÃO XXI** — Av. João XXI, 16-A. Telef. 726462. **MARLUZ** — Calç. da Picheleira, 140-B. Tels. 720703-728395. **MENDES GOMES** — C. da Ajuda, 222. Telef. 638256. **NOBEL** — Rua Actor Vale, 53. Tel. 842152. **OLIVEIRA** — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424. **OLIVEIRA VIEGAS** — Rua Viriato, 29-A. Telef. 548966. **ORIENTAL DE LISBOA** — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079. **PORFÍRIO** — Rua Francisco Metrass, 59-B. Telef. 663349. **RAINHA SANTA** — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262. **S. A. E. SILVA, FILHOS** — Rua de S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010. **SALTER** — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185. **SANEX** — Av. da Igreja, 31-C. Telef. 897505. **SIMÃO** — Rua Cidade de Cabinda, 16-A. Tel. 310581. **TAPADA** — C. da Tapada, 83-A. Tel. 634721. **UNIÃO** — Estr. de Benfica, 592-594. Telef. 700092.

Permanente

AFRICANA — Rua Bernardino Costa, 45. Tel. 369120. **J. RIBEIRO** — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 780969. **JOÃO XXI** — Av. João XXI, 16-A. Tel. 726462. **ORIENTAL DE LISBOA** — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079. **S. A. E. SILVA, FILHOS** — Rua de S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010. **CUNHA** — Rua da Escola Politécnica, 16. Tel. 325455. **TAPADA** — C. da Tapada, 83-A. Tel. 634721. **PORFÍRIO** — Rua Francisco Metrass, 59-B. Tel. 663349. **OLIVEIRA VIEGAS** — Rua Viriato, 29-A. Tel. 548966-553601. **SALTER** — Rua de Xabrega, 63-65. Tel. 381185.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA — Magalhães — Rua Capitão Leitão, 8-B. Tel. 2750242. **COVA DA PIEDADE — Castro Rodrigues** — Largo 5 de Outubro, 62. Tel. 270121. **LARANJEIRO — Feijó** — Rua Borges Rego, 7. Tel. 2490911. **COSTA DA CAPARICA** — Av. da República, 23. Telef. 2400020. **SESIMBRA — Leão** — Av. da Liberdade, 13. Tel. 2233471. **BARREIRO — Pimenta** — Rua Cons. Ant. Augusto de aguiar, 259. T. 2073012. **SEIXAL — Soromenho** — Rua Paiva, Coelho, 38. Tel. 2218560. **MONTIJO — Montepio** — R. Almirante Reis, 93. Tel. 2310035. **MOITA — União Moitense** — Av. Dr. Teófilo Braga. Tel. 239025. **ALHOS VEDROS — Gusmão** — Rua Cândido dos Reis, 30. Tel. 204020. **ALCOCHETE — Nunes** — Largo Coronel Ramos da Costa, 10. Tel. 234137

Linha de Cascais

ALGÉS — Miraflores — Rua António Granjo, 2. Tel. 2113161. **ALCABIDECHE — Carvalho** — Até às 21 horas. **PORTO SALVO — Ferreira Bastos** — Até às 21 horas. **CARCAVELOS — Central** — Até às 24 e das 0 às 9 horas. **Vilar** — Até às 22 horas. **S. DOMINGOS DE RANA — Domingos da Silveira** — Av. Saboia, 29-B. Tel. 260085. Até às 22 horas. **PAÇO DE ARCOS — Trindade Brás** — Rua Costa Pinto, 184. Telef. 2432034. Até às 22 horas. **OEIRAS — Godinho** — Rua Cândido dos Reis, 98. Tel. 2430090. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **NOVA OEIRAS — Leal** — Até às 21 horas. **PAREDE — Grincho** — Av. da República, 87. Tel. 2471204. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **PAREDE — Junqueiro-Mendes** — Até às 21 horas. **MURTAL — Primavera** — Rua das Parreiras, 2. Tel. 2472278. até às 24 e das 0 às 9 horas. **AMOREIRA — Amoreira** — Tels. 262313-267314. Até às 22 horas. **MONTE ESTORIL — Lopes** — Rua Hangar, 3. Tel. 260008. Até às 21 horas. **CASCAIS — Misericórdia** — Rua Regimento 19, 41. Tel. 280841. Até às 21 horas. **Cascais** — Rua Conde de Monte Real (B. das Caixas). Tel. 282407. Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA — Clabel — Rua Antonio Sardinha, 23-B. Tel. 938551. Permanente. **Amadora** — P. 28 de Maio, 3-A. Tel. 935518. Até às 22 horas. **DAMAIA — D. João V** — Av. Gurgel do Amaral, 2-A. Tel. 970461. **QUELUZ — Serra & Pinto** — Av. D. António C. Sá, 50-E. Telef. 957619. **CAMARATE — Nova** — Rua Cidade de Lisboa, 94. Tel. 2518726. **CACÉM — Guerra Rico** — Entre Lotes, 6 e 7, Freixo Capitão. Tel. 2944002. **MEM MARTINS — Quimia** — Estr. de Mem Martins, 285. Tel. 2910012. até às 24 horas. **AGUALVA-CACÉM — Mira Sintra** — P. N.-Torre, 310. Até às 20 30 horas. **MERCÊS — Claro Russo** — Até às 21 horas. **RIO DE MOURO — Riomouro** — Av. Óscar Monteiro Torres, 8. Tel. 2960194. Permanente. **SINTRA — Simões** — Estefânia. Tel. 2930832. Permanente. **COLARES — Abreja — Tel. 299088.**

Porto
(De dia e só até às 22 horas)

MAGALHAES — Rua de Serralves 566, tel. 63561. **CORREIA** — Praça Mouzinho de Albuquerque 78 T. 60869. **CORUJEIRA — Rua de S. Roque da CORUJEIRA** — Rua de S. Roque da Lameira, 1473. Tel. 51928. **LAPA** — Rua Antero de Quental, 211. Tel. 480697. **LUSO-FRANCESA** — Rua Sá da Bandeira, 140. Tel. 26134. **CENTRAL** — Rua 31 de Janeiro, 203. Tel. 21684. **GOMES CARNEIRO** — Rua de Cedofeita, 348. tel. 23420.

(De dia e toda a noite)

FOZ — Rua Senhora da Luz, 380 — FOZ. Tel. 680127. **COUTO** — Largo de S. Domingos, 106. Tel 25963 - 311965. **ALÍRIO DE BARROS** — Rua de Costa Cabral, 240. Tel 480693. **NOVA DE MONSANTO** — Rua de Monsanto, 143. Tel. 490889.

Coimbra
(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

NAZARÉ — Rua Ferreira Borges, 135. Tel 22605. **CRUZ & COSTA** — Rua A. Vasconcelos, 71-A. Tel 22715.

cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade
Sala A
14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.30 h.
Não aconselhavel a menores de 13 anos
QUANDO O AMOR SE TORNA LENDA
Sala B — Não aconselhavel a menores de 13 anos
As 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h.
O HOMEM QUE GOSTAVA DE MULHERES

ALVALADE 897480
Av. de Roma
As 15.15, 18.30 e 21.30 h
TEXAS ADEUS
com Franco Nero
Int. menores de 13 anos
Colorido

APOLO 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
Jack Nicholson e Maria Schneider em
PROFISSÃO REPÓRTER
2.ª semana
Um filme de Michelangelo Antonioni
As 24 h
VAGABUNDOS SELVAGENS

AVIS 547163
Av. Duque D'Ávila, 45
4.ª semana
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h
A VOZ DO SILÊNCIO
com Jaya Bhaduri
Não aconselhavel a menores de 13 anos

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
ENCONTRO COM A SORTE
com Richard Dreyfuss
Óscar da Academia 1978
Não aconselhavel a menores de 13 anos

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
O GRANDE RESTAURANTE
com Louis de Funès
Para todos

CASTIL 580194
Rua Castilho
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h.
4.ª semana
ESPOSAMANTE
Int. menores 13 anos
com Laura Antonelli e Marcello Mastroianni

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
As 12.30, 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
AS COELHINHAS NA CAMA
Interd. a menores de 18 anos
As 24.00 h
COLTS PARA OS 7 MAGNÍFICOS
(Grupo D — Maiores 18 anos)

CINE CITY
Rua Tomas Ribeiro, 34
As 14.30, 16.45, 19, 21.30 e 23.45 h
O ADVOGADO DO DIABO
com John Mills — Stephane Audran
Não aconselhavel a menores de 13 anos

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2
Ás 14, 16.30, 19 e 21.30 h
O HOMEM DAS PISTOLAS DE OURO
M. 13 anos
com Richard Widmark, Henry Fonda, Anthony Quinn

DOIS MIL 2100055
Av. Bombeiros Voluntários
Lote 113 — Algés
Às 15.30, 18.00 e 21.30 h.
O GRANDE MAGNATE
Não aconselhavel a menores de 13 anos

D. JOÃO V 971794
Praça Centro Comercial — Damaia
As 21.15
100 QUARTOS EM BARAFUNDA
Int. maiores 13 anos

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
INFERNO DE GANGSTERS
Não aconselhavel a menores de 18 anos

ESTUDIO 555134/5
Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h
4.ª semana
Não aconselhavel a menores de 13 anos
Óscar melhor actor do ano
Richard Dreyfuss
NÃO HÁ DOIS SEM TRÊS

ESTUDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83
Às 15.30, 18.30, 21.30 e 24 h
Realizado por Artur Semedo
com Mário Viegas e Zita Duarte
O REI DAS BERLENGAS
Um filme politico, apolitico e apocaliptico
Int. menores 13 anos

EUROPA 661016
R. Almeida e Sousa, 35
Às 15.15 e 21.30 h
A GRANDE AMEAÇA
com Burt Lancaster e Richard Widmark
Não aconselhavel a menores de 13 anos

IMPÉRIO 555134/5
Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15, 18.30 e 21.30 h.
Não estamos sós
9.ª semana
«ENCONTROS IMEDIATOS» do terceiro grau
70 m/m — Ecran gigante
O espectáculo mais deslumbrante de todos os tempos

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
Não aconselhavel a menores de 18 anos
JULIA
6.ª semana
com Jane Fonda

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha
As 15.15, 18.15 e 21.30 h
com Amitabh e Jaya Bhaduri
ALGEMAS DO PASSADO
Int. a menores de 13 anos

MUNDIAL 538743
R. Martens Ferrao, 12-A
As 15.15, 18.30 e 21.30
2.ª semana
STURMTRUPPEN
O retrato grotesco do militarismo nazi
Interd. a menores de 18 anos

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h.
GOLPE DE MISERICÓRDIA
Um filme de Wolker Schionder
Não aconselhavel a menores de 18 anos

NOVOCINE 840678
Av. General Roçadas, 7
As 15.15 e 21.15 h
CAMINHO DA FELICIDADE
O filme indiano mais premiado
Não aconselhavel a menores de 13 anos

ODEON 326283/4
R. Condes, 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.30 h
ORGIA EM ACAPULCO
Não aconselhavel a menores de 18 anos

OLYMPIA 325309
Rua Condes, 11 a 23
Sessões continuas a partir das 14.00 h.
REQUINTES DE AMOR
Interd. a menores de 18 anos
com cenas eventualmente chocantes

PATHÉ 821933
R. Francisco Sanches, 122
Às 15.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
OS ENAMORADOS
com Jaya Bhaduri
Int. menores 13 anos

POLITEAMA 326305
R. Portas de St.º Antão
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
AL CAPONE
com Ben Gazzara
Não aconselhavel a menores de 18 anos

QUARTETO 771378
R. Flores do Lima, 16
SALA 1 — 14.30, 16.45, 19, 21, e 23.30
OBSESSÃO
Interd. menores de 13 anos
SALA 2 — 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23
FESTIVAL ROCKY DE TERROR
SALA 3 — 15, 17, 19, 21 e 23 horas
O TESTA DE FERRO
SALA 4 — 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
A MULHER, O CORPO E O ESPÍRITO
Interd. menores de 18 anos

RESTELO 810375
Av. Torre de Belém
Às 21.30 h
FEIOS, PORCOS E MAUS
Não aconselhavel a menores de 18 anos

ROMA 887778
Av. de Roma, Lote JRB
As 15.30, 18.30 e 21.30 h
AVE DE RAPINA
com Lino Ventura
Não aconselhavel a menores de 13 anos

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
VÁ GORILA, CHEGA-LHE!
com Fábio Testi
Não aconselhavel a menores de 18 anos

SÃO JORGE 579144 - 579344
Av. da Liberdade, 175
As 15.15, 18.30 e 21.30 h
2.ª semana
Charles Denner e
O HOMEM QUE GOSTAVA DAS MULHERES
Um filme de François Truffaut
Não aconselhavel a menores de 13 anos

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
As 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h.
DESERTO DE ALMAS
Inter. a menores de 13 anos
As 24 h Teatro
com Io Apolloni
Pedro Pinheiro
GUILHERME E MARINELA

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
O ACUSADOR
com Marlene Jobert e Michel Picoli
Não aconselhavel a menores de 13 anos

TERMINAL (CINE-ESTUDIO)
Estaçao do Rossio
As 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23 h
NÃO HÁ DOIS SEM TRÊS
Richar Dreyfuss
Não aconselhavel a menores de 13 anos

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188
As 15.15, 18.30 e 21.30 h
O GRANDE RESTAURANTE
com Louis de Funès
Para todos

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
As 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h
O ADVOGADO DO DIABO
com John Milles
Não aconselhavel a menores de 13 anos

PALÁCIO FOZ 367031
P. Restauradores
Ciclo «Cinema no Futuro»
1.ª serie
ZARDOZ
Realização John Boorman
Não aconselhavel a menores de 18 anos
Sessões: 15.15, 18.15, 21.15 h
Iniciativa da Direção-Geral da Acção Cultural

cinemas

Lisboa

SATÉLITE — «Guilherme e Marinela», às 21.00 (18 anos)
ADOQUE — «Roupa Velha», às 22 h (18 anos)
VARIEDADES — «Aldeia da Roupa Suja», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
ABC — «Põe-te na bicha», às 20.30 e 22.45 (18 anos).
D. MARIA II — «Auto da Geração Humana», às 21.30 (6 anos).

OUTROS CINEMAS

Lisboa

PROMOTORA — «O homem da mascara de ferro», às 21.15 (18 anos)
LUMIAR — «Segundos para uma fuga», às 21.30 (13 anos)
ROYAL — «Os Violentos», às 21.30 (18 anos)
PARIS — «007 o homem da pistola dourada», às 21.30 (18 anos)
JARDIM — «Uma aventura na estrada», às 21.15 (18 anos)
CINEARTE — «Saias acima... já», às 21,30 (18 anos)
CAPITÓLIO — «Garotas em uniforme», às 19, 21 e 23 h (18 anos)

Linha de Cascais

CASCAIS — Impala — «A Companheira da Minha Vida», às 21.30 (13 anos)

Outra Banda

ALMADA — Academia — «Sol Vermelho», às 21.15 (18 anos)
ALMADA — Incrivel — «Aventuras eroticas de Zorro», às 21.15 (18 anos)

Linha de Sintra

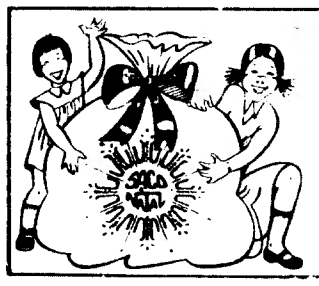
AMADORA — Recreios Desportivos — «Rainha do Amor», às 21.15 (13 anos)
AMADORA — Lido — «Os Tigres não choram», às 21.15 (13 anos)
AMADORA — Cinestudio — «O Último Mundo Canibal», às 21.30 (13 anos).
SINTRA — Carlos Manuel — As 21.30, «Marilyn e o Senador» (18 anos)

Porto

ESTUDIO FOCO — «Os revoltados do ano 2000», às 21.30 (18 anos).
S. JOÃO — «Quando Acaba a Inocência», às 21.30 (18 anos)
TRINDADE — «Violência e paixão», às 21.30 (18 anos).
RIVOLI — «O outro lado da meia-noite», às 21.30 (18 anos).
COLISEU — «Destinos diferentes», às 21.30 (13 anos)
SALA BEBE — «Monica e o Desejo», às 21.30 (13 anos)
PASSOS MANUEL — «Annie Hall», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO — «Promessa de Amor», às 21.00 (13 anos).
SÁ DA BANDEIRA — Teatro «Alto e Pára o Baile», às 21.30 (18 anos)
ESTÚDIO — «A lenda do xerife Pusse» as 21.30 (13 anos)
AGUIA DE OURO — «Os Cinco Mestres de Shacin», às 21.30 (18 anos)
CHAPLIN — «As Belas Mulheres dos Outros», às 21.30 (13 anos)
ESTUDIO 400 — «Lucky Lady», às 21.30 (18 anos).
CARLOS ALBERTO — «Esposamante» às 21.30 (13 anos)
BATALHA — «Outlaw Blues», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA — «Tempo de assassinos», às 21.30 (18 anos)
JULIO DINIS — «São Francisco cidade nua», às 21.30 (18 anos)
CHARLOT — «Stumtruppen», às 21.30 (18 anos)

Coimbra

AVENIDA — «Pao e chocolate», às 21.30. (18 anos)
S. TEOTÓNIO — «A Beira do Fim», às 21.30 (18 anos)
TIVOLI — «Jovens Apaixonados», às 21.30 (18 anos)
GIL VICENTE — «Nem Guerra Nem Paz», às 21.30 (13 anos)


O SACO DE NATAL
Fungagá
é o bom e o bonito!
INSCREVA-SE JÁ!
CONTACTE-NOS NA
Av. 5 de Outubro, 77-4.º Dt.º
LISBOA Tel. 545369

DL
RENASCENÇA GRAFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO, 185-1.º
TELEFONES 684531/2/3
REDACÇÃO, PUBLICIDADE E SERVIÇOS TECNICOS: RUA LUZ SORIANO, 44
TELEFONES 321184/5, 320271/2/3, 320228, 372781/2
SERVIÇO DE NOITE (DEPOIS DAS 21)
PORTEIRO 321154, PUBLICIDADE 368740
MENSAGENS GRAVADAS 320229
ENDEREÇO TELEGRÁFICO DIBOA, TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

A situação no Zaire

Continuação da pág. 1

treino e de uma unidade de helicópteros (Alouette e Puma).

Os pilotos zairenses foram inicialmente formados pela Força Aérea italiana e depois pela Força Aérea francesa.

A queda destas duas importantes cidades de Kolwesi e Mutshatsa foi anunciada pelo representante do FNLC em Paris. Comentando o ataque que está a ser levado a cabo pelo seu movimento, afirmou «não se trata de uma invasão, mas de uma rebelião nacional tendente a derrubar o regime de Mobutu com o apoio de toda a população».

Num comunicado da FNLC distribuído na capital belga, a frente reivindicou para as suas tropas a destribuição de 13 aviões e helicópteros zairenses, e sete soldados franceses e afirmou ainda que soldados governamentais se estão a juntar às suas forças.

Entretanto, o presidente da FNLC, general Nathanael Mbumba, avisou as nações estrangeiras para que não intervenham nos assuntos internos do Zaires,até porque, salientou, o exército de libertação nacional inclui somente congoleses.

O Presidente Mobutu promoveu no domingo o seu Estado-Maior , do Exército, composto pelos seus fiéis servidores. Recorde-se que o chefe de Estado zairense, afastou em Abril último cerca de 500 oficiais, que descordavam com o seu regime.

Hoje 24 páginas

FÉRIAS NA PRAIA 1978

TRÓIA - ESTADIAS
ALGARVE - ESTADIAS E COM TRANSPORTE
COSTA DEL SOL - ESTADIAS E COM TRANSPORTE
BENIDORM - ESTADIAS E COM TRANSPORTE
PALMA DE MAIORCA
IBIZA • LAS PALMAS
1 SEMANA
Preços desde 1.975$
INFORMAÇÕES E RESERVAS
TURI
AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO
TURIGÉS - Av. Bomb. Voluntários de Algés, 117 Loja AC1 ALGÉS Tel. 2102723 - 2102744 - 2102770
TURIBARRE - Tr. da Graça, 5 Tel. 2078005 - 6 - 7 BARREIRO
TURIMUNDUS - Av. Rep. da Guiné Bissau, 16 18 SETUBAL Tel. 29486
TURINFANTE - Av. S. João de Deus, Loja B - PORTIMÃO Tel. 24163/4/5

SÓ 30 DIAS PARA DISCUTIR SERVIÇO NACIONAL

Médicos, partidos e autarquias analisam anteprojecto da Saúde

«Irrealista», assim a Ordem dos Médicos (Secção Regional do Sul) classificou a proposta governamental para a criação do Serviço Nacional de Saúde. Aquela Ordem, que promoveu um Colóquio neste fim-de-semana para debate do anteprojecto das bases do SNS, defendeu a ideia de uma adaptação aos padrões seguidos pelos países da CEE e propôs-se colaborar com o MAS na procura no esquema mais adequado. Por sua vez, o secretário de Estado da Saúde, no regresso de Genebra, afirmou que o tipo de medicina adoptado pelos países da CEE «está condenado ao fracasso, pois cria uma saúde de luxo que os países menos ricos não podem suportar». Posições sobre o anteprojecto de bases do SNS foram também tomadas por partidos políticos e autarquias locais, enquanto a CGTP/Intersindical reuniu o seu Conselho Geral para tomar uma posição sobre a proposta em debate.

A alternativa apresentada pela Ordem dos Médicos à proposta do Governo sobre o Serviço Nacional de Saúde foi ontem à tarde discutida em mesa-redonda, na sessão de encerramento do Colóquio que, por iniciativa daquela organização, se realizou neste fim-de-semana, em Lisboa, com a participação de especialistas de vários países.

No debate final, a posição do Ministério dos Assuntos Sociais foi defendida pelo dr. Aloísio Coelho, enquanto o dr. Roberto Martins defendeu o ponto de vista da Ordem dos Médicos, tendo sido moderador o dr. Gentil Viana, presidente da OM.

O Colóquio, que decorreu durante dois dias no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, teve como objectivo esclarecer os médicos e o público àcerca dos sistemas de saúde existentes nos países da CEE, em que Portugal pretende integar-se.

Assim, os participantes no Colóquio debruçaram-se sobre a organização dos Serviços de Saúde, a partir de informações prestadas por médicos vindos dos diversos países da CEE.

Presente à sessão inaugural, o ministro dos Assuntos Sociais, dr. António Arnaut declarou que o seu Ministério «tem todo o interesse em colaborar com a Ordem, pois criar um Serviço Nacional de Saúde exige a participação dos portugueses e em particular dos trabalhadores de saúde e muito especialmente dos médicos, sem o concurso dos quais não é possível dar aos portugueses o direito à saúde consagrada na Constituição».

Na sessão de encerramento, o presidente da Ordem dos Médicos resumiu as conclusões do Colóquio, que apontam para a adaptação da estrutura do futuro Serviço Nacional de Saúde à dos países da CEE, «tendo em conta as nossas reais possibilidades e não esquecendo os aspectos humanos e sociais da medicina».

Dadas as dificuldades económicas do nosso País, referiu, «não se deve prometer o impossível mas sim aproveitar o que há e tentar, prudentemente, reestruturar sem pressas».

Quanto ao projecto governamental do SNS, considerou-o «irrealista, por partir de pressupostos errados (estatísticas ultrapassadas) e de condições sócio-económicas e de disponibilidades financeiras insuficientes para assegurarem a sua concretização».

«SAÚDE DE LUXO»

Posição diferente adoptou o secretário de Estado da Saúde, nas suas declarações, ontem, no regresso de Genebra, onde participou na Assembleia Mundial da OMS.

Falando sobre a proposta governamental do SNS, Mário Mendes declarou que ela tivera grande receptividade por parte dos delegados de outros países àquela reunião. A propósito, afirmou que esses países «entendem que Portugal não deve adoptar o esquema de medicina convencionada, até porque ele está a falhar em toda a Europa. O nosso projecto do Serviço Nacional de Saúde é o mais favorável», declarou.

Sobre o tipo de medicina adoptado pelos países da CEE, Mário Mendes afirmou que «está condenado ao fracasso, pois cria uma saúde luxo que não podeser suportada mesmo pelos países mais ricos».

UEDS TOMA POSIÇÃO

A UEDS (União da Esquerda para a Democracia Socialista), num documento que contém a sua posição face ao anteprojecto das bases do SNS e que foi já entregue ao ministro dos Assuntos Sociais, critica o facto do Governo não ter fomentado, através de todos os meios de que dispõe, a discussão pública do mesmo.

Crítica, ainda, o «curto prazo destinado ao debate, porquanto um projecto que envolve o futuro de todos os portugueses de modo algum poderá discutir-se no prazo de 30 dias».

«Bastante positivo» é, no entanto, a opinião daquele movimento político àcerca do reconhecimento, expresso no preâmbulo, de que a saúde de cada indivíduo e dos grupos humanos depende de factores inter-relacionados que compreendem a estabilidade da população, as condições alimentares, as condições de alojamento, a vigilância das condições ambienciais de poluição, etc.

As discordâncias mais evidentes são que se relacionam com o lançamento do SNS em áreas piloto «originando assimetrias na prestação de cuidados e estatutos diferentes quer institucionais quer para os trabalhadores da Saúde, que poderá pôr em risco, à partida, um projecto que deveria iniciar-se desde logo pela aplicação, na totalidade do País, de alguns dos níveis de cuidados previstos». Outra discordância: «a incongruência entre o princípio de gratuitidade do SNS e a sugestão do estabelecimento de taxa moderadora em termos indefinidos e com a finalidade evidente de condicionar o consumo de cuidados de Saúde, quando tal objectivo deveria ser conseguido através daeducação sanitária das populações».

PCP: CONCORDÂNCIA

O PCP também divulgou a sua posição sobre o anteprojecto, tendo entregue, para esse efeito, um documento ao ministro dos Assuntos Sociais. De um modo geral, o PCP exprime a sua concordância com o anteprojecto governamental, por considerar que se enquadra no espírito da Constituição. No entanto, salvaguarda questões de pormenor e manifestou a sua preocupação em relação a eventuais cedências face às pressões de forças «que não estão interessadas em que avance um projecto que põe em causa velhos privilégios».

Aquele partido chama também a atenção para as forças sociais e políticas empenhadas na defesa dos interesses do povo e que, em unidade, serão capazes de criar um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde.

Dois dias de debate "pelo socialismo autogestionário"

Iniciativa da Base-Frente Unitária de Trabalhadores, realizou-se este fim-de-semana nas instalações da Junta de Freguesia do Bonfim, no Porto, uma conferência subordinada ao tema «Pelo socialismo autogestionário». Os trabalhos demoraram dois dias e ocuparam mais de três centenas de participantes.

No final foi divulgado um texto contendo as conclusões. Entre estas avulta que «a formação e a expansão da consciência de classe da acção de massas e da organização autónoma de classe são bases indispensáveis para, através da acção sindical, cooperativa, cultural, aeucativa, passo a passo, se avançar na edificação da sociedade socialista autogestionária». As conclusões salientam ainda, e entre outras coisas, a necessidade de «aprofundar e desenvover as raízes históricas, bem como as teorias autogestionárias do passado e do presente, e as experiências autogestionárias, aqui e no Mundo».

O texto final fala da «crise profunda» por que passa a sociedade capitalista actualmente, refere as «contradições» que se verificam no campo socialista e aponta, como alternativa, a autogestão — «uma escola em que, através da luta de classe, o Homem caminhará para a afirmação da sua personalidade integral, libertando-se e emancipando-se individual e colectivamente».

Assinale-se que a reunião, embora anunciada de âmbito nacional, excedeou-o: havia convidados, observadores estrangeiros, no caso os secretários-gerais da Confederação Mundial do Trabalho, CMT, Jean Kulakowski, da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores, CLAT, Carlos Custer, do Sindicalismo Obrero de Catalunha, SOC, J. Almeda, e outros representantes do movimento oeprário autofestionário de Espanha. Presentes representantes da Reflexão e Acção Socialista, da CGTP-Inter, do MES, da UEDS, e da OUT, além de enviados de vários sindicatos e cooperativas de actualção socialista.

nota

REINTEGRAÇÃO DE TOMÁS

Nos meios militares navais tem sido ventilada, nos últimos dias, a decisão de que virá a ser objecto por parte dos serviços do brigadeiro Rodrigues de Carvalho, o previsível recurso relativo à revisão da situação jurídico-profissional do ex-almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás.

Não será de surpreender que, a exemplo do que sucedeu com o recurso do prof. Afonso Queiró, a um recurso de Tomás seja dado provimento e por decisão de um serviço dependente do major Canto e Castro, na sequência de uma infatigável política de recuperação salazarista, Américo de Deus venha a ser reintegrado na Armada como almirante de quatro estrelas

Neste caso não se levantarão problemas de cargo ou função para um almirante de quatro estrelas porque, dada a sua avançada idade, Américo Tomás transitará para a reserva... fascista.

A PROPÓSITO DO "CASO TOMÁS"

Não se pode tomar simples o que é complexo

«Não se pode tornar simples o que é complexo», disse num dos seus últimos discursos Aldo Moro. Por isso, no seu caso, as simples razões humanitárias pesaram menos do que as complexas razões de Estado. E o Estado assumiu a responsabilidade de «permitir» a sua morte, para não ceder no combate ao terrorismo. Aldo Moro era um grande dirigente democrático — um homem que não tornava artificialmente simples as coisas que, em política, são complexas — e no entanto, paradoxalmente, a democracia italiana teve de pagar com a sua vida — a vida de um dirigente democrático — a própria consolidação da democracia.

«Não se pode tornar simples o que é complexo». Certamente, por isso, o sr. Presidente da República Portuguesa não se fez representar na homenagem aos mortos do Tarrafal, quando da sua recente e solene trasladação. Vítimas mais torturadas do fascismo, combatentes da Liberdade, muitos deles (a começar por Bento Gonçalves), eram figuras gradas do Partido Comunista. Ora, na actual situação da nossa jovem democracia, em que as forças antidemocráticas ameaçam o próprio equilíbrio dentro das Forças Armadas, seria de evitar, qualquer atitude do Presidente da República que pudesse dar aso a uma campanha desestabilizadora tendendo a «comprometê-lo» com o PC. Daí que, não obstante a presença de dirigentes políticos de vários quadrantes e o próprio carácter unitário da comissão promotora, o sr. Presidente da República tenha preferido guardar silêncio. As simples razões humanitárias não podiam sobrepor-se às complexas razões de Estado.

«Não se pode tornar simples o que é complexo». Por isso o Supremo Tribunal Militar, necessariamente empenhado na observância da Lei teve de decidir o que decidiu quanto ao caso do almirante Rosa Coutinho. Correndo o risco de lançar o desprestígio sobre as mais altas figuras da hierarquia militar naval: há que salvaguardar a legalidade democrática para salvaguardar a democracia. Mas, por isso também, o sr. Presidente da República, então como Chefe supremo das Forças Armadas, entendeu dever produzir um despacho que restituisse, no essencial, o prestígio ameaçado dessa mesma hierarquia. Correndo um novo risco: o de pôr em causa a plena executoriedade das decisões da mais alta instância do poder judicial militar. Havia que evitar possíveis efeitos «desestabilizadores», para ainda e sempre salvaguardar a democracia. Quem nega a complexidade político-militar do caso Rosa Coutinho?

«Não se pode tornar simples o que é complexo». Por isso, é natural que a Constituição da República preveja uma rede de órgãos de poder que se controlam uns aos outros e que mutuamente se apoiam. Por isso, naturalmente, cabe à Assembleia da República, como órgão privilegiado de representação democrática (porque nele se exprimem e se confrontam as mais representativas correntes de opinião e as próprias classes sociais deste País), debater e aprovar as leis: e quem diz as leis, diz as resoluções de mais complexa repercussão política.

A autonomia dos órgãos de soberania não exclui, antes pressupõe a sua cooperação.

«Não se pode tornar simples o que é complexo». Será a morte de Américo Tomás e a necessidade de a amenizar, em Portugal e com a conta descongelada, mais complexa ou menos complexa do que a vida de Aldo Moro e a necessidade de a salvar?

Mário Vieira de Carvalho

QUADROS A ÓLEO
ASSIM COMO LUSTRES, CANDEEIROS, ESTATUETAS, BIBELOTS E PEÇAS DECORATIVAS, ENCONTRARÁ ENORME VARIEDADE NA
GALERIA ACTUAL — Móveis e Decorações
AVENIDA DA REPÚBLICA, 12 (Perto do Saldanha)